



bibRIA

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

ANO II

1984

N.º 4

FL
908
141



OFERTA



INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicações Semestrais de Informação e Actualização

Outubro de 1994



INTERMUNICIPAL
DE
BIBLIOTECAS

OPERA

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE AVTIÑO

bibRIA



TRICANA DE AVEIRO

Em Aveiro, no meio de «uma multidão rumorejante e alegre», distinguem-se «as graciosas tricanas, de uma elegância magra e nervosa, marchando num ritmo curto e ligeiro sobre as pontas das minúsculas e agudas chinelas, e todas esguias em seus longos xailes caídos e nas suas leves e compridas saias de chita clara, que, flutuando, se lhes colam à linha fina das pernas, como as roupagens Das estatuetas de Tânagra».

Luís de Magalhães

(citado por Santana Dionísio
no «Guia de Portugal», III, pg. 473).

NA CAPA: Design de Luís Regala alusivo à tricana e à cidade de Aveiro.

NESTA PÁGINA: Postal de Zé Penicheiro (1974)

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Outubro de 1984

bibRIA

BOLETIM N.º 4

- | | |
|---------------------|--|
| Direcção | ● Presidente da Câmara Municipal de Aveiro
Vereador do Pelouro Cultural |
| Propriedade | ● Câmara Municipal de Aveiro |
| Redacção | ● Praça da República — Aveiro — Tel. 24081/82 |
| Supervisão | ● Assessor Cultural da C.M.A. |
| Tiragem | ● 1 500 exemplares |
| Composição | ● Tipave — Tipografia de Aveiro, Lda. |
| e Impressão | ● Estrada de Tabueira — 3800 AVEIRO |
| Preço avulso | ● 150\$00 |

SUMÁRIO

TRICANA DE AVEIRO

DUAS PALAVRAS

AVEIRO — 1984

FESTAS DA CIDADE E DE
SANTA JOANA

AVEIRO NO SÉCULO XV

AS SALINAS DE AVEIRO E O SEU INTERESSE
POTENCIAL EM AQUACULTURA

ALGUMAS NOTAS SOBRE ANTECEDENTES E
COMEÇOS DO ACTUAL COMANDO DISTRITAL
DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DR. FRANCISCO FERREIRA NEVES

NOS 150 ANOS DA BANDA AMIZADE

A BARRA DE AVEIRO

GABINETE DO BAIXO VOUGA

TROÇO «ALBERGARIA - VISEU» DA VIA
RÁPIDA «AVEIRO-VILAR FORMOSO»

CIUDAD RODRIGO EM AVEIRO

URBANIZAÇÃO DAS BARROCAS

NOTICIÁRIO

EFEMÉRIDES

• Luís de Magalhães • 3

• Custódio Ramos
Vereador do Pelouro Cultural • 7

• João Gonçalves Gaspar • 9

• D. Manuel de Almeida Trindade • 13

• Dr.ª Albertina Valentim Oliveiros • 17

• D. Maria Helena Seródio Galhano • 31

• Eduardo Cerqueira • 35

• Redacção • 39

• João Gonçalves Gaspar • 41

• João César Loura • 45

• Redacção • 55

• Redacção • 57

• Redacção • 61

• Redacção • 63

• Redacção • 65

• Redacção • 73

SUMÁRIO

bibRIA

TRICANA DE AVERO	3
DUAS FAJANAS	7
AVERO — 1981	9
PRATE DA CIDADE	15
SANTA JOANA	17
AVIRONO SEQUOIA	21
AS SALAS DE ESCRITA	23
POTENCIAL EM FOLHA LITUA	25
ALGUMAS NOTAS SOBRE INTERFERENTES E COMEÇOS DO VOTUL COMANDO DIGITAL DA FOLHA DE BORDADO FOLHA	27
DR. FRANCISCO FERREIRA NEVES	29
ROS. H. ANOS DA BANDA AMADA	31
A BANDA DE AVERO	33
GABINETE DO BAIXO VOUGA	35
TRÓPO - ALBERGARIA - VIGIL DA VILA	37
MAPA - AVERO - VILA FORMOSA	39
CIDADE RÓMICA EM AVERO	41
URBANIZAÇÃO DAS BARRIORES	43
NOTICÁRIO	45
REMEMBRAS	47

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transmitidos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

DUAS PALAVRAS

Ao colocarmos no escaparate o N.º 4 do BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO estamos conscientes de que esta publicação semestral, lançada há menos de dois anos, já conquistou um espaço, um tempo e um público.

De facto, mal entrámos no mês de Outubro e logo fomos interrogados por inúmeros aveirenses perguntando pelo número que ora se publica.

Apraz-nos registar este pormenor da vida cultural de Aveiro porquanto o interpretamos como um sinal de interesse, e, ao mesmo tempo de aprovação. Hoje, aliás, ninguém duvida que o Boletim Municipal vingou.

Nós estamos seguros de que assim será. Por isso nos corresponsabilizamos desde a primeira hora. Sem preconceitos. Sem peias. Sem interesses. Apenas porque **trabalhar é preciso.**

Justo é reconhecer que não nos tem faltado o apoio indispensável nem a colaboração valiosíssima de pessoas cujo estímulo reside apenas no amor que dedicam às coisas da cultura. Sem essa ajuda desinteressada não seria possível vencer os escolhos do caminho que percorremos.

Neste percurso, a nossa acção está balizada por princípios que defendemos, segundo os quais a cultura não é apanágio de alguns, enquanto que a informação é a tradução da realidade factual do momento vivido por gregos ou por troianos.

Por isso entendemos que nestas páginas não pode haver lugar a panegíricos laudatórios de pessoas ou de grupos nem a diatribes de qualquer natureza.

Assim, de consciência tranquila, certos de pugnar tão somente pelo bem comum, não nos preocupamos com vozes ou ecos dissonantes que directa ou indirectamente se prescrutam ao longo da vereda que trilhamos.

Bem-vindas serão as opiniões, os conselhos, as críticas dos que, de boa vontade, desejem contribuir para o aperfeiçoamento duma obra que é afinal de todos os munícipes.

Como tal, vimos dando o nosso exemplo.

O nosso contributo — um trabalho de grupo — está à vista. Com defeitos. Com virtudes. Como é próprio do homem.

A todos quantos colaboraram, o nosso muito sincero
BEM HAJAM

Custódio Ramos
Vereador do Pelouro Cultural

bibRIA

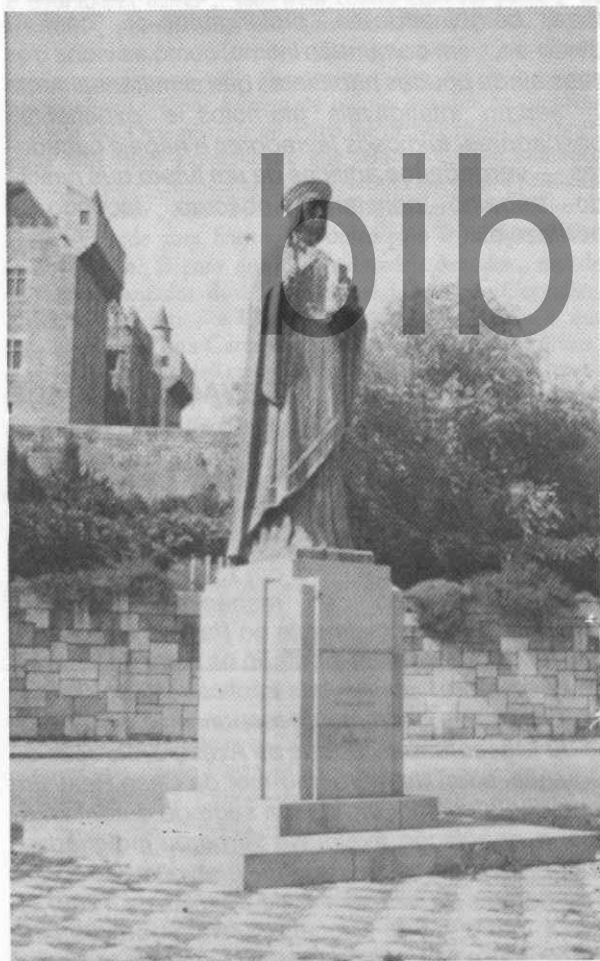
AVEIRO — 1984

1025 anos de história

225 anos de cidade

Neste ano de 1984 decorreu o 550º aniversário da instituição em Aveiro de uma feira franca — a popular «feira de Março». O facto foi devidamente lembrado no número anterior do **Boletim Municipal**.

Agora, recordam-se mais dois aniversários, por se contarem em quartos de século após o milénio e o bicentenário; dizem respeito à primeira referência histórica da existência de Aveiro, que é do ano de 959, e à sua elevação a cidade por El-Rei D. José I, em 1759.



CONDESSA MUMADONA DIAS

Estátua em Guimarães, na interpretação do escultor Álvaro Brée (1956).

▶ ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Foi no ano de 711 que os Mouros, tendo vindo do norte de África, derrotaram as forças cristãs visigóticas de D. Rodrigo, na batalha de Guadalete; em seguida, penetraram rapidamente na Península Ibérica, a tal ponto que, mal decorridos uns escassos quatro anos, a tinham em seu poder, com excepção das Astúrias. Aqui, alguns capitães cristãos encontraram asilo, defendidos naturalmente pelas montanhas da região; comandava o núcleo de resistência o cavaleiro Pelágio, Pelaio ou Paio que, em 718, conseguia humilhar o exército invasor em Cangas de Onís. Aclamado rei pelos Cristãos, Pelágio iniciava assim imediatamente esse movimento que a história denominaria por «Reconquista Cristã» — luta que durou cinco séculos no actual território português.

Após algumas décadas, no tempo de D. Afonso I (739-757), a Reconquista atingiu as terras da Galiza e do Douro, culminando com a tomada das cidades de Astorga e de Leão — passando esta a ser a cidade real e a cabeça do reino asturiano. Talvez mesmo se possa concluir que aquele rei, no segundo ano de governo, terá conquistado Chaves, Braga, Porto e Viseu. Todavia, o grande esforço para a libertação do Ocidente Peninsular apenas se iniciou a sério durante o reinado de D. Afonso III (866-910), o qual se traduziu na conquista das terras situadas entre os rios Minho e Mondego. Em 878, os Cristãos apoderaram-se de Coimbra, sob o comando de Hermenegildo Guterres; dez anos antes, graças à acção de um cavaleiro de nome Vimara Peres, já tivera lugar a presúria de Portucale, junto à foz do rio Douro, cujo território, delimitado pelos «distritos» de Braga, Lamego, Viseu e Coimbra, se estenderia a norte para além do rio Ave e a sul até ao curso do

Vouga. O presor, porém, estava ligado à colina de Vima, o berço de Vimaranes (Guimarães), e o topónimo «Portucale» ia denominando toda a zona sobre a qual se fazia sentir a autoridade dos respectivos bispos e condes — vassallos do rei de Leão.

Mais importante é o caso da Condessa Mumadona Dias, esposa do conde Hermenegildo ou Mendo Gonçalves, que, tendo enviuvado, fundara um mosteiro em Guimarães e mandara aí construir o castelo de S. Mamede; no século X, foi a dama mais poderosa do Noroeste Peninsular. Oriunda da Galiza e aparentada com D. Ramiro II, de Leão, tornou-se dona de numerosas propriedades desde o rio Vouga até à cidade de Pontevedra e dominou por inteiro a sociedade que remotamente tornaria possível Portugal. Figura nobre e culta, possuía uma valiosa biblioteca, constituída por vinte códices — a mais antiga de Portugal! — que, legada ao Mosteiro de Guimarães, foi o núcleo da livraria da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Teria já falecido em 981 — ano em que o filho herdeiro, o Conde Gonçalo Mendes, fez uma escritura pela qual doou ao Mosteiro de Lorvão as vilas de Paus e de Lamas, junto ao Vouga.



Página onde se documenta a referência a Aveiro (penúltima linha), na transcrição do Cartulário do século XIII, conhecido por «Livro de Mumadona» e outrora pertencente à Colegiada de Guimarães.

— Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PRIMEIRO REGISTO HISTÓRICO

Como certificado da existência milenária de Aveiro é tida a escritura de doação que a mencionada Condessa Mumadona Dias, já viúva, outorgou juntamente com os seis filhos — Gundisalvus, Didacus, Ranimirus, Nunus, Arriane e Oneca — em favor do Mosteiro de Guimarães; o documento tem a data, segundo a Era de César, de 26 de Janeiro de 997 da Era de Cristo, 959. Entre as propriedades legadas, aí se referem as «terras in Alauario et salinas que ibidem comparauimus»; se a Condessa havia comprado as salinas, é porque já antes havia proprietário e vendedor que aí explorava o sal. Por tal documento do século X é testificada a existência de uma Aveiro, nascida sob o signo do sal e desabrochando para uma nova história. (1)

Na ocasião, o pequeno aglomerado ainda se situava junto ao mar, alcandorado na sua pequena colina; daí já então se podia desfrutar um vasto panorama de grande beleza, embora de configuração totalmente diversa da actual: céu e mar, água e terra, combinando-se, prolongando-se, confundindo-se... em comunhão íntima, como as vidas dos seus ainda poucos habitantes que simultaneamente já seriam infatigáveis marnotos e experientes pescadores, teimosos lavradores e hábeis caçadores — verdadeiros artífices de um futuro que nascia do trabalho constante, obscuro, fecundo e benfazejo.

ELEVAÇÃO A CIDADE

Detenhamo-nos agora num facto importante para Aveiro, a encher uma nova página ilustrada na história da liberdade da nossa terra.

Decorria o ano de 1758. Em 13 de Dezembro, ao tornar-se público o respectivo processo, comunicava-se oficialmente ao País ter sido el-Rei D. José I vítima de um atentado na noite de 3 para 4 de Setembro; entre os implicados no crime, encontrava-se gravemente responsabilizado D. José de Mascarenhas, duque de Aveiro e marquês de Gouveia, além de mordomo-mor da Casa Real. Em face desta versão, urdida em segredo durante meses, a população aveirense verberou indignada o «horroroso e sacrílego insulto» e revoltou-se contra o donatário da vila. Em 6 de Janeiro de 1759, na igreja matriz de S. Miguel, reuniram-se o Senado Municipal, a Nobreza, o Clero, o Elemento Militar e o Povo e, nas mãos do prior, Frei Paulo Pedro Ferreira, depuseram um protesto solene contra aquele atentado, declarando que não queriam que esta povoação continuasse sob a tutela de donatários mas que desejavam que ficasse imediatamente sob o governo de D. José I, a quem prestaram juramento de fidelidade. Na sequência dos factos, D. José de



DOM JOZE' por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem, Mar em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &c. Faço saber aos que esta minha Carta virem, que Eu fui servido mandar passar o Alvará do teor seguinte: = Eu ElRey. Faço saber aos que este meu Alvará virem, que considerando Eu a situação natural, Povoação, e circunstancias, que concorrem na Villa de Aveiro, e nos seus Habitantes; e folgando pelos ditos respeitos, e por outros, que inclinaraõ a minha Real Benignidade, de lhes fazer honra, e mercê, Hei por bem, e me prás que a dita Villa de Aveiro do dia da publicação deste em diante fique erecta em Cidade, e que tal seja denominada, e haja todos os privilegios, e liberdades de que devem gozar, e gozaõ as outras Cidades deste Reino, concorrendo com ellas em todos os actos publicos, e uzando os Cidadãos da mesma Cidade de todas as distincções, e preeminencias de que uzaõ os de todas as outras Cidades. Pelo que mando a todos os Tribunaes, Ministros, Officiaes, e Pessoas a quem esta for mostrada, que daqui em diante hajaõ a sobredita Villa de Aveiro por Cidade, assim a nomeem, e lhe guardem, e a seus Cidadãos, e Moradores della, todos os privilegios, franquezas, e liberdades, que tem as outras Cidades destes Reinos, e os Cidadãos, e Moradores dellas, sem irem contra elles em parte, ou em todo, porque assim he minha vontade, e mercê. E quero, e mando, que este meu Alvará se cumpra, e guarde inteiramente como nelle se contém, sem duvida, ou embargo algum; e por firmeza de tudo o que dito he, ordeno á Mesa do Desembargo do Paço lhe mande passar Carta em dous diferentes exemplares, que serãõ por Mim assinnados, passados pela Chancellaria, e sellados com o sello pendente della: a saber, hum delles para se guardar no Archivo da mesma Cidade para seu titulo; outro para se remeter á Torre do Tombo. E para que venha á noticia de todos, mando ao Desembargador do Paço Manoel Gomes de Carvalho, do meu Conselho, e Chanceller mór destes Reinos, que faça estampar a dita Carta logo que passar pela Chancellaria, e envie as copias della aos Tribunaes, e Ministros a quem se costumaõ remetter as minhas Leys para se observarem. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos onze de Abril de mil setecentos sincoenta e nove. = REY. = Sebastião Jozé de Carvalho e Mello. = E em observancia do dito meu Alvará, pelos respeitos nelle declarados, e por fazer honra, e mercê aos Moradores da dita Villa: Hei por bem, e me prás que do dia da publicação desta em diante fique erecta em Cidade a dita Villa de Aveiro, e que tal seja denominada, e haja todos os privilegios, e liberdades de que devem gozar, e gozaõ as outras Cidades deste Reino, concorrendo com ellas em todos os actos publicos, e uzando os Cidadãos da mesma Cidade de todas as distincções, e preeminencias de que uzaõ os de todas as outras Cidades. Pelo que mando a todos os meus Tribunaes, Ministros, Officiaes, e Pessoas, a quem esta minha Carta for mostrada, que daqui em diante hajaõ a sobredita Villa de Aveiro por Cidade; e assim a nomeem, e lhe guardem, e a seus Cidadãos, e Moradores della todos os privilegios, franquezas, e liberdades, que tem as outras Cidades destes Reinos, e os Cidadãos, e Moradores dellas, sem irem contra elles em parte, ou em todo, porque assim he minha vontade, e mercê: e quero, e mando, que esta minha Carta se cumpra, e guarde inteiramente como nella se contém, sem duvida, ou embargo

algum; e por firmeza de tudo a mandei passar, por Mim assinnada, passada pela minha Chancellaria, e sellada com o sello pendente della; a qual se remetterá á Torre do Tombo; e do teor desta se passou outra para se guardar no Archivo da mesma Cidade para seu titulo; e para que venha á noticia de todos, mando ao Desembargador do Paço Manoel Gomes de Carvalho, do meu Conselho, e Chanceller mór destes meus Reinos, que a faça estampar logo que passar pela Chancellaria, enviando as copias della aos Tribunaes, e Ministros a quem se costumaõ remetter as minhas Leys para se observarem, na conformidade do dito meu Alvará; e á margem do registo deste se porá a verba necessaria; e está Carta se registará nos livros da Camera da dita Cidade de Aveiro, e nos da Correição da mesma Comarca. Dada na Cidade de Lisboa aos vinte e sinco dias do mez de Julho. Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESU Christo de mil setecentos sincoenta e nove.

ELREY.

Carta, porque V. Magestade ha por bem crear em Cidade a Villa de Aveiro com todos os Privilegios, e liberdades, de que gozaõ as outras Cidades deste Reino, concorrendo com ellas em todos os actos publicos; tudo na fôrma acima declarada.

Para V. Magestade ver.

Por Alvará de Sua Magestade de onze de Abril de mil setecentos sincoenta e nove annos, e despacho da Mesa do Desembargo do Paço de vinte e quatro de Julho do mesmo anno.

Manoel Gomes de Carvalho.

Jozé Pedro Emaus.

Pedro Norberto d' Auourt e Padilha o fez escrever.

Manoel Gomes de Carvalho.

Fez transito pela Chancellaria mór da Corte, e Reino, e nella publicada. Lisboa, 11 de Agosto de 1759.

D. Miguel Maldonado.

Registada na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 126. Lisboa, 11 de Agosto de 1759.

Rodrigo Xavier Alvares de Moura.

Joaõ da Costa Lima a fez.

Foi reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues.

Reprodução do alvará e da carta da elevação de Aveiro a cidade, impressos à data em Lisboa, objecto presentemente de grande raridade bibliográfica.

— Publicado no «Arquivo do Distrito de Aveiro, Ano XXV, pgs. 255 - 258.

Mascarenhas seria condenado à morte, em 12 de Janeiro; a duríssima sentença executar-se-ia no dia seguinte, em Belém, no meio de horríveis sofrimentos e com requintes de ferocidade. O último representante da Casa de Aveiro, «envolvido na misteriosa conspiração dos Távoras, expirou com seus cúmplices no patíbulo, numa das execuções mais requintadamente cruéis e ferinas de que as justiças portuguesas são rés em face da humanidade» — no dizer de Luís de Magalhães. (2)

O monarca mostrou-se sensível e agradecido perante a atitude de repulsa dos habitantes de Aveiro e procurou, desde logo, valorizar a vila, coadjuvado pelo Marquês de Pombal. Assim, em 11 de Abril do mesmo ano, D. José I assinava o alvará pelo qual a vila de Aveiro, notável por mercê filipina, era elevada à dignificante categoria de cidade: — «Hei por bem e me apraz que a dita vila de Aveiro, do dia da publicação deste em diante, fique erecta em cidade» — lê-se no documento.

Em 1 de Junho, a Câmara Municipal, por sua vez, resolveu agradecer oficialmente a el-rei a graça concedida, encarregando o aveirense João de Sousa Ribeiro da Silveira, cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão-mor de Ílhavo, de beijar a mão de Sua Majestade, como sinal da mais viva gratidão, e de lhe pedir dispensa do pagamento dos direitos. Desempenhando-se dessa honrosa missão, o ilustre fidalgo trouxe a carta régia que, entretanto, o soberano tinha assinado em 25 de Julho, pela qual se fazia público de que Aveiro — elevada a cidade — definitivamente teria «todos os privilégios e liberdades de que devem gozar e gozam as outras cidades deste Reino, concorrendo com elas em todos os actos públicos e usando os cidadãos da

mesma cidade de todas as distinções e preeminências de que usam os de todas as outras cidades». (3)

O capitão-mor, chegado a Aveiro, leu e entregou o documento nos Paços do Concelho, em 29 de Setembro, festa litúrgica de S. Miguel, estando presentes a Vereação, o Clero, a Nobreza e o Povo. Seguidamente, na igreja matriz, houve missa solene, sermão pelo orador Frei Bernardo de S. José Magalhães, da Ordem dos Pregadores; à tarde, cantou-se um te-deum, levantaram-se preces pelo rei e uma procissão percorreu as ruas da nova cidade, bem ornamentadas; as manifestações de alegria prolongaram-se pelos dois dias seguintes, com festejos populares, iluminações, encamisadas e touradas. Aveiro era a décima sétima cidade de Portugal, por ordem cronológica.

João Gonçalves Gaspar

(1) — Tradução: — «As terras que possuímos no Alavário (Aveiro) e as salinas que aí mesmo comprámos». Vd. **Milenário de Aveiro** — **Colectânea de Documentos Históricos** — I, 1959, pg. 3. Arquivo da Universidade de Coimbra, doc. n.º 1 da Colecção da Colegiada de Guimarães (Apógrafo do século XII).

(2) — **Aveiro — A Cidade e a Paisagem**, em «A Arte e a Natureza em Portugal».

(3) — **Milenário de Aveiro** cit., II, pgs. 586-588: Vd. também «Arquivo do Distrito de Aveiro», 1959, XXIII, pgs. 255-258: alvará e carta de elevação de Aveiro a cidade.



MEDALHA COMEMORATIVA DO 225.º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DE AVEIRO A CIDADE
— Bronze. Diâmetro - 8,9 cm. Edição - 500 exemplares.
Desenho - José Augusto, Aveiro.

FESTAS DA CIDADE E DE SANTA JOANA



De 6 a 27 de Maio realizaram-se em Aveiro as Festas da Cidade, de cujo programa constaram os actos religiosos em honra da Padroeira Santa Joana Princesa. Entre as diversas alíneas, incluíram-se provas desportivas de diversas modalidades, concertos musicais e corais, várias exposições e festivais, e ainda um espectáculo de folclore com a participação de todos os grupos do Concelho.

A festa de Santa Joana efectuou-se no próprio dia litúrgico, 12 de Maio, aniversário da sua morte, que é também feriado municipal; celebrou-se a Eucaristia e promoveu-se a procissão.

O Boletim Municipal de Aveiro honra-se em publicar, na íntegra, as palavras que o Bispo da Diocese, D. Manuel de Almeida Trindade, proferiu na ocasião oportuna, durante a Missa, na igreja de Jesus. Elas significam um sereno apelo no sentido de que a civilização contemporânea, para não despersonalizar o homem e se tornar monstruosa, se deixe acompanhar e imbuir dos valores do espírito.

UM PEDIDO SATISFEITO

Em Setembro de 1471 D. Afonso V regressou vitorioso da campanha do norte de África. Acompanhava-o o príncipe D. João. Lisboa aprestou-se para os receber. A princesa D. Joana que, durante a ausência do pai e do irmão, tinha tomado «vestido preto e touca chá», ataviou-se, o melhor que lhe foi possível, para receber os vencedores.

D. Afonso V desceu em terra e abraçou enternecidamente a filha. D. Joana julgou ser o momento azado para expor ao pai o desejo que trazia no coração. É uma cena patética, de certo ressaibo clássico, essa que nos é narrada, com simplicidade encantadora, no *Memorial* de Margarida Pinheiro.

Como Sua Alteza muito bem sabia — disse a princesa — era costume dos imperadores e reis antigos, quando regressavam de uma vitória, oferecerem aos seus deuses a jóia melhor que possuíam, isto é, as próprias filhas. El-rei não devia ser menos generoso para com o «verdadeiro e mui poderoso Senhor», do que os monarcas da antiguidade o costumavam ser para com os seus ídolos. Por isso, pedia ao pai que a considerasse como «coisa dada e oferecida já a Deus» e lhe permitisse recolher-se a

um mosteiro do Reino, onde pudesse «servir Aquele que, para nos salvar, todo se deu e se ofereceu na cruz».

D. Afonso V, embora com o coração a sangrar, não pôde dizer que não à filha; «... lançando seus braços em ela com lágrimas que bem demonstravam a dor de dentro do coração — são palavras do *Memorial* — disse-lhe benignamente que lhe prazia e outorgava o que tão sabedoramente soubera pedir». O rei comportava-se como um pai cristão.

É sabido que não foi a mesma a reacção do irmão e da assembleia do povo e dos nobres que ouviu o discurso de D. Joana. Parecia-lhes que razões de estado legitimavam que se pusesse obstáculo ao pedido ali formulado. E essa oposição jamais deixaram de a fazer ao longo da vida da Santa Princesa, mesmo quando ela já se encontrava dentro das paredes deste mosteiro.

Mas, se as alegadas razões de estado impediram que a filha do «Africano» fizesse profissão religiosa segundo as regras canónicas em vigor, não conseguiram, porém, demovê-la da sua consagração a Deus. D. Joana era da ténpera do irmão. Já se falou da sua «teimosia». Mas quando a teimosia é lúcida e humilde, então ela tem outro nome: chama-se a virtude cardeal da fortaleza.

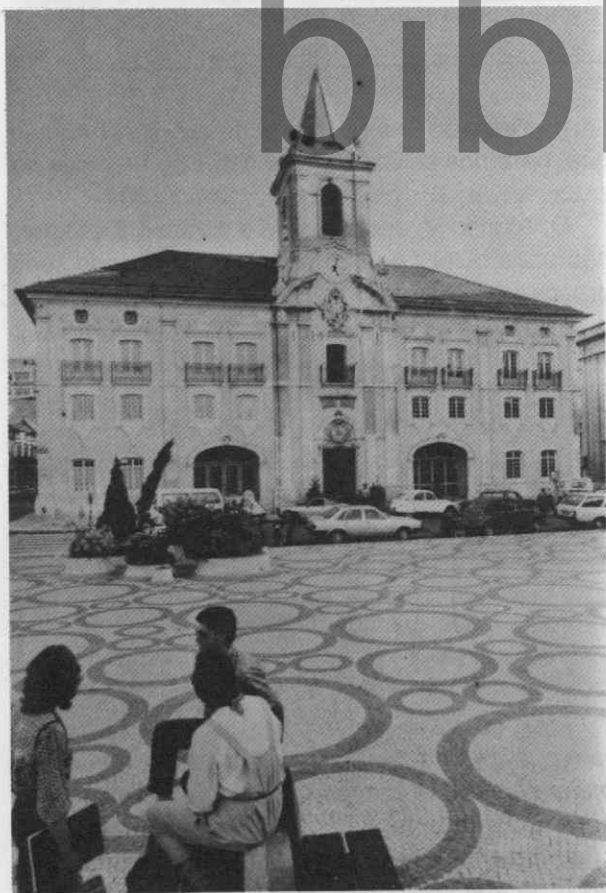
Como se explica uma vocação deste tipo?

► AO SERVIÇO DE DEUS E DOS HOMENS

Talvez a pergunta e a resposta venham a propósito neste dia. Está a celebrar-se, à escala mundial, a Semana das Vocações, que terá o seu ponto culminante, por vontade expressa do Santo Padre, no dia de amanhã. O problema interessa a todos nós. Permitti que o aborde numa rápida e sumária reflexão.

Haverá sempre quem, desconhecedor dos profundos segredos das consciências e, mais ainda, da acção misteriosa de Deus, — é Ele que toma a iniciativa! — atribua a consagração a Deus a motivos menos elevados e menos nobres. Não faltou quem assim pensasse a propósito até de Santa Joana Princesa, aliás com clara adulteração da realidade histórica.

É evidente que não tem vocação para a vida religiosa ou para o estado eclesiástico quem pretendesse abraçá-lo só porque a vida do século lhe é intolerável, porque não é capaz de se adaptar à convivência social, ou então porque perdeu a esperança de realizar no mundo o ideal que sonhou e continua a sonhar.



Edifício dos Paços do Concelho
(1797)

Digo: «e continua a sonhar», porque, enquanto a alma estiver presa a um amor puramente humano (mesmo que seja apenas numa saudade) não está em condições de se poder dar a Deus. A Ele só se podem unir — e encontrar nesse íntimo desposório a felicidade — aqueles que são livres ou conquistaram a liberdade dos filhos de Deus.

A um belo rapaz que, de lágrimas nos olhos, pedia o seu ingresso num seminário porque a tuberculose lhe tinha roubado a noiva, o superior respondeu, não sem esconder a simpatia que o moço nele despertara, que fosse primeiro enxugar as lágrimas e que voltasse depois. De facto, não voltou. Uma figura de Eurico, encadeado ao sacerdócio e romanticamente enamorado de qualquer Ermengarda, é uma caricatura do sacerdócio católico. Mais ainda, da consagração religiosa.

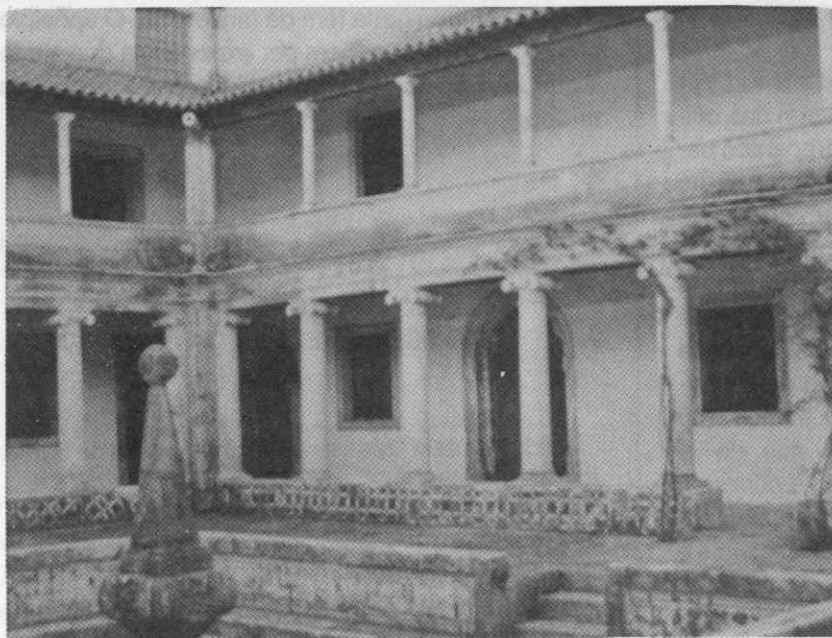
Haverá palavras que sejam capazes de exprimir o conteúdo psicológico, religioso, sobrenatural, deste movimento da alma que se chama a «vocação»? Receio bem que neste, como em tantos outros campos, nos vejamos reduzidos simplesmente a balbuciar.

Para se entender o sentido de uma vida de consagração a Deus seria necessário ter uma noção suficientemente exacta de quem é Deus. Ora, para a maior parte dos homens Deus dificilmente ultrapassa a esfera de uma pura abstracção. É um ser longínquo. Não é Alguém.

► CONHECER A DEUS PELO NOME

Conhecer a Deus pelo nome, como sendo Alguém — à maneira de Abraão, de Moisés, de Jesus Cristo — isto é, de uma maneira vital, íntima, reveladora da realidade que Ele é, constitui privilégio de poucos. Para esses poucos Deus «tomou-se o ser vivo por excelência, vivo de uma vida tão intensa, carregado com o peso de uma tal realidade, que qualquer outra se desvanece nos momentos em que a alma se encontra sozinha e toma consciência de si mesma» (J. Leclercq).

Daí que, para aqueles que encontraram Deus, a ausência e o desconhecimento d'Ele sejam considerados a «suprema miséria». Se eles sofrem com o frio, com a fome, com a injustiça social, com o subdesenvolvimento de que os outros são vítimas, o sofrimento é muito maior quando vêem os homens a caminhar ao longo da vida sem luz e sem esperança. Pior ainda — escreve um convertido, o Padre Loew, que, por amor dos seus irmãos, se tornou estivador no porto de Marselha — quando «a ausência de Deus não é uma simples atitude de facto, mas se pretende apoiar esta indiferença numa doutrina». É a corrupção da inteligência, bem mais trágica do que a corrupção dos sentidos.



Claustro do Mosteiro de Jesus (actual Museu de Aveiro), onde viveu e morreu a Princesa Santa Joana.

«Penso — são palavras do mesmo autor — nas bases de extracção de petróleo, não ousando acrescentar «no Saará», porque os aviões de todos os tipos, os camiões gigantes, a electricidade, as piscinas, os climatizadores, fazem desta região uma realidade que não se parece nada com o deserto que a palavra «Saará» evoca.

Bela e admirável a técnica da extracção do petróleo! As colunas metálicas de 45 metros de altura fazendo descer as sondas perfuradoras a três ou quatro quilómetros do subsolo, as colunas de fogo no alto das chaminés iluminando a noite, as auto-estradas onde se pode viajar a mais de 100 à hora... tudo ali é tão belo e tão bom como a magnificência de uma indústria onde o menor utensílio vale 80 ou 100 milhões, em que o avião substitui o táxi para levar o operário ao trabalho ou para evacuar um ferido mesmo pouco grave.

Mas, ao mesmo tempo, que deserto espiritual!

Bem pagos, bem alimentados, habilmente distraídos, estes engenheiros e operários, que vivem longe dos seus, não conhecem durante nove semanas consecutivas nem domingo nem Natal nem festa alguma. Aí o nome de Deus faz lembrar as cartas recambiadas ao remetente, em que o carteiro escreveu: «Desconhecido, não habita no endereço indicado». Poderá haver penúria maior? Acorrem-nos as palavras de Jesus: «De que serve ao homem ganhar o mundo inteiro, se vier a perder a própria vida?»

Esta penúria parece atingir o seu paroxismo quando o desconhecimento de Deus recai sobre o pequeno e o pobre. Não só porque o pobre está desprovido de outros bens, mas porque, podendo a pobreza conduzi-lo mais facilmente a Deus como ensina o Evangelho, exemplos ou teorias malélicas o afastam d'Ele.

É este espectáculo, comum a todos os séculos — embora com cambiantes e proporções muito diversas — que explica, na maioria dos casos, a vocação religiosa.

Guardo dos meus tempos de Coimbra a carta de uma jovem universitária que trocou as fitas largas de finalista por um apagado e humilde convento num recanto ignorado de Portugal. Diz assim: «A grande aspiração que teve o poder de me separar do mundo foi precisamente o desejo de o salvar. Eu tinha visto, durante a minha estadia em França, os desoladores estragos que o mal realiza na maioria das almas e os tão limitados frutos que os bons recolhem da sua acção. Foi uma visão angustiosa, destas a que só se pode responder com a própria vida. E como me pareceu que só no Carmelo a minha imolação seria total e útil, portanto, à humanidade, por isso vim!».

É evidente que uma atitude destas só se entende à luz da fé.

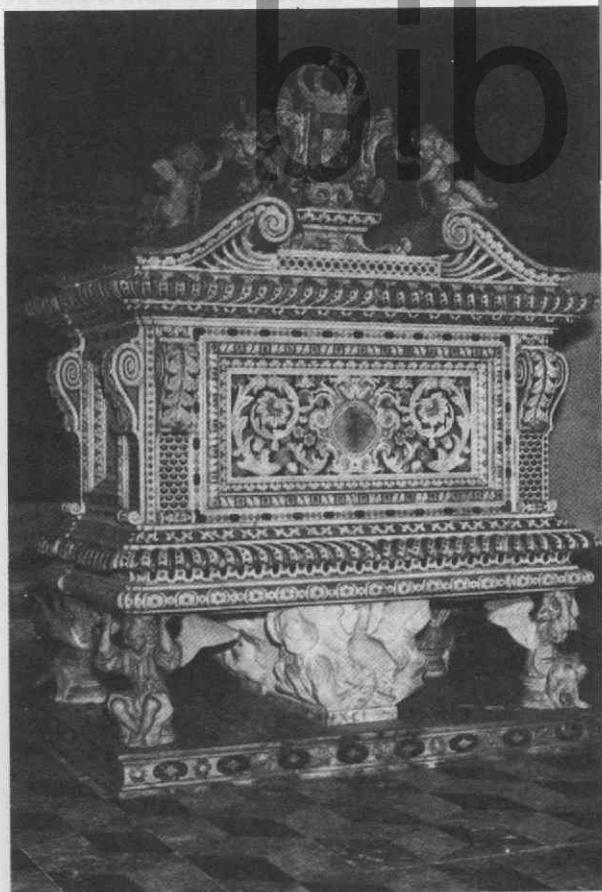
É a fé que explica a vida da Princesa Joana, enquanto viveu neste mosteiro. O *Memorial* aponta explicitamente os motivos que a decidiram: «servir Aquele que, para nos salvar, todo se deu e ofereceu na cruz».

► UMA FERIDA NO PEITO

Também no século XV, como no nosso, entre o povo humilde e sobretudo a gente da corte haveria homens e mulheres que caminhavam «distraídos» na vida. A sedução das bagatelas faz vítimas em todos os tempos. Este espectáculo doloroso, então como hoje, não deixa de abrir uma ferida no peito de quem recebeu de Deus a graça de O conhecer mais

de perto. É este espectáculo que suscita os apóstolos e os contemplativos.

«Aquele que foi ferido no seu amor a Deus, por vê-lo injuriado, relegado para o armazém das coisas acessórias, esquecido, esse está preparado para ouvir o apelo do Senhor; aquele que pressente, no amor pelos seus irmãos, a angústia sem nome que subirá um dia do mais fundo destes homens e destas mulheres vazios de Deus, também esse está preparado para corresponder à chamada. O amor que este homem (ou esta mulher) tem a Deus — a Deus que não hesitou entregar o seu próprio Filho a esta humanidade ingrata — o amor que este homem (ou esta mulher) sente pelos seus irmãos que ele vê mutilarem-se no que têm de mais belo e correrem angustiados para as farmácias à procura de tranquilizantes, este duplo amor diante de tantos atoleiros e de tanta lama, far-lhe-á ouvir o apelo do Senhor. Contemplativo, ele irá consagrar-se mais exclusivamente a viver diante de Deus em nome de todos os homens e por eles, compensando a sua folia. Apóstolo, ele irá misturar-se à multidão, para lhe anunciar, sem cessar, pelo testemunho da vida e da palavra, a única coisa que é essencial na vida».



Túmulo da Princesa Santa Joana, em Aveiro (1698-1709).

Esta atitude nada tem de fariseísmo. O apóstolo e o contemplativo sabem por experiência que «tudo é graça». Isso os mantém humildes e fiéis ao mesmo tempo.

AS ZONAS VERDES DA HUMANIDADE

Vidas inúteis? Mas terá sido inútil a vida de Santa Joana Princesa?

Quem o poderá dizer, com verdade, de existências que foram consagradas ao serviço dos homens, amparando e educando crianças, assistindo jovens que sobem para a vida, cuidando de doentes, de leprosos ou de velhinhos, enxugando lágrimas, apontando caminhos de fé, de honra e de dignidade?

Mas, mesmo que se tratasse de contemplativos que passam a vida rezando, trabalhando e sacrificando-se escondidamente pelos outros, quem poderia afirmar que são vidas inúteis?

Também àquele que vê a vida e as coisas com critérios de pragmatismo a curta distância parecerão inúteis as zonas verdes das grandes metrópoles ou mesmo das pequenas cidades. Porquê — dirá lá dentro de si — tanto espaço perdido? Não valeria mais construir ali uma casa de muitos andares e de rendimento assegurado?

Mas haverá alguém, conhecedor da necessidade do oxigénio para a vida, que se deixe sucumbir perante semelhante tentação?

Os conventos dos contemplativos são as zonas verdes por onde a cidade respira. Mal iria ao mundo se deixasse de os haver. Ficaria infinitamente mais pobre do que se desaparecessem do seio da terra os filões de ouro ou as minas de diamantes.

Enquanto a civilização industrial ergue fábricas gigantescas em que o homem corre o risco de se despersonalizar, reduzido a um dente de uma roda ou a um botão que se comprime, é necessário que este surto de progresso seja acompanhado de um sopro de contemplação, que se afirme como sinal do Espírito no meio da civilização material. Esta, sem o contrapeso do Espírito e de todos os valores que ele representa — e, entre estes, sem dúvida, a procura da justiça social e o cultivo de tudo quanto concorre para uma autêntica libertação do homem — corre o risco de se tornar uma civilização monstruosa.

Que Santa Joana Princesa, Padroeira da Diocese e da Cidade de Aveiro, interceda para que esta terra, que lhe foi tão querida, hoje em ritmo crescente de progresso, não esqueça que, para ser feliz, não basta um acréscimo de riqueza. Só a fé cristã lhe poderá dar aquilo que é o mais importante.

Este mosteiro e o exemplo de quem nele viveu são, no coração da Cidade, um apelo constante para que o mais importante não seja esquecido.

AVEIRO NO SÉCULO XV

São passados mil e vinte e cinco anos sobre o mais velho documento que se refere a Aveiro: é a escritura de doação da Condessa Mumadona Dias, pela qual esta nobre dama lega os seus bens ao mosteiro de S. Salvador de Guimarães.

Este documento é datado de 26 de Janeiro de 959, da era cristã.

Se Aveiro já existia em mais recuados tempos, deve ter sido saqueada e destruída pelas hordas bárbaras que invadiram a Península e a Lusitânia, depois da queda do Império Romano do Ocidente, pois dela não se encontra notícia senão nos meados do século X.

▶ ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Os velhos documentos exumados do pó dos antigos tombos, têm-se mostrado avaros em dizer-nos a época da fundação da vila que, por ser tão aprazível sítio, tão temperada no clima, tão mimosa de frutas e pescaria e, finalmente, tão provida de tudo o necessário para sustento da vida humana, se faz, sobre estimada, apetecida.

Assim a descreveu Pedro Tavares, Senhor de Mira, a Frei Bernardo de Santa Maria, quando da passagem deste por Aveiro, para ali fundar o mosteiro de Nossa Senhora do Carmo, acrescentando que «entre as notáveis deste reino tem avantajado lugar, por ser empório tão frequentado de naus estrangeiras e naturais, que excede a muitas grandes e compete com as maiores da nossa costa».

Não falta, porém, quem esteja interessado em considerar Aveiro como uma das mais antigas povoações da Península, buscando os mais variados argumentos ou tecendo histórias mais ou menos fantasistas.

«Flumen Vacca oppidum Talabrica», diz Plínio, ao enumerar as cidades da Lusitânia.

Antonino, no seu itinerário, marca uma distância de Talábriga a Aeminium igual à que vai de Aveiro a Coimbra; daí se identificou, erradamente, Talábriga com Aveiro.

Situada «quase toda de norte a sul, em forma prolongada, sobre uma fértil e aprazível campina, que não tem competidora em muitas léguas em roda — como no-la descreve Cristóvão de Pinho Queimado — não é de aceitar que tenha constituído lugar de eleição para nela se edificar uma «oppidum» romana, opinião justificada por não terem sido encontrados no local nem os mais ligeiros vestígios de construções ou objectos da época da dominação romana.

Frei Bernardo de Brito, na sua *Monarquia Lusitana*, quer que Aveiro tenha sido fundada pelos gregos, quando estes, depois da guerra de Tróia, aproaram às costas da Lusitânia; e, para tanto, fundamenta-se nos escritos do espanhol Floriã del Campo, que viveu no século XVI.

Também Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, diz que a povoação foi fundada pelas legiões romanas do tempo de Marco Aurélio, com o nome de Aviarium, local com muitas lagoas, onde se criam aves palmípedes.

Velha feitoria fenícia?

Povoação fundada pelos gregos ao sul da foz do Vouga? Ou pelos celtas e turdetanos?

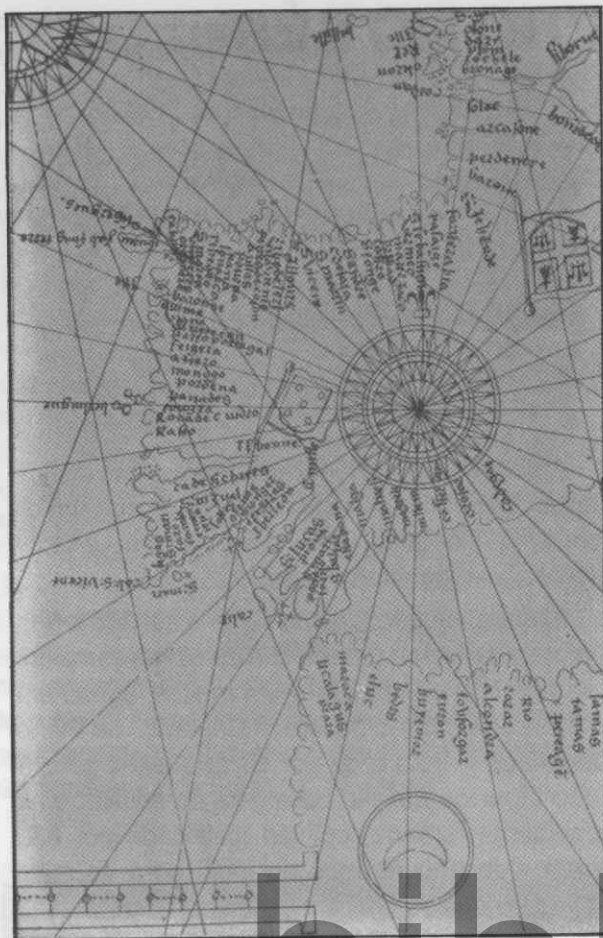
Célebre cidade luso-romana?

Actual representante da antiga Talábriga?

O que de momento se poderá afirmar é que a sua origem está ligada à existência de sal na região, pois era grande a importância deste produto na economia das antigas populações.

O documento datado de 959, escrito em latim bárbaro, designa Aveiro, pelo nome de «Alavarium... in territorio Colimbrie... terras in Alavarium et salinas que ibidem comparavimus».

A partir desta época começam a ser frequentes as referências à povoação que, no ano de



Portulano do final do século XIV, registando já o nome de Aveiro (AUERO), entre as povoações do litoral português.
— cf. *Atlas do Visconde de Santarém*, fl. 36.

1050, surge com o nome de vila de Alaveiro, no inventário dos bens de Gonçalo Ibn Egas e de sua mulher Dona Flâmula: «in illa marina costa sala tertia de Alaveiro...» tal qual se lê no documento 378, *Portugaliae, Monumenta Historica Diplomatica et Cartae*.

A categoria de «vila», que lhe é dada nesta data, não lhe confere ainda a importância que à primeira vista parece ter, pois nos séculos X e XI assim era designado qualquer agregado rústico.

De pouca ou nenhuma importância, pela sua posição nada privilegiada para a guerra, sem castelos ou até mesmo muralhas que a defendessem das constantes arremetidas dos mouros, só algumas décadas mais tarde poderia vir a florescer, mercê do seu comércio próspero, da sua nevegação e da sua agricultura.

Muitas vezes assistiu e foi vítima das frequentes lutas entre cristãos e mouros, quando estes ainda não tinham sido levados de vencida para lá dos campos do Mondego.

Terra de pescadores e mareantes por excelência, nascida para ser grande na paz, só começou a sua verdadeira vida de grandeza depois do século XII, com a tomada de Lisboa em 1147, porquanto só a partir desta data o tráfico marítimo foi intensificado, após o afastamento do perigo dos piratas árabes que de Lisboa faziam a base das suas operações.

Acentuou-se a sua importância a partir de então, concedendo D. Dinis bastantes privilégios a quem quisesse ir morar para a «sua vila de Aveiro».

D. Afonso IV conferiu a todos os pescadores e mareantes da mesma vila, que já então — 1348 — apareceram organizados corporativamente na Confraria de Nossa Senhora da Alegria.

De Aveiro, no ano de 1384, saíram algumas urcas, que se juntaram à frota que foi em socorro de Lisboa ameaçada pelos castelhanos.

Não era, porém, chegada a hora que a «vila nobre e notável» atingiria o seu máximo esplendor e a sua maior grandeza.

Essa hora só soará, quando Portugal tiver aventurado os seus primeiros passos nos mares desconhecidos, na dilatação da fé e na expansão do Império, lançando-se numa gigantesca epopeia marítima que ficará a assinalar uma época na história e civilização de todos os tempos.

Essa hora só soará quando chegar o século XV, século de ouro da nossa História, o século português, quando a vila for pertença do Infante D. Pedro que a cercará de muralhas.

Ecoará e terá ressonâncias grandiosas e sublimes através de todos os tempos, quando aos destinos da «vila» estiver ligada para a acompanhar, como seu anjo protector, uma figura luminosa desta época: a Princesa Santa Joana, «a excelente Infanta e singular Princesa» no dizer de Garcia de Resende. A sua figura eleva-se a um nível culminante sobre aquela Europa, que, tal como a de hoje, vinha sofrendo os abalos de profundas e radicais transformações, quer sobre o aspecto económico e social, quer sob o aspecto intelectual, político e religioso.

► AMBIENTE EUROPEU

Vejamos:

Economicamente, o sistema corporativo medieval — que dera origem e fizera a prosperidade de muitos burgos e vilas, como a de Aveiro, — vai-se desagregando e o capitalismo faz progressos crescentes.

A técnica comercial desenvolve-se consideravelmente e ao lado das casas bancárias já existentes, principalmente nas cidades italianas de Florença, Génova e Veneza, e das suas filiais espalhadas por toda a Europa, outras aparecem, realizando empréstimos, subvencionando empresas, assegurando e dilatando, em suma, o comércio internacional.

Por outro lado, ao passo que a nobreza feudal se ia enfraquecendo e arruinando, com o crescente poder real, ergue-se potente e dominador o Terceiro Estado, já consciente do seu poder e influência, oferecendo aos monarcas seguro apoio, para a reacção oposta aos nobres e ao clero.

Perante a acção centralizadora dos reis, ajudados pelos juristas, a velha nobreza perde as suas prerrogativas, os seus privilégios e a sua autoridade; em contraste, a influência da burguesia, é cada vez maior: burgueses tomam conta de diversas actividades do reino, entrando na administração do tesouro, fornecendo legistas para o conselho do Rei, professores para as universidades.

A nobreza de toga, vence a nobreza de sangue.

No século XIII, a cultura é eminentemente teológica; no século XV é humana.

O estudo da Filosofia e da Teologia, que atingiu o seu apogeu no século XIII com a Escolástica, vem-se dessorando a pouco e pouco na especulação e discussões estéréis do século XIV, e apresenta neste século XV, sinais de marcada decadência.

A corrente naturalista, já acentuadamente marcada em Guilherme de Occam, encontra condições favoráveis para o seu desenvolvimento no humanismo, largamente preparado, nos séculos anteriores e que desabrocha, cheio de esplendor, com Dante e Petrarca nas letras, e Giotto e Fra Angélico nas artes.

S. Francisco de Assis, com a sua doutrina amorável e apaixonada pela natureza, abrindo vastos horizontes ao naturalismo, ajuda a formação desta nova mentalidade.

Os franciscanos fizeram a reconciliação do homem com a natureza «o fogo e a água foram julgados dignos de serem irmãos dum santo. A



Aspecto da muralha quatrocentista de Aveiro, em frente ao Mosteiro de Jesus e junto à porta do sol, que ruuiu em 14 de Janeiro de 1959.

própria água foi lavada e o fogo purificado: a água não é mais aquela água que foi dos escravos, o fogo não é mais aquele fogo que imolava as crianças a Moloch...» no dizer de Chesterton.

O estudo da latinidade, que nunca se esquecera na Idade Média, aprofunda-se no século XIV e, no século XV, o entusiasmo pela cultura clássica torna-se universal.

É este o século do humanismo fecundo e eterno, que, na civilização antiga, procura os valores humanos.

Depressa, porém, degenera num humanismo literário mais superficial, e tem a sua última degenerância no renascimento paganizante do século XVI.

Se as letras ganharam neste decalque dos gregos e latinos, e as ciências experimentais se desenvolveram, a idolatria por tudo quanto tivesse sabor clássico aniquilou a arrojada arquitetura medieval, testemunho imperecível do idealismo dos espíritos mediévi­cos.

Se Giotto e Fra Giovanni — O «Angelicus Pic­tor» — não perdendo nunca a sua simplicidade interior no estudo da natureza e no anseio de Ideal, deram às suas obras um cunho de ternura singela e ingênua, os pintores do século XVI, nas suas, cantavam hinos à natureza pagã.

Este humanismo degenerado provocou um desequilíbrio na civilização dos séculos XV e XVI, e a sua influência, sob o aspecto moral, foi tão nefasta, que os benefícios, que em contrapartida trouxe, não compensam o descalabro em que fez mergulhar os costumes, desprezando os tradicionais preceitos e adoptando outros tão livres, tão desenfreados, que dificilmente se encontrará outra época do mundo civilizado e cristão, em que moralmente se descesse tanto.

No campo político, a Europa do século XV dava o espectáculo confrangedor duma Europa desmantelada, separada por lutas religiosas e fraticidas, abrindo vasto campo à cobiça do turco — o homem do leste que, ameaçador, batia às portas do Ocidente.

A Espanha, que só com os Reis Católicos — 1492 — conheceu unidade territorial, estava longe de constituir, como a Nação Portuguesa, um todo nacional.

A França entrou no século XV completamente retalhada e ensanguentada pela guerra dos Cem Anos. Parte do seu território estava na mão dos ingleses e a outra parte ermado pelas guerras desastrosas. Carlos VII nada mais era do que o Rei de «Bourges», e teria perdido ceptro e coroa,



Imagem quatrocentista na Sé de Aveiro, em alabastro de Nottingham.

se, duma aldeia da Lorena, não surgisse a heroína que, inspirada por Deus, salvou a França, dando-lhe admirável exemplo de fé nos seus destinos.

A Inglaterra viu perdidos todos os territórios e garantias que alcançara da França, internamente, as lutas com a Escócia e a Guerra das Duas Rosas reduziram-na a um deplorável estado.

A Alemanha, constituída por um aglomerado de cidades livres e cerca de 400 principados, ducados e estados pequenos que continuamente se guerreavam vivendo na mais dissolvente anarquia, era permanente campo de lutas, onde os Hohenzollern, os Wettels e os Habsburgo, se disputavam a coroa imperial, mais um símbolo do que uma realidade.

A Itália via-se a braços com as rivalidades que mantinham entre si, não só as diferentes cidades livres e independentes em que estava fragmentada, mas também as principais famílias duma mesma cidade, que recorriam a estranhos para solucionar questões internas, franqueando-

-lhes a entrada e facilitando-lhes o domínio.

Os Estados Escandinavos esgotavam-se em lutas pela hegemonia.

Dos povos Eslavos, só a Polónia atingira certa importância e organização, sendo a potência preponderante da Europa Oriental e a barreira que, no século XIV, susteve a invasão mongólica.

O Império Bizantino, após uma existência de quase mil anos, estava reduzido à sua opulenta capital. De um lado os eslavos, do outro os húngaros; mais tarde, os tártaros, os árabes e, agora, os turcos tinham ido minando, esfacelando e arruinando o Império do Oriente.

O turco avançava sempre e a bandeira do Crescente teria chegado à Europa cristã, se o rei da Hungria lhe não detivesse a marcha.

Tem ressaibos de tragédia este paralelismo histórico do século XV e do século que atravessamos!...

O panorama religioso é marcado pelo período tristemente célebre dos Papas de Avinhão e do grande Cisma, que contrasta com o período de prestígio e hegemonia do Pontificado, durante a Idade Média.

Os princípios básicos da unidade religiosa e da hegemonia da Santa Sé são atacados, dando origem à série de calamidades que caíram sobre a Igreja.

Após as primeiras heresias de Wicleff e de João Huss, bastou uma chispa lançada por Lutero para que se ateasse o fogo da rebelião religiosa mais radical que a história regista e que trouxe a mais dolorosa divisão da Cristandade.

Só nesta ponta ocidental da Península se afirmava já uma nacionalidade, plena de vigor transbordante de vitalidade, uma, forte, ansiosa de expansão. Passada a crise de crescimento, há paz e grandeza.

PORTUGAL NA EPOPEIA DOS DESCOBRIMENTOS

Enquanto por essa Europa os homens andavam «cegos e sedentos» do sangue de seus irmãos,

«Não faltavam cristãos atrevimentos
nesta pequena casa lusitana».

Por ocultos mistérios de Deus afastada de Castela, esta Nação, que um dia seria chamada «fidelíssima», entrava no século XV guiada pela mão dum génio, nessa estrada imensa que liga os

continentes, nesse mar ainda tenebroso e que, mercê da fé e do arrojo dos nossos mareantes, se transformaria num oceano luminoso.

O Príncipe Perfeito, o «Homem», encarnação acabada das virtudes de seus tios-avós — os Altos Infantes — filósofo, estadista, humanista, asceta, realizaria o plano arrojado de D. Henrique.

Desligado a pouco e pouco da monarquia leonesa, o pequeno condado portugalense, vai-se alargando e transformando no reino de Portugal.

Os filhos de D. João I fazem o seu baptismo de sangue, em Ceuta, e D. Afonso V assenta no Magreb os primeiros pilares do nosso império de além-mar.

E, traçados definitivamente os limites geográficos, organizada a vida administrativa da Nação, despertada a sua consciência nacional, afirmada e consolidada a sua independência em Aljubarrota, Portugal entra no século XV, uno, forte e livre,



Arcos ogivais na igreja de S. Domingos (actual Sé de Aveiro), da construção inicial de 1423.



Imagem de Cristo Crucificado, de madeira, do século XV, quase de tamanho natural — Mosteiro de Jesus (actual Museu de Aveiro).

marcando uma posição de grande preponderância, numa Europa inquieta e atormentada por numerosas guerras de domínio e cisões religiosas.

Ainda com marcados ressaibos de espírito medieval, cujo expoente máximo está consubstanciado na figura de D. Afonso V, Portugal é, nesta época, a expressão de uma geração de homens — guerreiros e santos, sábios e filósofos — que culmina na figura gigantesca do Infante de Sagres.

Encarnação de todas as virtudes da Raça, tradutor dos seus sonhos mal despertados para mares nunca doutro lenho arados, acendeu, em Sagres, o facho que iluminaria as paragens longínquas e desconhecidas da História, ocultas ainda à radiação da Fé.

O Portugal de Avis, o Portugal dos Descobrimientos, que à sombra da cruz realizaria o sentido apostólico da sua vocação, irá continuar a obra inacabada da conquista e do povoamento, obra

de Cruzada que se iniciou em Ceuta e que só terminará no sacrifício de Alcácer-Quibir.

A conquista de Ceuta, em 1415, é o primeiro verso duma epopeia inspirada por um ideal inultrapassável, qual era o de, em «serviço de Deus», destruir o Islão, ameaçador da Cristandade, salvar a civilização ocidental da cobiça dos povos do oriente.

Mas, mais do que isso, a conquista de Ceuta é o marco miliário duma idade nova, duma idade oceânica, em que Portugal representa o primeiro papel. A tomada de Ceuta marca, melhor do que a tomada de Constantinopla, uma nova época: ela foi a precursora imediata da idade dos descobrimentos marítimos, determinante duma viragem na História.

De Ceuta se partiu para a Grande Rota, que substituiu a concêntrica civilização mediterrânea pela excêntrica civilização atlântica.

Refugiado na estranha corte do Sacro Promontório, cercado de desvairadas nações de gentes, D. Henrique prepara cientificamente os seus marinheiros para vencerem o mar tenebroso, povoado de lendas e mistérios, esse mar considerado como um limite inviolável da terra.

Ajudado por uma inteligência pujante, este génio silencioso debruça-se sobre o mar, interroga-o, a querer desvendar-lhe os mistérios, e giza um plano que irá executar tenaz e porfiadamente.

Há um mar tenebroso povoado de lendas e mistérios?

Há um príncipe cristão para as bandas do Oriente?

Há uma Índia, povoada de infiéis para lá desses mares?

É necessário desafiar e vencer o mar das trevas.

É preciso ir em busca do Preste João.

Há que chegar à Índia e sufocar mortalmente o inimigo da Cristandade.

As naus do Navegador, tripuladas pelos seus mareantes, irão sistemática e perseverantemente, sulcar o Oceano, numa luta de igual para igual: dum lado o mar tormentoso, do outro o esforço duma Raça.

O mundo ignorado vai surgindo aos olhos da Europa.

A passagem do Bojador modifica a fisionomia do mundo: rasga os limites que a antiguidade julgava invioláveis.

O mar-oceano, cujas ondas eram negras como breu, abria-se, límpido, às naus destes marinheiros de Cristo.

Não há mais ondas negras, onde o Sol se afogava sem voltar a aparecer...

Não mais ilhas misteriosas, onde os pescadores sofriam eternas penas...

Não mais estranhas estátuas, Adamastores disformes, ordenando terrivelmente que não fossem mais além...

Gil Eanes quebrara o encanto.

O negro mar das trevas era agora o verde mar da esperança!...

E sempre... se apetrecham as embarcações que seguem rumo à África em demanda do Oriente... Sempre... no mesmo ritmo, sem desânimo, por uma obra de Cruzada, depois de cimentada na da conquista e exploração, os portugueses de quatrocentos tornam-se os pioneiros da fé católica e obreiros do Império.

É neste momento histórico que, em Lisboa, nasce a Princesa D. Joana, filha do Rei de Portu-

gal, D. Afonso V, e de sua mulher, a Rainha D. Isabel.

Com 20 anos, veio para o mosteiro de Jesus, em Aveiro, sepultar a sua radiosa beleza, trocando o fausto e pompas da corte de seu Pai pela vida de penitência e austeridade.

Aqui se veio encerrar e aqui se finou santamente. Com a sua morte, se despiu de galas a própria natureza: em Maio, as flores murcharam e as folhas caíram...

Os seus contemporâneos lhe chamaram santa Princesa, e sob esse nome é ainda hoje invocada pelos marinheiros que o põem na proa dos seus moliceiros e arrastões, e por todos os aveirenses que crêem que a sua alma continua a protegê-los.

Singular figura a desta Princesa jurada dum reino, cuja vida silenciosa e humilde é uma eloquente epopeia na projecção que teve sobre o mundo e a sociedade em que viveu, e que ainda hoje, passadas centenas de anos, nos faz recolher em saudosa meditação.

Esta Infanta de vitral brilha esplendorosamente, como iluminura mediéfica emoldurada pelos luminosos poentes da sua «Lisboa a pequena», como com enternecimento chamava à sua vila de Aveiro.

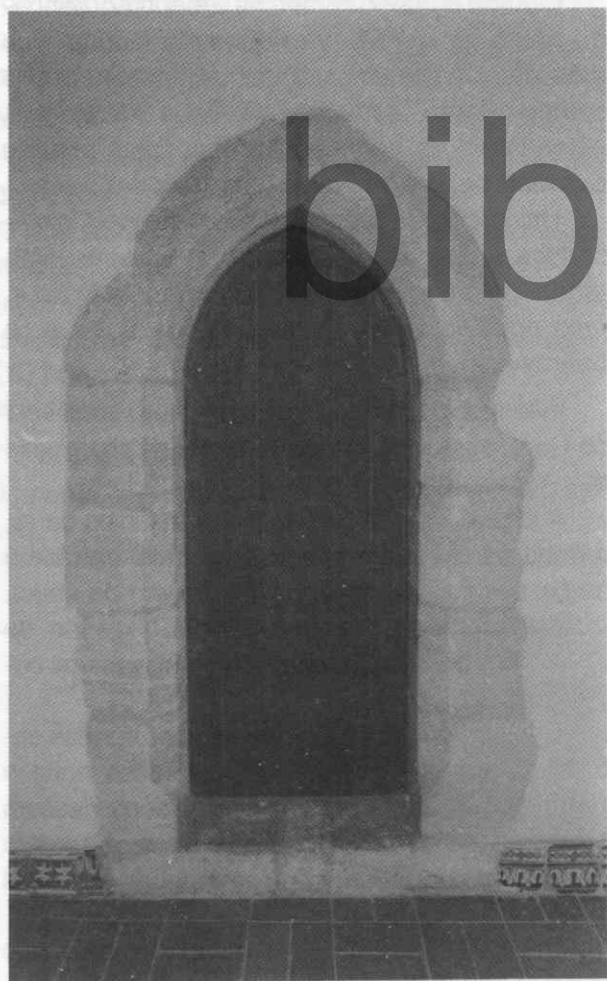
A 25 de Julho de 1415, sai do Tejo a grande armada que irá conquistar Ceuta.

Nela vão incorporados alguns navios de Aveiro, que faziam parte da frota «bem alpendrada e toldada» de setenta navios, todos novos, saída do Porto, sob o comando do Infante D. Henrique.

Ceuta é agora portuguesa. A armada regressou a Portugal. O Infante D. Pedro, (filho segundo do rei da Boa Memória) é feito duque de Coimbra e também senhor de Aveiro. No seu espírito nasce a ideia de tornar a vila uma das primeiras de Portugal.

Para tanto contribui a sua magnífica situação geográfica e os muitos favores e privilégios que lhe foram concedidos sob a protecção do seu novo donatário — o da «Virtuosa Benfeitoria» — a quem os Aveirenses chamariam «O Reedificador».

Nunca a vila tinha recebido por senhor quem tanto por ela se interessasse, e nem por isso foram poucos os que possuíram o senhorio de Aveiro, ou ali tiveram bens, pois muitas vezes foi doada à nobreza, a ordens religiosas ou a igrejas, como nos primórdios da nossa nacionalidade era uso fazer-se no sul da Europa.



Arco ogival no Mosteiro de Jesus (actual Museu de Aveiro), da construção inicial dos meados do século XV.



Cruzeiro gótico-manuelino, na Sé de Aveiro —
pormenor da imagem do Crucificado.

Passando pela mão de diversos donatários, foi pertença da coroa no reinado de D. Dinis e de D. João I, até ser doada a seu filho o duque de Coimbra, doação mais tarde confirmada por D. Duarte e depois por seu sobrinho, o rei D. Afonso V, em 1448, que a tomou de juro e herdade.

Não quiseram as intrigas políticas e palacianas que por muito tempo ela estivesse na posse deste nobre senhor.

A sua trágica morte nos campos de Alfarrobeira, no ano de 1449, fá-la voltar à posse da coroa, até que, em carta datada de Alcobaça, a 19 de Agosto de 1485, D. João II declara fazer «irrevogável doação da nossa vila de Aveiro com seus terrenos e com todas as rendas e direitos reais da dita vila e da dízima nova e velha do pescado dela, à Infanta D. Joana, sobre todas mui prezada e amada irmã», que, no humilde e pobre mosteiro dominicano, viera sepultar a sua radiosa e estranha beleza, de cabelos loiros e olhos verdes.

Em Julho do ano de 1472, a Infanta D. Joana, acompanhada do pai e do irmão, e com todos os da sua corte, cobertos de dó e muito tristes — como se lê no velho código quinhentista da Crónica da Infanta — seguiam a caminho de Coimbra, onde, no sumptuoso e excelente convento das Claristas, a Princesa ia dar entrada.

Todavia, antes de chegar à cidade de Coimbra, a Princesa, que «só procurava religião onde vivesse com pobreza e humildade e onde estivesse com Cristo pobre e pequenino», pediu ao pai que a deixasse ir para Aveiro, para um mosteiro pobre, havia sete anos fundado. O poderoso monarca, o primeiro que por graça de Deus foi rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, «mandou que endereçassem suas jornadas para a vila de Aveiro contra a vontade e parecer de todos.

▶ AVEIRO QUATROCENTISTA

No século XV, já aparece nos códigos com o nome português de Aveiro, a antiga Aviarium, a Alavarium ou Alaveiro dos séculos X e XI.

Grande empório comercial e marítimo, banhado pelas águas da sua riquíssima laguna, que mais não era do que esse mar lusitano, que desde sempre tanto seduzira os seus habitantes, estendia-se de norte a sul numa vasta planície das mais belas e produtivas da região das Beiras.

Um braço da laguna — o esteiro do Cojo — cortava a povoação de poente a nascente, limitando, pelo sul, o recente bairro de Vila Nova e, pelo norte, o velho e nobre bairro da vila e os bairros comerciais do Albói e da Ribeira.

Infletindo para o sul, corria o esteiro pelo vale do Cojo, para ir passar junto às terras chamadas das Agradas, não longe do bairro dos Oleiros.

A laguna, aberta para o mar, no sítio da barra, a duas parcas léguas da vila, ofertava entrada e saída aos barcos de maior tonelagem de então, quer nacionais quer estrangeiros, fazendo de Aveiro um dos mais importantes entrepostos comerciais do século XV.

É assim que, através dos seus profundos canais, a laguna constituía um magnífico porto e permitia que as maiores naus e galeões viessem acostar ao Cais do Albói e da Ribeira, à sombra das muralhas da «antiga e mui nobre e notável cidade de Aveiro».

Era a vila formada pelos seus cinco bairros, o mais antigo dos quais, o mais nobre e por certo o principal foi rodeado de muralhas por ordem do Infante D. Pedro, donatário de Aveiro, depois de 1415.

Querendo que ela fosse uma das mais impor-

tantes do reino, mandou reconstruí-la e iniciar a construção de altos muros, para o que se utilizou o calcário acinzentado dos lugares próximos, calcário brando, é certo, mas que o tempo endurecia.

É de presumir que tivesse orientado a construção das muralhas o mestre de obras do Infante, Lourenço Eanes de Morais, que era «morador na vila de Aveiro» em 26 de Outubro de 1432.

Quem, pois, no ano de 1472, acompanhasse a Aveiro a Princesa de Portugal e com ela viesse do sul pelo caminho real, avistaria a silhueta das muralhas, com suas barbacãs e torreões, que circundavam o bairro nobre da povoação.

Fora de muros, passava-se ao lado do bairro dos Oleiros, por uma larga rua que se terminava na entrada mais importante da vila.

Logo ali, sobre a porta chamada, por principal, «a porta da vila», estavam gravadas na pedra uma inscrição em numeração romana e as «quinas reais, sobre a cruz de Aviz, com a orla dos castelos, tendo cortados os superiores com o banco de pinchar; por cima, o braço duma balança cujos pratos pendem dum e doutro lado do escudo e uma fita com a palavra «désir».

Isto é: a era de 1418, sobre o brasão de armas do Infante D. Pedro.

De sólida construção, o cinto de muralhas, em hexágono irregular, era formado de seis lanços, interrompidos, «como os de Jerusalém» por nove diversas entradas (bem que nelas se encontram (12 portas) além de 4 postigos, estes destinados apenas aos peões.

Ao meio do mais importante lanço — o que ficava voltado para o sul — abria-se a porta da vila.

Nesta entrada se contavam duas portas, ambas em forma de arco ogival.

Passada a primeira, ficava-se num átrio rectangular, limitado pela espessura das muralhas e fechado ao fundo pela segunda porta, que era necessário ultrapassar também, para se ficar dentro da vila, a que muitos chamavam a «Jerusalém Lusitana».

Na porta principal tinha começo a Rua Direita. Seguiu para norte, cortando a vila e dirigindo-se directamente ao outro extremo do bairro, onde, depois de tomar o nome de rua da Costeira, se terminava na porta da Ribeira.

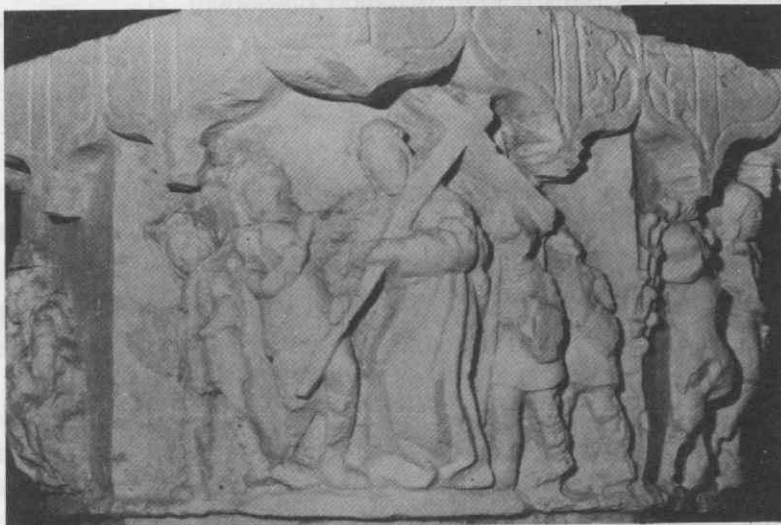
Não precisavam os habitantes do bairro dos Oleiros, como se verifica pela fotografia das muralhas, de as rodear muito para entrar no seu recinto fechado: a porta do Sol, voltada quase para nascente, donde o seu nome, dava-lhes acesso para a rua de Santa Maria, no local onde tinha sido levantado o convento de S. Domingos.

Foi este convento fundado pelo Infante D. Pedro, que para isso obteve licença do Papa Martinho V, em 19 de Fevereiro de 1423, e a ele anda ligada a lendária aparição da Virgem ao velho Afonso Domingues, trazida até nós pelo notável cronista da ordem dominicana — Frei Luís de Sousa — e mais tarde romantizada pelo poeta do Trovador, João de Lemos.

No lado interior da muralha, sobre a porta do Sol, encontra-se um nicho com uma imagem da Virgem e a invocação «Ave-Gratia-Plena».

Da porta do Sol para nascente, abraçavam as muralhas o convento de S. Domingos e a sua

Cruzeiro gótico-manuelino, na Sé de Aveiro — pormenor, na base, figurando a caminhada para o Calvário.



grande cerca até junto do campanário da igreja, onde ficava a porta do campo e em cuja parede exterior estava inscrita na pedra a epígrafe:

«Ano do Senhor de 1418. Estas muralhas, o Infante D. Pedro, filho de inclito rei D. João I, mandou construir».

Daqui, corriam os muros até ao extremo da cerca do mosteiro de Jesus, desciam em curvas e contracurvas a rampa da Corredoura, como que a querer lançar-se lá em baixo, no esteiro, para se abrirem junto do cais numa outra entrada, que uns afirmam ser apenas um postigo, outros garantem ser uma porta. Trata-se da porta do Cojo.

Já para trás, a muralha apresentava mais duas entradas destinadas a peões: o postigo do campo — também chamado do norte, por ficar voltado para este ponto cardeal, e o postigo da Corredoura, do Cojo ou do nascente; o primeiro, à Travessa das Laranjeiras — extremo da cerca do Mosteiro de Jesus; e o segundo, a nascente da Travessa do Hospital.

Também na porta do Cojo não faltava uma inscrição, junto ao arco ogival do lado exterior, que rezava assim:

«Ano do Senhor de 1422. O Infante D. Pedro, filho de D. João I, mandou fazer estes muros como os da cidade de Jerusalém».

Marginando o cais, seguia a muralha em linha recta para se abrir na porta da Ribeira com dois arcos, depois do que se continuava sempre paralela ao esteiro, acompanhando o bairro da Ribeira até ao largo de S. Brás, onde terminava por um torreão, antes do qual ficava a porta do cais.

Depois deste, fazendo um ângulo recto, subiam os muros ameaçados pela ribeira das Arribas, deixando de fora o bairro dos comerciantes ingleses. No vértice deste ângulo, situava-se a porta do Albói, voltada para poente e dando passagem para o bairro que lhe deu o mesmo nome.

Ao cimo da porta das Arribas, as muralhas seguiam quase em linha recta, abrindo-se na porta de Rabães.

Mais ao sul, depois de dois torreões, entrava-se na vila pelo postigo do mar, e o lanço terminava na porta de Vagos, aberta na direcção da vila do mesmo nome.

Daí, correndo para nascente, vai fechar-se o hexágono na porta da vila, não sem ter sido interrompido pelo postigo do Sol.

Desta muralha pouco ou nada resta. Até há pouco, dois troços de pedras enegrecidas; agora... encontrar-se-á qualquer vestígio relevante?

VIDA SOCIAL, ECONÓMICA E RELIGIOSA

O bairro nobre, que as muralhas circundavam, era ocupado, em grande parte, pelos conventos dominicanos de Jesus e de Nossa Senhora da Misericórdia — este, com sua grande cerca.

Atravessado de sul para norte, pelas Ruas Direita, do Loureiro, e do Campo, não contando as de somenos importância, era cortado de nascente a poente por algumas ruas e travessas, das quais diremos a Rua de Santa Maria, a Travessa do Terreiro e a Rua de Santa Catarina. Esta fazia comunicar a Rua do Campo com o adro de S. Miguel, onde vinha rematar a Rua Direita e a do Loureiro.

A par dos magníficos conventos e vetustas capelas, tinha as suas casas todas construídas de pedra, brancas e vistosas a das pessoas vulgares, e as dos nobres com frontispícios, sacadas e primorosos jardins.

Tudo isto tornava a vila com suas largas ruas e espaçosas praças — largas e espaçosas para aquela época — uma das mais belas do Reino, a que não faltava o encanto que lhe emprestavam a sua maravilhosa laguna e as suas riquíssimas marinhas de sal a que feéricos poentes de fogo arrancam cintilações deslumbrantes.

Esquecendo, por momentos, os seus conventos dominicanos, avultava com seu espaçoso adro a Igreja Matriz de S. Miguel, cuja alta torre de três sinos e uma garrida projectava, desde o século XI ou até mesmo desde séculos mais recuados, a sua acolhedora sombra, sobre as águas azuladas da ria.

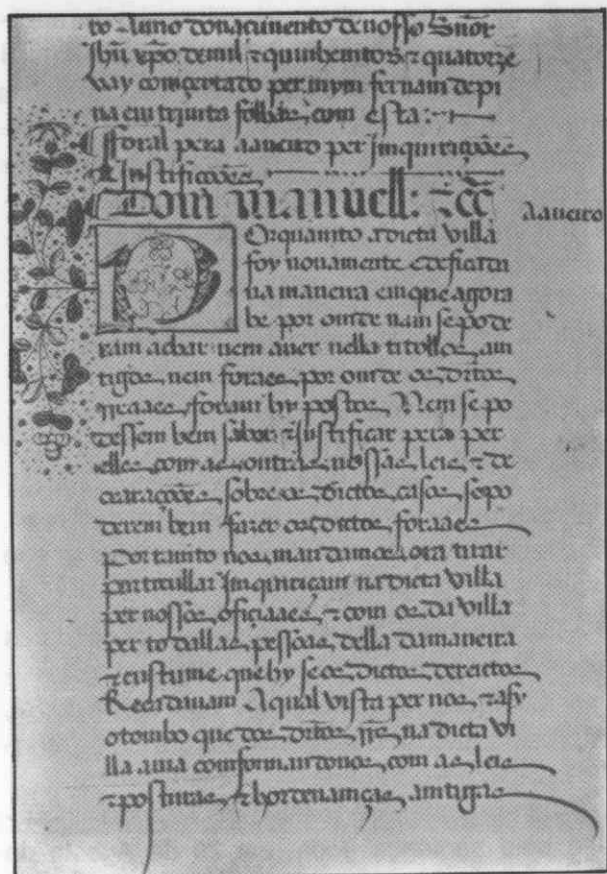
Na sua riqueza, surge com a austeridade dos monumentos medievais.

Fundada cerca do ano de 1086, pelo conde D. Sesnando, segundo versão de alguns investigadores, assistiu a todas as glórias e a todas as vicissitudes dos aveirenses.

Voltada ao poente, não obstante a pesada arquitectura, conservava toda a majestade, com suas «frestas esguias e semicirculares».

Era um edifício grande, sem naves, de pedra e cal, e tinha no frontispício um painel de S. Miguel com moldura doirada.

Fora, encostadas às paredes e gozando sombra protectora, erguiam-se onze capelas; sobressaía uma, de arquitectura gótica, a de Santa Catarina; destacava-se outra em forma de zimbório — a capela de S. Brás — instituída em 1457 por



Reprodução de uma página do foral outorgado a Aveiro por el-Rei D. Manuel I, em 4 de Agosto de 1515.
—Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Fernão Vaz de Agomide, contador-mor de D. Duarte e de D. Afonso V.

Muito próximo, no mesmo adro de S. Miguel, a Albergaria de S. Brás, para alojamento de peregrinos. Dali se avistava, olhando em frente, a Casa Municipal, situada na Rua da Costeira.

No centro da vila — o largo do Terreiro — via a comunidade judaica que se estendia pelas imediações até à rua da Judiaria.

Para além da ponte, que se lançava através do esteiro em quatro soberbos arcos, estendia-se o arrabalde ou Vila Nova.

Era um pequeno bairro de toscas casas, espalhadas desde o braço do Cojo às vinhas de Sá, construídas de pobres paredes de adobos de lama e tendo por cobertura humildes tectos colmados.

Habitado por marinheiros, pilotos e pescadores — os descendentes desses outros aveirenses que já três séculos antes saíam para o mar a lançar as suas redes — o bairro da Vila Nova

tinha começado a formar-se no primeiro quartel do século XV e possuía já bem apetrechados estaleiros, onde se construíam não só poderosas naus e caravelas que iriam ajudar a conquista e expansão, como também barcos e galés, para o intercâmbio comercial.

Sobranceiro ao canal, ficava um chafariz, donde faziam os mareantes suas aguadas para abastecer as embarcações, e cuja água corria até ali, pelo vale do Cojo, trazida em magnífico aqueduto de cantaria.

Muito antiga, e quase no limite do bairro, ficava a sua única ermida. Outrora fora paróquia, mas naquela época era sede de importante confraria dos seus pescadores e mareantes.

Elevada sobre minúsculo outeiro, donde se enxergava o mar, próximo à costa, «é grande e formosa, com um alpendre e seu coro para se cantarem as Missas; tem três capelas — a maior e duas colaterais — com retábulos doirados e tudo com grandeza e perfeição» assim no-la representa Frei Agostinho de Santa Maria.

Santa Maria de Sá... Tal é o nome da pequenina e modesta ermida, que depois foi chamada de Nossa Senhora da Alegria.

Por anexo, um hospital fundado por Fernão da Veiga para os pescadores pobres daquela irmandade, organização social e religiosa, por certo muito antiga, como o atestam os seus confrades nos meados do século XV, em escritura feita perante Afonso Vicente, tabelião em Vila Nova.

Os bairros da Ribeira e do Albói, situados na riba sul do esteiro e marginando-o, eram habitados, o primeiro, por comerciantes e mercadores aveirenses; o segundo, por estrangeiros. Predominavam, entre estes, os ingleses e também holandeses e flamengos.

«Albói» é, segundo parece, corrupção de Albion, pátria dos ingleses que lá habitavam, e que à principal rua do bairro deram o seu nome — Rua dos Ingleses.

Situado extra-muros, com seu cais acostável, tinha fama como grande entreposto comercial e centro distribuidor do comércio externo, representado por firmas de várias nacionalidades. Não é contudo fácil precisar a data em que se estabeleceram aí as primeiras casas estrangeiras.

Já no reinado de D. Afonso III, as quinhentas marinhas de Aveiro, produziram sal bastante para poder ser exportado para Inglaterra, França e Flandres; a formação do bairro do Albói deve remontar, pois, a essa época, tendo atingido, porém, grande incremento no século XIV quando a

indústria salineira se juntou a das pescarias, sem dúvida muito mais importante, o que determinou a afluência de muita gente estrangeira.

Ao entreposto do Albói aproavam muitos barcos, tanto nacionais como estrangeiros: saíam uns com grandes carregamentos de sal, peixe, cereais, vinhos e frutas, destinados aos portos do Reino e aos de Inglaterra, Flandres, Bretanha e Normandia; entravam outros trazendo, em troca, os panos de lã, a cambraia, o linho, o barbante e outros produtos de que se fazia mister.

O homem procura «as localidades cujo torrão fecundo lhes faculta o granjeio das subsistências, em sítios favoráveis à laboração industrial e mercantil» como ensina Amorim Girão. É, pois, de julgar que o desenvolvimento da indústria salineira e das pescarias, intensa no século XIV e atingindo o seu apogeu no século XV, tenha chamado a Aveiro parte da população do interior, que veio juntar-se à que ali já residia.

Era esta constituída especialmente por pescadores e mareantes, marnotos e medidores, construtores navais e mesteirais, comerciantes e artífices das construções urbanas e rurais... por nobres e religiosos.

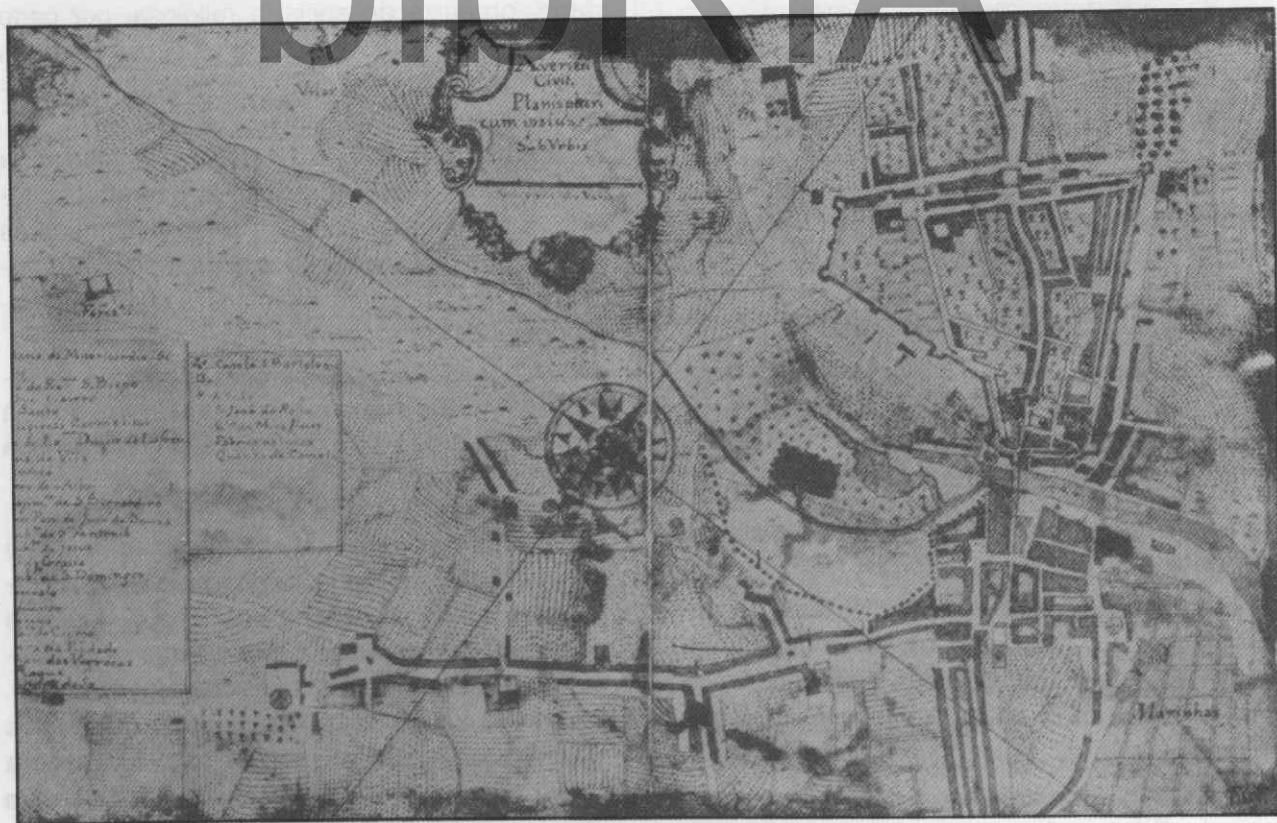
É sem dúvida a classe marítima a mais representativa da vila, constituindo uma força social que, com a sua escola de mareantes, arrojados marinheiros, sábios pilotos, mestres e contra-mestres, pescadores e arrais, formava uma elite de experimentados navegadores, que muito contribuíram para a nossa epopeia dos descobrimentos.

Nesta época, a sua importância devia ser tanto maior quanto é certo que, desde o Infante D. Henrique, mais se tinha valorizado a função dos pilotos, senhores da ciência náutica e de quase todos os segredos do mar.

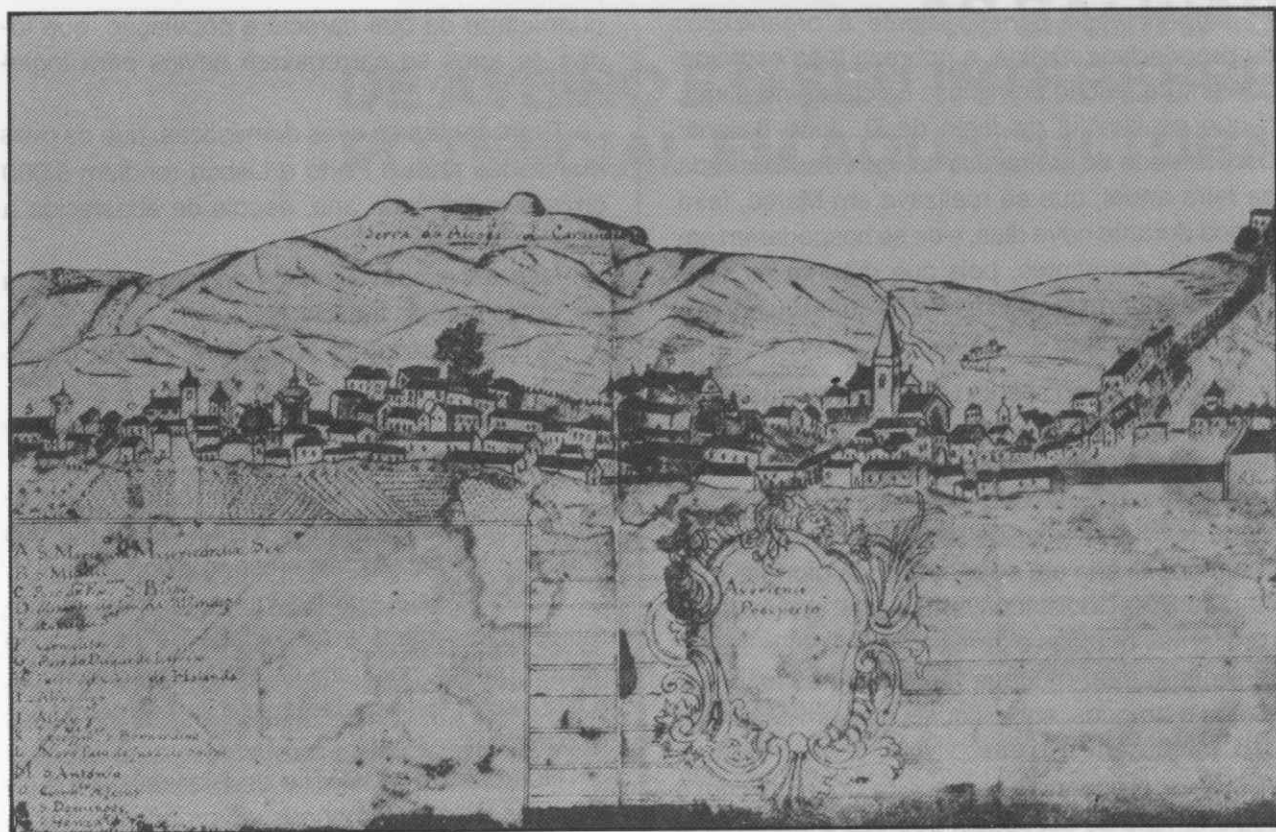
Foi deste alfobre, desta improvisada escola de marinharia que nasceu João Afonso de Aveiro, conhecido em todo o Reino como piloto de grande saber e homem afeito ao mar.

Da importância dos mareantes e pescadores pode avaliar-se, pela sua rica organização religiosa e social, a Confraria de Santa Maria de Sá, representativa da classe, cujos interesses e regalias advogava perante o rei e tribunais.

Da sua antiguidade e extensão pode ajuizar-se pela sentença dada, em 25 de Agosto de 1500, pelo vigário geral do Bispado de Coimbra,



Planta da cidade de Aveiro (fins do século XVIII). Anónimo — Museu Nacional de Aveiro.



Perspectiva da cidade de Aveiro, nos fins do século XVIII. Anónimo — Museu Nacional de Aveiro.

em que se diz ter a Irmandade cerca de duzentos anos e agrupar trezentos a quatrocentos irmãos. Todavia, só no ano de 1441 se constituiu legalmente, por escritura.

A D. Afonso V devem os mesmos pescadores a confirmação de todas as suas graças, privilégios, mercês e liberdades, dada em carta datada de 20 de Julho de 1449 e da qual lhes foi entregue «o treslado dela em pública forma».

Ainda no século XV e no reinado do Príncipe Perfeito, por provisão deste rei, em 24 de Abril de 1488, foi concedido que «sem embargo de taixa, que sobre os ditos pescados aos ditos pescadores têm disposto que eles o vendam e possam livremente vender a dúzias».

Ligada às actividades desta classe, vivia a burguesia aveirense, criada na vila como consequência da função do seu porto e do desenvolvimento do tráfego lagunar e marítimo, na fase que antecedeu os Descobrimentos.

Possuindo uma mentalidade «sui generis» em razão do seu contacto diário com outros povos — principalmente de países nórdicos — contrastava com os restantes habitantes da povoação. Esta classe, dominando um horizonte que transcendia os estreitos limites da vida local, era por isso mais

aventureira, mais aberta às influências vindas do exterior e às inovações do progresso.

Com o seu apogeu durante esse século, esta burguesia composta de mercadores, comerciantes, banqueiros e armadores navais, procurou vencer as restantes classes, fazendo sentir o seu poderio a essa população apegada à terra, senhora depositária das velhas tradições, mantenedora dos antigos usos e costumes.

Todo o esforço destas classes era ajudado pela população rural, que pela sua actividade agrícola fornecia as subsistências necessárias ao grande agrupamento urbano, arroteando e semeando a terra dos grandes senhores — os nobres.

Destes, uns residiam na vila, por nascimento; outros, tinham vindo em virtude das muitas visitas que a Aveiro fazia o Infante D. Pedro, ou ainda pela chegada da Princesa D. Joana, e de seu sobrinho D. Jorge. A sua estadia ali chamava outros, pelo que em Aveiro se foi formando uma pequena corte.

O número de nobres era já tão avultado que, a pedido dos Aveirenses, o senhor da Virtuosa Benfeitora lhes concedera o privilégio de nenhum fidalgo grande, ou pessoa poderosa poder ali estar mais de quatro dias sem o seu beneplácito.

Influenciando beneficemente a organização da propriedade rústica, a nobreza teria exercido, porventura, acção perniciosa na classe marítima, o que se conclui do facto de D. João II sentir necessidade de proibir aos fidalgos a sua entrada na feira anual, que se realizava em Março, feira franca durante nove dias, e de se hospedarem em casa dos mareantes, pois que durante as suas viagens tinham que deixar sós as suas mulheres e filhas.

Recolhidos no silêncio dos seus monastérios, solidões meditativas, refúgio contra um mundo a dessorar-se pelos primeiros sopros de uma Renascença pagã, em luta feroz contra o espírito da Idade Média, criador de santos e heróis, mantinham acesa a fé em suas almas, os monges e as monjas dos dois conventos de Aveiro, em constantes orações e penitências.

Envergando os seus hábitos de estamena, pretos e brancos, sob os quais usavam os cilícios que mortificam a carne, viviam a mais austera disciplina, pregando a verdadeira Doutrina, com o seu exemplo de castidade, pobreza e obediência, em transportes de exaltação mística, num proselitismo ardente.

Em contacto directo com a população da vila, vivendo junto dos seus templos, vivia o clero secular, vestido de suas batinas negras e grosseiras e calçado de toscos sapatos à maneira antiga.

Junto a esta população, mas sem com ela se poder confundir, viviam os de raça judaica em seu bairro próprio, dentro do bairro nobre. Poderosos, gozando de bastante protecção, explorando todos os ramos de negócios — à excepção do de metais preciosos que lhes era vedado — resistiam tenazmente à absorção.

Para fugirem ao baptismo, sujeitavam-se a todo o género de humilhações por parte da população, para quem representavam um sério caso de consciência religiosa.

Desventravam-se as terras da vila, e davam-se fartamente em peixe as águas da laguna e do mar.

Abastecida a população com o necessário, ainda podia exportar para outras povoações do Reino e do estrangeiro o que estava para além das suas exigências.

Abundavam os cereais, pois só os campos do Vouga produziam anualmente 30.000 moios de pão.

Abundava o vinho, os legumes, a hortalça; a produção de frutas ultrapassava de tal modo a

quantidade de que carecia a população, que todos os anos se carregavam navios para Inglaterra.

Eram tantas as aves domésticas, que os ovos mandados para o Porto e Lisboa rendiam 8.000 cruzados em cada ano, depois de abastecida a vila de Coimbra.

Não escasseava a caça do monte nem a da ria, antes parecia inextinguível.

As suas marinhas produziam 16.000 moios de sal.

Nas suas férteis pastagens criavam-se formosíssimos cavalos.

Todos estes produtos contribuíam para valorizar a vila e o seu porto e tornar Aveiro um dos centros comerciais mais prósperos do século XV.

Utilizava-se a sua laguna como meio de comunicação, dada a dificuldade de penetração para o interior, pela falta de estradas e caminhos, a vila expandiu forçadamente o seu comércio para o mar.

Nos bairros do Albói e da Ribeira, barcos de todos os feitios e tamanhos, arvorando bandeiras das mais diferentes nacionalidades, procediam à descarga dos mais variados tecidos, (como os panos de lã, o bristol, o lila (de Lile), a cambraia, o linho cru) — espécie de brim próprio para velas; mais descarregavam fio branco, esparto, sementes hortícolas, aduela, ferro, papel, vidro e pólvora.

Em troca, levavam madeiras, cereais, legumes, vinhos, frutas, sal, peixe e mariscos.

São passados quinhentos anos... Aproxima-se o ano 2.000...

Numa Europa e num mundo do século XX — atormentados por profundas lutas de interesses e dissidências políticas, económicas e filosóficas, e sob ameaças de cataclismos aniquiladores — a velha Lusitânia tenta encontrar o seu rumo certo, a sua grande rota.

Como no século XV, os destinos desta «mui notável e nobre cidade» parecem querer conduzi-la a um avantajado lugar entre as cidades notáveis. Para isso, não lhe falta o dinamismo do seu povo.

Hoje, Aveiro também merece que os seus habitantes a designem pelo nome, tão gracioso, que lhe deu a Princesa Padroeira: «*Minha Lisboa, a Pequena...*».

Dr.^a Albertina Valentim Oliveiros

AS SALINAS DE AVEIRO E O SEU INTERESSE POTENCIAL EM AQUACULTURA

Um dos estudos iniciados em fins de 1982, por colaboradores do Instituto de Zoologia e Estação de Zoologia Marítima «Dr. Augusto Nobre», diz respeito às salinas de Aveiro — características ecológicas e suas potencialidades em Aquacultura.

Trata-se de um estudo que poderá ter um grande impacto na região, visto que, estando a exploração do sal em declínio, poderá eventualmente ser apresentada uma alternativa a essa exploração, quiçá mais rentável do que ela.

De facto, em Aveiro, só cerca de 1/3 das salinas existentes estão actualmente em laboração, devido, em grande parte, aos grandes custos da mão de obra, que não são compensados pelo valor do sal que delas se extrai.

Há pois que pensar numa gestão mais eficaz das salinas — ou conseguindo aumentar a produção de sal sem aumento da mão de obra, ou reconvertendo-as, transformando-as em tanques de culturas de peixes e invertebrados.

Seja qual for o objectivo, qualquer trabalho tem que se iniciar pelo estudo das características ecológicas das salinas, para em seguida se proceder a

uma biomanipulação adequada — ou tendo em vista, exclusivamente, o seu aproveitamento em aquacultura, ou os dois casos simultaneamente.

Uma salina é constituída por vários grupos de tanques inter-ligados — tanques de alimentação, de evaporação e de cristalização — tendo cada conjunto características próprias, e variáveis conforme a época do ano.

A evolução de uma salina ao longo do ano depende grandemente das condições climáticas, em especial de temperatura e de precipitação.

Assim, na nossa região, há um período de actividade, que vai desde a Primavera (Março-Abril) até ao Outono (meados de Setembro), e um período de repouso compreendido entre o Outono e a Primavera — o primeiro com temperaturas mais altas e menor pluviosidade do que o segundo.

No início do período de actividade, a salina é esvaziada e os fundos são limpos. Esta limpeza dura até fins de Junho, altura que a salina está preparada para receber a água.

A entrada da água, no tanque de alimentação, faz-se quinzenalmente, procurando-se que coincida com uma maré-viva.

«Nós os de Aveiro, mesmo no Céu, havemos de ter alguma saudade do fresco panorama do sal, da alva sementeira das praias, da faina dos marnotos tisnados, da graça ligeira das salineiras».

— Lima Vidal.





Homens da Beira-Mar... de ceroulas arregaçadas, de peito ao léu, cheios de sal e escamas, queimados pelo ardor do sol...

Do tanque de alimentação, a água passa, por gravidade, para os tanques de evaporação, e destes para os cristalizadores.

No caso das salinas de Aveiro, como elas têm uma produção contínua de sal, a água entra nos cristalizadores de 3 em 3 dias.

Durante este período de produção de sal, a água, no tanque de alimentação, tem uma profundidade de 20 a 50 cm, e a sua salinidade não ultrapassa, normalmente, 50%.

Nos tanques de evaporação, a água tem uma profundidade de 5 a 8 cm, sendo a salinidade compreendida entre 50 e 220%.

Finalmente, nos tanques de cristalização, a água tem uma profundidade extremamente pequena, de cerca de 2 cm, e a salinidade é superior a 220%. É aí que se dá a deposição do colóide de sódio.

Se, durante o período de produção de sal, a salina é um meio hiper-salino, no período de repouso ela é um meio salobro.

De facto, no final da faina da extracção do sal, as comportas são abertas, e a água do mar entra livremente e banha todos os tanques, nos quais a salinidade baixa para valores nunca superiores aos da água do mar.

Também, durante esse período de repouso, a profundidade da água é maior, especialmente nos cristalizadores, por se encontrarem num nível mais baixo.

Enquanto, durante o período de actividade, os factores ambientais, particularmente a salinidade, se apresentam muito variáveis e fortemente limitativos,

durante o período de repouso esses mesmos factores apresentam valores mais estáveis e mais compatíveis com a vida.

Assim, durante o período de actividade, o número de espécies sofre uma redução, sendo particularmente pequeno nos cristalizadores.

Mas a função dos organismos que resistem a estas condições adversas é de extrema importância na produção do sal. Trata-se do crustáceo vulgarmente conhecido por camarão das salinas (*Artemia* sp.) e de bactérias que dão uma cor avermelhada à água.

O camarão das salinas existe em grande abundância nos tanques de evaporação, graças à não existência, aí, dos seus predadores. Mas, ao passar para os tanques de cristalização, morre, por penetrar num meio cuja salinidade é superior ao seu limite de tolerância. A grande quantidade de matéria orgânica morta daí resultante vai desencadear um incremento das bactérias atrás referidas, que, absorvendo grande quantidade de luz, facilitam a evaporação da água e portanto a formação do sal.

A artémia, além de desempenhar um papel relevante na produção de sal, tem um interesse especial em aquacultura, interesse esse que resulta de:

- Ter um alto valor nutritivo.
 - Resistir a condições desfavoráveis do meio sob a forma de quistos, que eclodem quando as condições ambientais se tornam compatíveis com a sua vida activa.
- Estes quistos, recolhidos e devidamente tratados, podem manter-se armazenados durante vários anos. Basta hidratá-los em condições favoráveis de temperatura, salinidade, luz e oxigenação, para que se dê a sua eclosão.

- Resistir a altos valores de salinidade, podendo manter-se em locais onde os outros organismos não se encontram, e assim atingir altas densidades.

Estas características levam a que seja muito usada como alimento das primeiras fases larvares de peixes e crustáceos estabulados, para os quais o consumo de alimento vivo é essencial.

Como está previsto que a produção mundial através da aquacultura duplicará dentro de 10 anos, e que terá um aumento de 5 a 10 vezes na viragem do século, a necessidade de aumentar a produção de artémia é indiscutível.

Isso é possível concretizar, procedendo a culturas intensivas e extensivas.

As primeiras realizam-se em circuitos fechados, utilizando tanques cobertos, com capacidade de 1 m³, 3 m³ ou 5 m³, munidos de um sistema de circulação de água e de arejamento, e ligados a separadores, onde são acumulados todos os detritos que se formam na cultura.

O alimento, fornecido automaticamente, pode ser constituído por farelo de arroz micronizado, pó de algas, micro-algas vivas, etc.

Nestas condições, 10gr. de quistos podem ser convertidos em 2Kg. de artémia em duas semanas.

A cultura extensiva pratica-se em salinas, que podem estar em laboração (usando neste caso, os tanques de evaporação) ou abandonadas.

Essas salinas precisam de ser submetidas a um

tratamento conveniente, como seja uma fertilização por nutrientes tendo por objectivo um aumento de micro-algas, o que significa uma boa quantidade de alimento disponível, o qual permitirá uma apreciável produção de artémia. Porém, esta fertilização deve ser feita criteriosamente para desencadear o aumento daquelas micro-algas convenientes para a artémia.

A fertilização das salinas não só beneficia a produção de artémia, como também de outros animais que normalmente se encontram neste curioso meio, muitos deles de interesse económico.

Tal actuação poderá ter em vista o incremento de moluscos bivalves (tais como amêijoas, berbigão), de crustáceos (camarão, caranguejo) e de peixes (enguia, tainha, robalo, dourada, etc.).

Em conclusão, parece-nos poder afirmar, pelo que já conhecemos das salinas, que será possível, através de uma conveniente preparação das mesmas, aumentar a produção de sal e a sua produtividade secundária, não só pela cultura extensiva de espécies indígenas, como também, eventualmente, de espécies introduzidas.

Haja em vista que, considerando só a produção de artémia, uma salina pode produzir cerca de 5Kg. de peso fresco de artémia/ha/semana.

Maria Helena Seródio Galhano

(Professora da Faculdade de Ciências - Porto)



A RIA DE AVEIRO

Deixem-me ir hoje, no meu rico vagar, pela estrada que de Aveiro vai ter à Barra.

A começar nas Pirâmides.

Mas antes de lançar pés à suavíssima marcha, esperemos que avance e que passe uma vela que se mostrou ao longe, vinda certamente com pescaria miúda das costas de São Jacinto em demanda do nosso canal.

Já se distinguem perfeitamente os clássicos e variados remendos do pano: um xadrez, meus amigos, um verdadeiro xadrez!

À escota vem um marnoto de idade, de ceroilas curtas, nem chegam aos joelhos; de camisola azul ferrete, grossa como uma tábua, grossa como um cortiço, aberta à boca do peito; de carapuço de lã na cabeça, com a ponta derrubada para a nuca e terminada por uma bolinha.

— Linda manobra, sim senhora, linda manobra!

— Pois c'anté! — responde o velho, descobrindo a venerável cabeça.

A estrada não é muito larga nem dá muitas voltas para chegar ao seu aprazível e benfazejo destino: mas de ambos os lados tem uma renda finíssima de tamargueiras que mergulham os troncos na água e que se vêem surgir na maré-baixa, de entre os calhaus arroxados e humedecidos da margem.

Nestas alturas, não há remédio senão poisar a pena durante um momento e coçar a cabeça!

Olha-se para um lado: água, muita água, brisas, espumas, velas, barcos, moinhos, areia e sol!

Olha-se para o outro lado: tabuleiros de cristal, montinhos brancos expostos ao tempo, marinhas, marnotos e salineiras, a planície, a imensidade, e no fundo, no extremo horizonte, a sombra quase imperceptível, a divina moldura dos pinheirais!

Olha-se para trás: a cidade: Alto! Ali não se distingue, ali não se aponta para nada: é a cidade, é Aveiro!

Nestas doces ocupações do espírito vai-se chegando, sem dar por ela, à ponte da Gafanha. Dizem que é uma ponte velha, feia, indigna dos nossos tempos; mas eu, se fosse milionário, comprava a peso de ouro a consolação de sentir neste momento debaixo dos pés as pranchas carcomidas do seu tabuleiro!

Agora começam casinhas baixas à beira da rua e, na areia amoliçada, semeadura às mãos cheias: milho, feijão, batata, abóboras, pinheiros!

Eram dez horas da manhã de 20 de Julho de 1909. Que estava eu a fazer em casa, taciturno, pasmado?! Fugi para aqui, vim passar a minha agonia para estas areias onde a Providência não me negaria com certeza o seu anjo de consolação! A Barra! O Forte! A Ronca! A Capela!

Eu já disse Missa naquela ermida. A meio da Missa ateou-se um ramo seco que deitou uma chama enorme; e um doido manso que estava presente, o Julinho de Esqueira, exclamou aterrado no meio da assembleia:

— Ai Portugal, que te vais à vela!

LIMA VIDAL

(Lições da Natureza e dos Homens,
Coimbra, 1914; pgs. 188-190)

ALGUMAS NOTAS SOBRE ANTECEDENTES E COMEÇOS DO ACTUAL COMANDO DISTRITAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Por penhorante amabilidade do Sr. Major José de Almeida Nolasco Pinto, que me «farejou», como comandante atento e profícuo da actual Polícia de Segurança Pública, a tineta de «coca-bichinhos» aveirísticos, tenho aqui na minha frente, alguns dados, com quase um século, sobre a corporação que aquele prestante oficial vem dirigindo com diligência.

A corporação foi criada — como, aliás, consta na elegante plaquette-programa posta a circular no Dia do Comando Distrital de Aveiro da Polícia de Segurança Pública, isto é, de 1 de Março passado — como foi determinado que condignamente fosse celebrado, a partir desse mesmo ano de 1983, por ordem de Serviço n.º 4 (1.ª parte), de 7 de Janeiro, do Comando Geral, e assim, subscrito pelo Sr. Brigadeiro Almeida Bruno.

Ora eu tenho um velho carinho pela Polícia, de há perto de setenta anos. Daqueles velhos tempos, em que um polícia bigodaças, com um terçado pendente — e que praticamente nunca usava — impunha a sua autoridade mesmo aos «magalas» fardados que iam namoriscar as «sopeiras» menos ariscas, quando iam à fonte encher os cântaros de água que jorrava das três bicas da fonte dos Arcos, para os parcimoniosos usos domésticos.

É que nem sempre se dispunham à ordem rígida das enfadonhas bichas. E, por vezes, armavam zaragata umas com as outras, e nem sempre estasse-marimbandista guarda do giro ia por outros poisos desenterrujar as pernas e espairecer por outras paisagens. Quando o guarda chegava, tudo se acomodava, que o respeitinho é muito lindo! E eu cheguei a ter como uma grande aspiração ser polícia. E mesmo façanhudo. Para, por exemplo, não deixar o azougado e valente José Augusto pôr o pé em ramo verde, no meio da nossa proverbial pacatez de patrasanas comedidos.

Mas além do plaquette-programa, tenho aqui na frente alguns elementos históricos dos primórdios da Polícia Civil em Aveiro, que me parece muito útil divulgar. Aliás está suficientemente atestado que o primeiro comissário do Corpo de Polícia Civil, criado em 1 de Março de 1887, através de um ofício do

então Governador Civil do Distrito de Aveiro, foi o bacharel em Direito João António de Sousa. E que com este constituíam a respectiva comissão administrativa, Miguel Ferreira de Araújo Soares, proprietário, morador na freguesia da Vera-Cruz, como tesoureiro; e o Chefe da Esquadra António Moreira Soares da Silva Belo, vindo de outras paragens e recém-colocado em Aveiro, como secretário. Sabe-se, também, de sobejo que o novo Corpo de Polícia Civil do Distrito de Aveiro previa um efectivo de vinte e nove elementos.

Evidentemente que, já antes de obedecer a um diploma de âmbito nacional e de ter feição distrital, já em Aveiro existia um corpo policial. Está mesmo no conhecimento público que nos Paços do Concelho, setecentistas, na torre sineira, havia o chamado «sino da ronda». E que esta fazia os noctívagos rumar para casa — ou ir até lá, onde a vigilância com os bêbados, mais ou menos arruaceiros, já que aí o vinho era mais barato, era muito mais branda — quando o campanário badalava o recolher. Esse costume vinha mesmo de séculos passados, segundo escreve o comandante Rocha e Cunha, e só era quebrado com os estrangeiros que pernoitassem em Aveiro, com os seus navios ancorados no porto, vital e propulsor desde épocas recuadas. E parece que se impunha mesmo, e chegava a roupa ao pêlo dos recalcitrantes, se fosse necessário para se fazer obedecer.

E sabe-se também que o velho Corpo da Polícia Civil andou por aí instalado pela Rua de José Estêvão e, depois, veio a ocupar o prédio que faz gaveto para a Ponte-Praça e a Rua de Coimbra, ao tempo «praça da erva», ou, embora o nome subserviente não houvesse pegado, Praça da Princesa D. Amélia, ou por largos anos Largo do Dr. Luís Cipriano, e agora, graças a aragens políticas propiciatórias, Praça do General Humberto Delgado (1).

Como também não se ignora que o primeiro comissário da Polícia após o advento da República foi então o tenente Costa Cabral e que lhe sucedeu Beja da Silva; este, no apainelado do seu gabinete, mandou substituir os símbolos heráldicos das

carmelitas pela republicana esfera armilar, de destoante cercadura verde-rubra. E, acaso, haverá ainda muitas pessoas que se recordem de ocupar esse cargo um dos cunhados que tem o signatário destas notas mal cerzidas — Francisco Ferreira da Encarnação.

Mas, volvamos ao que importa, e aludamos, ainda que não na íntegra, à ordem n.º 1, do primeiro comissário. Aí se lembra logo de início, no primeiro artigo, que, pelo Regulamento Geral dos Corpos de Polícia Civil, precisamente pelo estipulado no artigo número quarenta e três, era expressamente proibido às praças «conversar com qualquer outra pessoa, quando se acham em serviço, fazendo-o tão somente quando as exigências do mesmo serviço assim o requeriam». E logo no artigo imediato determina que, conforme o mesmo regulamento expresso no artigo quarenta e dois, lhes é «da mesma forma proibido entrar em tabernas, botequins ou casas de prostituição, excepto em serviço».

Mesmo durante «as quatro horas de serviço de patrulha não devem os guardas fazer-se acompanhar de pessoa alguma, nem mesmo outro guarda, devendo percorrer a área que lhe for designada de forma que haja a maior vigilância possível».

E não se esquece a mais de semi-milenária «Feira de Março». Nessa ordem de serviço se determina expressamente que o chefe da esquadra nomeasse «dois homens para coadjuvarem o serviço da mesma feira». Que era então, como desde o início, no Rossio e nas artérias afluentes para o lado dos Balcões (Arcos) e Entre-Pontes. E chegavam, que a

gente de Aveiro e do alfoz ribeirinho era cordata, mesmo que não abdicasse da sua verticalidade cívica e da sua cidadania. Até agora chegam, apesar de uma população mais que dobrada e crescente atracção de gentes forasteiras, mesmo para a sonora e constituída por cada vez mais afluentes pessoas de outras paragens, «Feira dos Vinte e Oito».

Aliás, na acta da primeira sessão da comissão administrativa, realizada logo em 1 de Março de 1887, sem a menor perda de tempo, pois já existia na cidade um comissariado de carácter local e uma esquadra, que entrava na nova feição da Polícia Civil, ficou resolvido esportular a quantia de 112\$500 réis, pelas instalações a ocupar, ao abastado comerciante Jerónimo Baptista Coelho.

Nessa mesma sessão, foi posto a concurso o fornecimento de artigos de uniforme para as praças da corporação. E na sessão imediata, logo no dia 9 de Março, esses vinte e nove fardamentos, «de um casaco, um capote, um par de calça e um bonet, e mais um casaco, tudo de mescla igual ao padrão, que se achava patente na secretaria», foi entregue essa tarefa e o fornecimento aludido. E nada menos que «à Casa Faria Guimarães & C.ª, da cidade do Porto», em cuja toponímia aquele apelido figura, numa artéria de relevo na urbanização da Cidade da Virgem. E o modelo das famosas bigodaças policiais?

Mas a P.S.P., hoje também com carácter nacional, com ramificações, veio a ocupar o que ficou — fora a igreja e anexos — do Convento das Carmelitas. Pouco a pouco, que as exigências foram gradual-



Aspecto do extinto Convento das Carmelitas, onde se encontra instalada, em Aveiro, a Polícia de Segurança Pública.

mente maiores. Naquelas dependências onde hoje funciona a secretaria do Comando — assim designado desde algum tempo depois do Vinte e Oito de Maio — esteve instalada, largos anos, a Repartição da Fazenda Concelhia. E cá por baixo, dentro da parte térrea do claustro, esteve, alguns decénios, além da Tesouraria da Fazenda Pública — como tesoureiro, Sr. Brito, e o proposto, mais conhecido, Sr. Florentino Vicente Ferreira — a Inspecção do Círculo Escolar e também a Escola Feminina da Glória — que, nesses tempos as crianças também tinham sexo.

(1) — Por iniciativa do Dr. Álvaro Sampaio, e para evitar o seu próprio, chamou-se, durante uns três decénios, Praça do Engenheiro Frederico Ulrich.

Entretanto, vai-se encarando, cada vez mais instantaneamente, a hipótese e a necessidade, imposta pelo progresso constantemente mais premente, de novas instalações, talvez com carácter de obra, propositadamente concebida, obra bastante ampla para algumas décadas de anos, para o Comando Distrital e suas naturais e cada vez mais numerosas dependências anexas. E que não fique encravado no coração da urbe, em desenvolvimento indetível.

Eduardo Cerqueira
(falecido em 5-9-1983)

bibRIA

Destas divagações do espírito em busca de melhores dias uma coisa se salva, porém, intacta — a condenação da violência como processo político. Em toda a hipótese chegamos à certeza — e essa certeza constituirá um poder político de suprema importância — de que para a prosperidade dos estados e das nações valerá sempre mais organizar do que armar; mais se fortalecem as nações pelo desenvolvimento e coordenação das suas relações internas e externas do que pela invulnerabilidade restritamente militar. Nas nações como nos indivíduos, a saúde política, como a saúde fisiológica, será mais um facto de equilíbrio e ponderação das suas energias do que o desenvolvimento sumo de qualquer delas, seja qual for, força militar ou capacidade muscular.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA

(em «Do que o fogo não queima», pág. 26)



Aveiro é uma cidadezinha linda, cantante, arejada, que desabrocha como uma fresca flor aquática, como um enorme nenúfar branco, de entre as águas que por todos os lados a cingem, a atravessam em canais, a banham, a reflectem, a espelham, lhe erguem um hino claro, tremente, entusiástico, apaixonado. É a Flor das Águas, a Flor do Mar — e a água é a alma suprema, activa, da paisagem. Cercam-na vastas campinas verdes, cortadas de canais minúsculos, por onde deslizam esbeltos saveiros; salinas que relampejam ao sol como cristais rútilos; moinhos que gesticulam e batem asas sobre o vasto polder, todo ensopado de água; rebanhos de vacas que pastam nos frescos lameiros; águas onde palpitam, em maravilhosos jorros de luz, todos os reflexos, todas as imagens, ora ondeantes como sombras, ora flamejantes como brasas, e, segundo a hora e a altura do sol, umas vezes cor de turquesa, outras cor de safira, outras cor de nácar, outras cor de coral — e tudo isto dando-lhe um aspecto de leveza, de frescura, de graça, de intimidade repousante e doce.

DOMINGOS GUIMARÃES

(em «Almanaque d'a Liberdade - 1913», pags. 69-70).

DR. FRANCISCO FERREIRA NEVES

EVOCAÇÃO



No dia 20 de Junho, faleceu em Aveiro o Dr. Francisco Ferreira Neves, que nascera na freguesia da Vera-Cruz em 24 de Dezembro de 1892. Licenciado em Ciências Matemáticas, foi professor do liceu de Aveiro desde 1921 até 1961 — ano em que voluntariamente se aposentou.

Além de mestre competente, justamente apreciado por várias gerações de alunos, ficou com o seu nome ligado a diversas iniciativas culturais, que não se podem esquecer. Escreveu as seguintes obras didácticas: — Aritmética e Álgebra (para o I, II e III anos dos liceus); Álgebra e Trigonometria (para o IV, V e VI anos dos liceus); Aritmética Racional (para o VII ano dos liceus); Aritmética Prática; Elementos de Álgebra; Elementos de Geometria (para o I, II e III anos dos liceus); Elementos de Geometria (para o IV, V e VI anos dos liceus). Estes livros tiveram aprovação oficial e atingiram várias edições.

Investigador e trabalhador incansável, dedicadamente debruçado sobre a história da nossa região, descobriu-nos ou trouxe-nos à lembrança figuras ilustres, acontecimentos históricos e monumentos de arte.

Com os Drs. António Gomes da Rocha Madaíl e José Pereira Tavares, em Março de 1935 fundou a revista trimestral «Arquivo do Distrito de Aveiro», valioso repositório de documentos e estudos de interesse local, de que foi director e assíduo colaborador. A publicação da «Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Dona Joana, Filha d'el-Rei Dom Afonso V (Códice do Século XV)» é outro título de verdadeira glória, que em grande parte a ele também se ficou a dever.

Sem pretender elaborar uma lista completa dos seus trabalhos relacionados com Aveiro, aqui fica

um apontamento, bem elucidativo de uma operosidade fecunda e diversificada:

- O III Congresso Regional das Beiras (1928);
- A elevação da Vila de Aveiro a Cidade (1935);
- Subsídios para a história da Revolução Liberal de 1828 (1935);
- Breve história da barra de Aveiro (1935);
- A carta de brasão de armas de Manuel Alberto da Rocha Tavares (1935);
- Origem e etimologia de Aveiro (1936);
- A capela do Senhor das Barrocas em Aveiro (1936);
- A Memória sobre Aveiro, de Pinho Queimado (1937);
- Auto de aclamação da Rainha D. Maria II em Oliveira de Azeméis (1937);
- Documentos para a história política do Distrito de Aveiro — 1835-1862 (1938);
- O túmulo de João de Albuquerque em Aveiro (1938);
- Como se formou e transmitiu a lenda da fundação de Aveiro pelos Gregos (1938);
- A marinha mercante de Aveiro no século XVI (1939);
- Genealogia dos Maias, de Aveiro (1940);
- A Memória sobre Aveiro, do Conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa (1940);
- Uma descrição das igrejas e capelas da freguesia de S. Miguel de Aveiro no século XVIII (1941);
- Uma carta de José Estêvão sobre a passagem da via férrea em Aveiro (1942);
- Os incêndios dos edifícios do Governo Civil de Aveiro (1942);
- O farol da barra de Aveiro (1943);

- Uma expedição marítima inglesa no porto de Aveiro em 1809 (1943);
- Notícia de um busto de Juno no Museu de Aveiro (1945);
- Correspondência dos irmãos Passos para José Estêvão (1945);
- Um auto de juramento à Carta Constitucional em 1842 (1946);
- Um projecto de Luís Gomes de Carvalho para o melhoramento de Aveiro em 1818 (1946);
- Vida e testamento do humanista Aires Barbosa (1948);
- A fundação da Associação Comercial de Aveiro em 1858 (1948);
- Talábriga e a descoberta da ara de Esturãos (1949);
- Dona Brites de Lara e Meneses, fundadora e padroeira do Convento de Nossa Senhora do Carmo, em Aveiro (1950);
- O jazigo da Casa dos Maias, de Aveiro (1951);
- A criação e a extinção do coro da igreja da Misericórdia de Aveiro (1951);
- Testamento de Diogo Soares (1952);
- A carta de brasão de António da Silva Brandão de Abreu Freire (1953);
- O cais de Aveiro (1954);
- O Distrito de Aveiro há cem anos — Três relatórios (1956);
- Antigos impostos para as obras da barra de Aveiro (1956);
- Documentos relativos à abertura da actual barra de Aveiro (1956);
- Genealogias de famílias nobres aveirenses — prefácio e transcrição (1957);
- Naturalidade e família de João Afonso de Aveiro — navegador e poeta do século XV (1957);
- A fundação e extinção do convento das Carmelitas Descalças de Aveiro (1957);
- O primeiro processo para a beatificação e canonização da Princesa Santa Joana, filha do rei D. Afonso V (1958);
- A fundação do Convento de Jesus, de Aveiro (1958);
- As actividades hidráulicas do Engenheiro Luís Gomes de Carvalho (1958);
- O processo informativo de 1687 para a beatificação e canonização da Princesa Santa Joana, filha do rei D. Afonso V (1959);
- Documentos para a história da actual Praça do Marquês do Pombal, em Aveiro (1960);
- Um parecer de Ramalho Ortigão acerca da abertura da Praça do Marquês de Pombal, em Aveiro (1960);

- A carta de brasão de António da Rocha de Resende (1961);
- Dionísio de Moura Coutinho, Cavaleiro da Ordem de Cristo (1961);
- Baptismo e morte de José Estêvão (1962);
- Panorama social de Aveiro em 1842 (1963);
- As reflexões históricas sobre a barra de Aveiro de Almeida Coimbra e as obras de Luís Gomes (1963);
- O Visconde de Almeida João Carlos do Amaral Osório e Sousa (1822-1890) — Notas genealógicas e biográficas (1964);
- Subsídios para a história do farol da Barra (1965);
- Antigas touradas em Aveiro (1966);
- A Igreja da Misericórdia de Aveiro — O arquitecto e engenheiro militar Filipe Terzi ao serviço de Portugal — 1577-1597 (1967);
- A Casa e Morgado da Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro (1968);
- A formação do distrito administrativo de Aveiro (1969);
- O aforamento perpétuo da Ilha do Trovisco ou do Posso na Ria de Aveiro, no ano de 1524 — Um documento que interessa à história de Aveiro (1969);
- A Revolução Liberal de 1828 — Cartas históricas (1970);
- Subsídios para a história económica de Aveiro no século XVII (1971);
- Privilégios da Vila de Aveiro, concedidos pelo rei D. Filipe I em 1581 (1971);
- A Casa e o Ducado de Aveiro — Sua origem, evolução e extinção (1972);
- A Revolução Liberal Portuguesa de 1820 (1973);
- A Confraria dos Pescadores e Mareantes de Aveiro — 1200-1855 (1973);
- A falsa identificação da cidade luso-romana de Talábriga com Aveiro (1974);
- As ideias liberais de José Maria Teixeira de Queirós, pai do romancista Eça de Queirós (1974);
- A Guerra da Sucessão — Festejos na Vila de Aveiro comemorativos das pazes entre Portugal e Espanha em 1715 (1975);
- Subsídios para a história do Museu de Arte em Aveiro (1975).

Escrevendo estas linhas, pretendemos prestar sincera e justa homenagem ao Dr. Francisco Ferreira Neves — aveirense dedicado ao magistério liceal e sobretudo à sua terra, a quem prestou assinalados serviços. Também por isso é que, em 1959, foi agraciado com a medalha de prata da Cidade de Aveiro e, em 1971, com o grau de comendador da Ordem de Instrução Pública.

NOS 150 ANOS DA BANDA AMIZADE

Resolveu a «Banda Amizade», de Aveiro, comemorar festivamente, no ano em curso, o seu sesqui-centenário; é justo que todos nos congratulemos com a efeméride de uma prestimosa colectividade que, desde há muito, faz parte do nosso panorama citadino e social.

Cento e cinquenta anos da «Banda Amizade»! Todavia, por incrível que pareça, a data da sua fundação não é testificada com rigor histórico. Acontece assim frequentemente. Um homem não se torna herói ou uma colectividade não se enobrece logo ao nascer; são-no passadas dezenas de anos. Depois, ao procurar pormenores dos seus primórdios, deparamos com dúvidas insolúveis ou com interrogações sem respostas convincentes. É o caso.

Segundo João Calisto Grilo, de Lisboa, que se dedicou ao estudo das sociedades filarmónicas, a nossa «Banda Amizade» haveria iniciado a sua marcha histórica em Novembro de 1834. «Terá sido — diz ele — a primeira filarmónica aveirense com carácter popular». António dos Santos Lé, conhecido e credenciado professor de música e regente em Aveiro, tendo sido solicitado por Pedro de Freitas a dar a sua opinião autorizada, apenas se limitou a informar, em 1942: — «A Banda Amizade é a mais antiga desta Cidade, pois tem mais de cem anos de existência». Nesta ocasião — em 1942 — havia em Aveiro, além da referida, a Banda do Asilo-Escola Distrital, a Banda da Escola Musical de José Estêvão e a Banda dos Bombeiros Novos.

Uma curiosidade do século XVI foi o aparecimento da música militar — designação corrente das bandas regimentais, constituídas então unicamente por instrumentos de palheta, sopro e percussão; lembremos, porém, que já o cronista Fernão Lopes citou os trombeteiros de el-rei D. Pedro I, como componentes de grupos musicais, compostos por instrumentos de sopro, que o monarca português do século XIV tinha ao seu serviço.

Durante muito tempo, a música militar não conheceu organização nem repertório próprios; reduzia-se a certos toques breves e empregava ape-

nas os instrumentos de percussão. Foi nos finais de seiscentos e durante o século XVIII que tal música tomou forma e se individualizou, surgindo então as primeiras bandas, sobretudo com pífaros, oboés, trombetas e tambores, cujo leque instrumental se foi alargando aos clarinetes, às trompas e aos fagotes. As marchas, as aberturas, os passodobles faziam parte dos seus repertórios nos concertos públicos.



Actual sede da Banda Amizade.

Vieram depois os flautins, as flautas, as requintas, os baixos, os saxofones, os cornetins, os bombardinos, os trombones, os contrabaixos, o bombo, os rufos, os pratos, os ferrinhos... Todos esses instrumentos, acrescidos aos anteriores, vieram constituir as bandas militares, que se vulgarizaram por todo o século XIX; quase não se conhecia um regimento ou um simples destacamento que não tivesse o seu agrupamento musical.

Para o gosto da música no Exército concorreu muito a presença das tropas britânicas em Portugal. Deve-se até a Beresford um novo regulamento que mandava pagar trezentos réis por dia ao mestre da música nos corpos militares e duzentos réis a cada músico, uns e outros com direito a farda, soldo e pão, enquanto durasse o tempo de ajuste. Todavia, para cercear despesas, em 1813 entendeu-se manter apenas as bandas nos regimentos de Infantaria e nos batalhões de Caçadores.

As bandas militares foram uma das formas — e de grande importância — da divulgação da música sinfónica instrumental e das filarmónicas civis e populares.

Em 1817, contudo, instituiu-se em Aveiro uma capela de padres, regida pelo Padre José Joaquim Plácido — o Padre Parracho — irmão do hábil juriconsulto aveirense Joaquim António Plácido. Essa capela organizou-se para se fazerem com solenidade as festas litúrgicas na sé de Aveiro, que era então na igreja da Misericórdia; imitava certamente a charrela do Arcebispo de Braga, criada para abrilhantar as festividades religiosas, à minguia de bandas populares. Foi aquele sacerdote que deu as primeiras lições de música ao então menino de coro da igreja da Misericórdia (onde também havia uma colégiada), José Pinheiro Nobre — o Marcela — que depois foi discípulo do espanhol Cléder, exímio tocador de trombone de varas.

Em princípios de 1834, organizou-se, em diversas localidades do País, a chamada «Guarda Nacional» que, em Aveiro e Ílhavo, teve existência jurídica por decreto de 29 de Março desse ano. José Pinheiro Nobre, o tal menino de coro da igreja da Misericórdia e pequeno discípulo do Padre Parracho, contava agora treze anos e era um já apreciável executante de trompa; nesta qualidade, fazia parte da banda daquela «Guarda Nacional», ao mesmo tempo que prosseguia no estudo de música com D. Rumán Avias, de nacionalidade espanhola, que foi mestre da banda do regimento de Caçadores n.º 28. Como este e como Cléder, foi depois José Pinheiro Nobre notável executante de trombone de varas.

Nem todos os corpos militares tinham bandas privativas; por vezes, as filarmónicas eram contratadas por períodos anuais. José Pinheiro Nobre, findo o contrato com a «Guarda Nacional», foi para o regimento de Viana do Castelo; todavia, transferida esta

unidade para Viseu, ele continuaria naquela cidade, ao serviço do novo regimento, aí instalado. Contudo, após os sucessivos contratos que ali assinara, José Pinheiro Nobre regressava a Aveiro, em 1844. Dois anos depois, juntando-se ao Padre João de Pinho, reagrupou a antiga «Filarmónica de Aveiro», com os elementos saídos da «Guarda Nacional», então dissolvida; eram quase todos espanhóis e entre eles contava-se o célebre André Navarro — segundo o depoimento de José Ferreira Pinto de Sousa.

Lamento não apresentar aqui qualquer dado histórico que apoditicamente nos certifique a data exacta da fundação da «Música Velha». Se não fosse a afirmação de que José Pinheiro Nobre, em 1846, reorganizou a antiga «Filarmónica de Aveiro», concluir-se-ia que esta teria sido fundada em 1846, e não em 1834, como se supõe. Teria sido José Pinheiro Nobre, aos treze anos de idade (1834), o elemento preponderante na fundação da «Música Velha»? A afirmativa não é muito de acreditar.

Em 1844, no dia 14 de Maio, rebentara a revolução chamada da «Patuleia» ou da «Maria da Fonte». Para a apoiar, formaram-se «corpos populares», que logo fundaram bandas privativas ou contrataram bandas civis. Em Aveiro, a banda da «Maria da Fonte» foi organizada e regida por José Pinheiro Nobre. Apesar de esse batalhão de populares ser extinto em 23 de Junho de 1847, a filarmónica prosseguiu, sob a mesma batuta, até 26 de Outubro de 1849, data em que José Pinheiro Nobre foi para Anadia dirigir a filarmónica local. Entretanto, a «Música Velha» lá ia continuando, pior ou melhor, embora sem a batuta de José Pinheiro Nobre.

Todavia, em 1 de Junho de 1853, José Pinheiro Nobre regressou a Aveiro e reassumiu a regência da antiga filarmónica que dirigira — a tal organizada com elementos da «Guarda Nacional» de 1834. Era a que se chamava «Filarmónica de Aveiro» — para nós desde há muito «Música Velha».

Entretanto, surgia um contratempo em 1855. Alguns elementos da «Filarmónica de Aveiro» recusavam-se a tocar gratuitamente na festividade que a Ordem Terceira de S. Francisco tomara a iniciativa de levar a efeito em honra da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, cujo dogma pontifício havia sido solenemente proclamado em 8 de Dezembro do ano anterior. Em face disso, José Pinheiro Nobre e diversos componentes da referida banda uniram-se à filarmónica da Vista Alegre. Pouco depois, José Pinheiro Nobre, continuando desligado da banda donde saíra, fundava e regia em Aveiro uma nova filarmónica, cuja estreia seria em 12 de Maio de 1856 e à qual dera o título de «Filarmónica Aveirense». Em face da ocorrência, e para evitar confusões, a «Filarmónica de Aveiro» passou a designar-se por «Banda Amizade».



Banda Amizade (1984)

bibRIA

Por motivos que se ignoram, José Pinheiro Nobre, em 1870, abandonou a «Filarmónica Aveirense» que, após várias regências, extinguir-se-ia mais tarde. A «Banda Amizade», por seu turno, também esteve encorporada na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários (Bombeiros Velhos), desde 1890 até 1918, usando o fardamento dos bombeiros.

Outras bandas musicais apareceram e desapareceram em Aveiro — o que prova, pelo menos, uma extraordinária afeição dos Aveirenses pela arte dos sons. Foi a charanga do Asilo-Escola Distrital, organizada em 1889 por José Pinheiro Nobre e depois, em 1908, transformada em banda marcial por António dos Santos Lé; foi a banda da Escola Musical de José Estêvão, de António dos Santos Lé, criada em 1908 após a dissolução da «Filarmónica Aveirense»; foi a banda dos Bombeiros Novos — a «Banda dos Guilhermes» — fundada em 1933 por António de Pinho Nascimento e primeiramente regida por Delfim Matias.

Por estas palavras, podemos facilmente concluir que tem sido relevante em Aveiro o gosto, o carinho e o culto pela Música, ao longo dos últimos séculos. Muitas associações musicais aqui viram a luz do dia e aqui viveram com maior ou menor duração; contu-

do, a «Banda Amizade» — a filarmónica mais antiga de Aveiro, — apesar de momentos de crise e de grandes dificuldades, tem-se mantido, porque alguns carolas — dirigentes, executantes e amigos — deram-se e dão-se as mãos para conservá-la e fazê-la progredir. Conta 150 anos... se é certa a data que se convencionou marcar para o seu nascimento: ano — 1834; dia — 22 de Novembro, festa litúrgica da mártir Santa Cecília, a celeste padroeira dos músicos.

No decorrer deste ano de 1984, o que de melhor podemos augurar à «Banda Amizade» — a velha «Filarmónica de Aveiro» — no dia em que lhe apresentamos as nossas congratulações pelo seu sesquicentenário... o que de melhor lhe podemos augurar é que os seus elementos constituam verdadeiramente uma associação de *amizade* em família, que testemunhem *amizade* aos outros e que difundam *amizade* à sua volta. Não será isto o que pretendem, como supremo desejo, os componentes da «Música Velha», nas suas andanças pelo País e pela Europa, ao mesmo tempo que levam consigo o nome de Aveiro?

João Gonçalves Gaspar



Duas vistas aéreas actuais da ria de Aveiro e seu porto.



A BARRA DE AVEIRO

– na história e no progresso da Região

Sem pretender divagar sobre a barra de Aveiro e a sua importância na região, começarei por dizer que ela constitui um valioso meio de desenvolvimento económico. Melhor será dizer que o desenvolvimento e bem-estar social das nossas gentes, desde o Baixo-Vouga até à Beira-Mar, estão verdadeiramente ligados às condições da barra de Aveiro; dela dependem, por exemplo, o sal, a pesca na ria, o tráfego comercial, o movimento da frota bacalhoeira, o vai-vém das traineiras e, em tempos idos, a apanha do moliço.

Ao longo destas despretensiosas notas, o leitor poderá tomar contacto com uma dura e cruel realidade, motivada pelo estado da barra, que os nossos antepassados viveram: a períodos de franco pro-

gresso seguiram, tantas vezes, épocas de verdadeiro declínio económico e demográfico. Houve até ocasiões em que os habitantes destas terras chegaram-se a bater — desculpem a expressão — como dez cães a um osso; em que a Câmara Municipal não tinha dinheiro para socorrer as centenas de pessoas que morriam em consequência das pestes. Em tais circunstâncias, houve médicos que ameaçaram abandonar a povoação, atacada pela malária, para procurarem lugares mais saudáveis.

Eram algumas das consequências da precariedade da barra, que provocavam um autêntico desespero entre os habitantes de Aveiro, então impotentes em face da natureza madrasta.



Aspecto de uma cheia, na zona baixa da cidade, consequência da precariedade da barra em tempos passados.

► CONSIDERAÇÕES SOBRE A LINHA LITORAL E LOCAIS DA BARRA

O litoral compreendido entre o Rio Douro e o Cabo Carvoeiro modificou-se continuamente ao longo dos séculos. Não existia, por exemplo, a lagoa de Aveiro formando a costa, a partir do local onde está hoje a lagoa de Esmoriz até ao Cabo Mondego, que na carta actual se encontra entre Cacia e Angeja.

Em 1575, o cordão litoral chegou ao paralelo das dunas da Gafanha. Neste ano, principiaria a degradação da barra de Aveiro, devido a um rigorosíssimo inverno que a atulhou com areia; daí resultou que os fertilíssimos campos e as ricas salinas se tornaram em pântanos infectos e insalubres, e, por conseguinte, a decadência da economia da região. Também se tem conhecimento de ter havido grandes cheias em todo o reino, nos anos de 1526, 1585, 1596 e 1644, as quais muito devem ter contribuído para o deslocamento da barra para sul, motivando ainda a sua obstrução.

Supõe-se que a barra, em 1584, estava a três quilómetros a sul da actual. Por mandado da Câmara Municipal, de 1598, três ou quatro vezes por ano, e às vezes mais, iam homens recolocar os paus de sinalização da barra, visto esta mudar de lugar com frequência — situação que se dava a sul da Costa Nova do Prado.

Em 1643, a barra atingiu a Vagueira. Neste ano, ao que se presume, ela mantinha-se em boas condições. Até aconteceu que, nessa altura, por motivo das lutas da restauração da independência de Portugal, se fizeram algumas obras no forte da Vagueira e, provavelmente, na barra, para a fixar e aprofundar. Rodrigo Mendes da Silva, no seu livro «Poblacion General de España» com licenças de impressão de Julho e Agosto de 1644, informa que Aveiro é porto seguríssimo. Tal notícia terá sido provavelmente escrita no ano anterior.

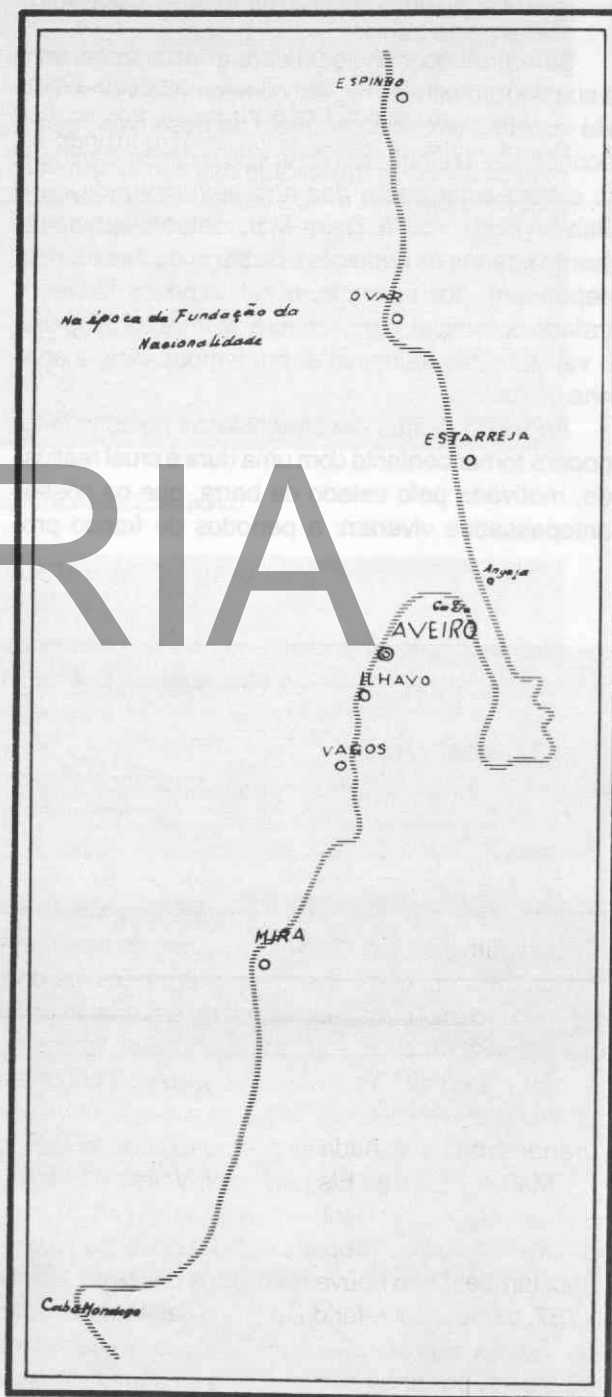
Em 1644, deve ter começado a segunda crise da barra de Aveiro. Afastou-se ainda mais para sul, assoreou-se e ficou reduzida na sua capacidade — o que contribuiu decisivamente para o movimento diminuto das marés. Em 1656, a navegação já se processava com dificuldade na barra — o que foi aumentando cada vez mais; e, também cada vez mais, foi-se reduzindo o número de barcos que por ela passavam. Em 1685, a barra encontrava-se num local chamado «Quinta do Inglês».

Nos meses finais de 1739, um pesado inverno e uma cheia de enormes dimensões obstruíram novamente a barra, quase a inutilizando; todavia, continuou a aproximar-se do paralelo de Mira. Para agravar a situação, dava-se um levantamento do fundo, de que resultou um maior obstáculo ao escoamento

das águas e uma quebra de desnível entre as marés.

Para fazer uma ideia da situação da barra nas décadas de 30 e de 40, basta salientar que, de 1736 a 1740, apenas foram despachados cinco navios; em 1741 e 1742, três; em 1743, cinco; em 1744, um; de 1745 a 1750, nenhum; e em 1750, entrou um navio.

Em 1756, a barra de Aveiro atingiu a costa de Mira. Terminava aqui a formação do cordão litoral, que se fora desenvolvendo num período de seis séculos. Por esta ocasião, estava a barra muito embaraçada. A situação económica e higiénica de Avei-



O litoral entre Espinho e o Cabo Mondego, na época da fundação da Nacionalidade.

ro era angustiante. Então, a Câmara Municipal, a Nobreza e o Povo pediram providências a El-Rei D. José I. O Monarca, atendendo as reclamações, mais que justas, dos aveirenses — nos quais se incluía D. José de Mascarenhas, duque de Aveiro — resolveu criar a Superintendência das Obras da Barra e o imposto real nas Câmaras da Comarca de Esgueira para custear as despesas das obras.

Entretanto, os trabalhos projectados não se puderam realizar, devido a mais uma cheia, que durou bastante tempo e cujas águas represadas provocaram enormes prejuízos. Na tentativa de resolução do problema, o aveirense João de Sousa Ribeiro, capitão-mor de Ílhavo, devidamente autorizado, à sua custa abriu um regueirão na Vagueira, que veio a funcionar como barra.

No início do século XIX, quando a crise tinha atingido o máximo de intensidade, começou a diminuir o declive do mar sobre o Vouga na enchente, e do Vouga sobre o oceano na vazante, reduzindo-se, por consequência, a velocidade das águas na saída; por isso as cheias eram mais demoradas. O canal da barra passou a ser menos profundo, e menor também o volume das águas que entravam, vindas do mar; diminuiu a amplitude das marés, progressivamente, tornou-se menor a extensão da zona salgada e aumentou a de águas doces. Em 1801, a miséria era geral e as doenças dizimavam a população. A Câmara Municipal mais uma vez pedia providências ao Governo, que parecia ir interessar-se verdadeiramente pela resolução de tão contundente problema.

A FIXAÇÃO DA BARRA

Depois de ter enumerado as diversas situações da barra de Aveiro e as suas consequências, referir-se-ão seguidamente as várias tentativas e estudos para a sua fixação.

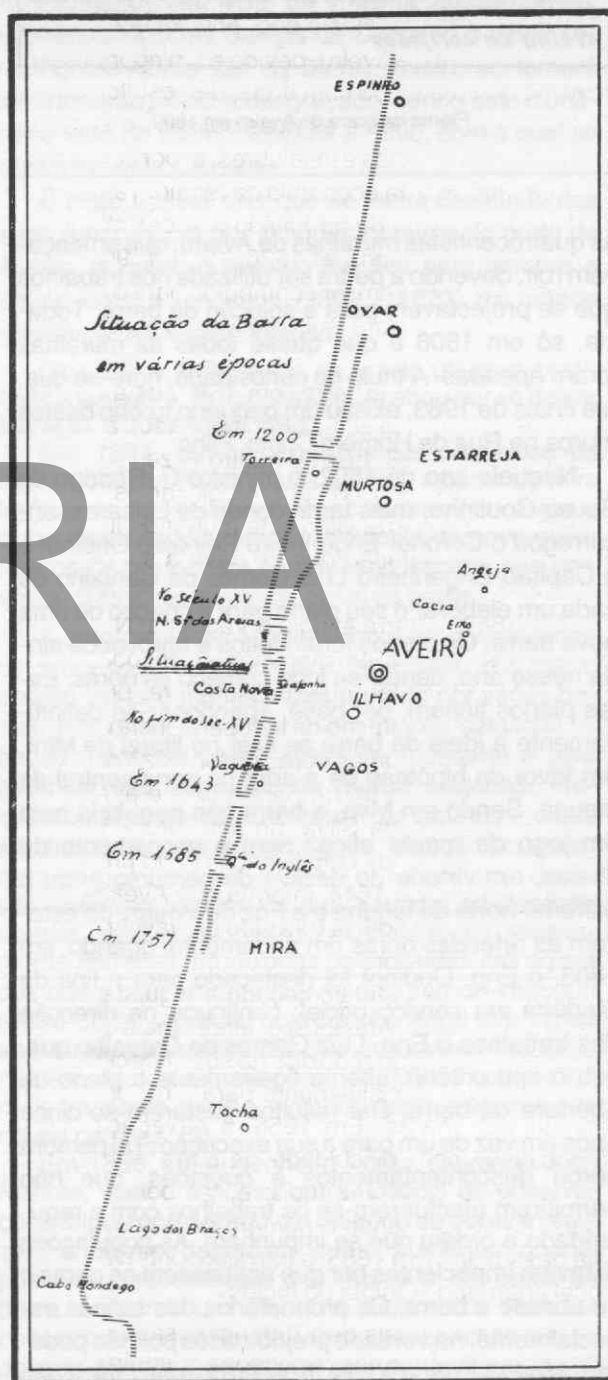
Segundo o que me foi possível concluir, as tentativas, pelo menos oficiais, ou estudos referentes à fixação da barra começaram em 1687, quando a então Vila de Aveiro mandou vir dois engenheiros holandeses, que por aqui permaneceram durante mais de um ano. Depois de estudarem os movimentos das marés, das correntes e dos ventos, os dois técnicos concluíram que a barra deveria fixar-se perto de São Jacinto. A obra, devido à sua dimensão, importaria numa enorme despesa, que ascenderia a muitos milhares de cruzados. Não dispondo a Vila de grandes recursos, nada se concretizou por então.

Mardel, Polchet, Elsdén, Isepi, Volerc e Estêvão Cabral foram os engenheiros que, em 1756, fizeram alguns estudos e propuseram soluções ou hipóteses; também não houve resultados positivos. Só em 1757, como já foi referido, é que o capitão-mor João de Sousa Ribeiro conseguiu abrir o regueirão na Vagueira, por onde se escoaram as águas represadas e por onde também passaram barcos de porte. Embora sendo deveras merecedora de largos e justos encómios, o resultado desta obra foi de curta

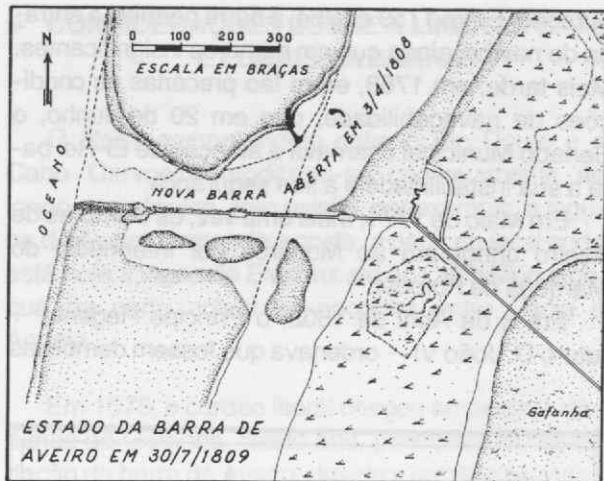
duração. Entre 1759 e 1764, a barra permitiu a entrada de navios, ainda que em números insignificantes. Mais tarde, em 1768, eram tão precárias as condições de navegabilidade, que em 20 de Junho, o Senado Municipal chamava a atenção de El-Rei para a sua instabilidade e a sua segurança.

Em Maio de 1771, mais uma vez, os clamores de Aveiro chegaram ao Monarca por intermédio do Marquês de Pombal.

Em 8 de Abril de 1802, o Príncipe Regente — futuro D. João VI — ordenava que fossem demolidas



Situação da barra de Aveiro em várias épocas.



Planta da barra de Aveiro em 1809.

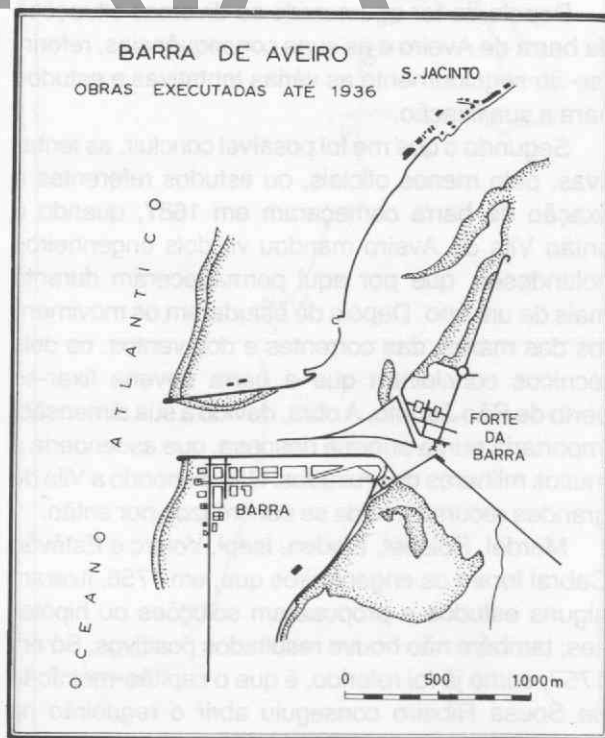
as quatrocentistas muralhas de Aveiro, que ameaçavam ruir, devendo a pedra ser utilizada nos trabalhos que se projectavam para a solução da barra. Todavia, só em 1806 é que quase todas as muralhas foram apeadas. A título de curiosidade, note-se que, até finais de 1983, existiu um pequeno trecho destes muros na Rua de Homem Cristo, Filho.

Naquele ano de 1802, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mais tarde conde de Linhares, encarregou o Coronel-Engenheiro Reinaldo Oudinot e o Capitão-Engenheiro Luís Gomes de Carvalho de cada um elaborar o seu plano para a criação de uma nova barra. Os planos foram feitos e aprovados ainda nesse ano, dando-se logo começo às obras. Estes planos tinham, por base, abandonar-se definitivamente a ideia da barra se fixar no litoral de Mira, em favor da hipótese de a abrir na zona central da laguna. Sendo em Mira, a barra não permitiria nem um jogo de marés eficaz nem o escoamento de cheias, em virtude do declive do percurso entre o extremo norte da laguna e a Foz do Vouga. Já estavam as referidas obras em andamento, quando, em 1803, o Eng. Oudinot foi destacado para a Ilha da Madeira em serviço oficial; continuou na direcção dos trabalhos o Eng. Luís Gomes de Carvalho que, sob o seu critério, alterou ligeiramente o plano de abertura da barra. Daí resultou gastarem-se cinco anos em vez de um para a sua execução. Tal demora gerou descontentamentos e questões, que não permitiram efectuarem-se os trabalhos com a regularidade e ordem que se impunham. As populações estavam impacientes por que acabassem as obras e se abrisse a barra. Os proprietários das salinas especialmente, na verdade prejudicados por não poderem fazer sal, dada a falta de água do mar, criticavam azedamente o Eng. Luís Gomes de Carvalho. Em 1806, a excitação popular continuava, a ponto de se ter tentado abrir a barra à força.

Em Fevereiro de 1807 foi aberta a barra – o que não durou muitas horas; no dia seguinte, de madrugada, já se encontrava novamente fechada. Em Fevereiro e Março de 1808, registaram-se grandes inundações, porque as águas não se escoavam para o mar. No bairro baixo da Cidade, ao invés de se entrar nas casas pelas portas, como seria normal, entrava-se pelas janelas. Os ânimos andavam fortemente exaltados; as obras corriam o risco iminente de um assalto. Foi então que o Eng. Luís Gomes de Carvalho resolveu acelerar o termo dos trabalhos.

Finalmente, iria concretizar-se o muito esperado acontecimento: a barra seria aberta... e com notável êxito. O Eng. Luís Gomes verificou que o desnível entre o interior e o exterior era de dois metros. Anotou-se que ele pretendia que este mesmo desnível fosse o maior possível, porque aumentava assim o reservatório de energia hidráulica, para o que contribuíam bastante as chuvas intensas. Mas não se podia adiar por mais tempo o momento desejado, pois os prejuízos avolumavam-se e a ira popular recrudescia de dia para dia.

Então, pelas sete horas da tarde do dia 3 de Abril de 1808, o dito engenheiro, acompanhado de algumas pessoas, entre as quais se encontravam o Superintendente Verney e o marítimo Cláudio, arrancaram a barragem de estacas e fachina que defendia o resto da duna na cabeça do molhe, cortaram com pás e enxadas e Luís Gomes, abrindo um pequeno sulco com o bico da bota, no frágil obstáculo que separava a ria do mar, deu passagem à onda avassaladora da vazante para a conquista da libertação económica, depois de uma opressão que durara sessenta anos. (1)



Obras da barra realizadas até 1936.



Molhe norte em construção.

Este movimento contínuo e violento das águas durou três dias, no fim dos quais surgiu uma barra com 4,4 e 6,6 metros de profundidade e 264 metros de largura; as águas, que cobriam as ruas da parte baixa da Cidade, também tinham desaparecido.

Pouco tempo depois de a barra estar aberta, o mar destruiu o dique numa extensão de seiscentos metros. As correntes começaram a comer a praia e a depositar as respectivas areias no local da barra. Para evitar isto, o Eng. Luís Gomes mandou construir, na orla do areal de São Jacinto uma série de grossos pontilhões ou dentes de pedra que desviassem as correntes. Apesar de todos os esforços, a barra voltaria a piorar, não sendo constante o seu estado. No entanto, deve-se salientar que, daqui para o futuro, as consequências nunca mais foram tão desastrosas como as mencionadas. A fixação da barra marcou, sem dúvida alguma, a grande vitória sobre o mar; em virtude disso, a água salgada alimenta as salinas, saneia os pântanos e charcos e repovoia a laguna.

Dez anos depois, precisamente em 1818, o Eng. Luís Gomes de Carvalho iniciou a construção de um dique (molhe norte) na margem norte, que se distancia de 300 metros do outro molhe (que é hoje o da meia-laranja). (2) Contudo, aquele dique, pela sua pouca consistência, em breve foi destruído.

Em 1820, a barra encontrava-se em más condições e os dois molhes inutilizados. Todavia, o referido engenheiro continuava a dirigir as obras, apesar das contrariedades de toda a ordem que teve de

suportar, como insuficiência de meios de acção, escassez de recursos financeiros, campanhas opostas, críticas de outros engenheiros, etc.

O Eng. Luís Gomes de Carvalho recebeu — é certo — dos poderes do Estado distinções a que tinha jus; mas de Aveiro recebeu, tantas e tantas vezes, censuras injuriosas e injustas. Em 1823, numa sessão camarária, promoveu-se o seu afastamento das obras por descontentamento de ordem técnica, ao que não foi alheio o aspecto político; ele tinha sido uma figura preponderante no Partido Liberal na Revolução de 1820... e agora dominava o Absolutismo. Na acta da mesma sessão lê-se: «continuando Luís Gomes de Carvalho a dirigir semelhantes obras (as da barra), Aveiro se tornará inteiramente infeliz e desgraçado, sendo este o unânime voto do Clero, Nobreza e Povo, com o qual se conforma esta Câmara».

É triste e difícil crer que se tenha destituído das suas funções um dos grandes obreiros do porto de Aveiro, a quem o mesmo lhe fica para sempre a dever vinte e um anos (1802 - 1823) de grande dedicação e trabalho intenso.

De 1823 a 1858, nada se fez de útil para continuar a sua obra. Pelo contrário. Acabou por se deixar estragar o que estava feito.

Em 1837, devido às razoáveis condições da barra do Forte Novo (barra actual), a barra de Mira fechou-se por si. Neste ano, o inverno fez rasgar a duna litoral na Vagueira, à distância de nove quilómetros da nova barra e abriu uma barreta, que provocou o assoreamento do canal da barra.

A este propósito Vernon-Harcourt, descrevendo os processos de formações lagunares, diz que o cordão litoral é muitas vezes cortado por várias bocas, por onde entram e saem marés salgadas — bocas mantidas pelas águas de montante e pela potência das correntes de marés salgadas. Frequentemente no interior formam-se lagunas — o que se atribui, de uma maneira geral, à acção acumuladora do mar, tendente a fechar as baías com o depósito contínuo através da sua entrada; tal depósito apenas será interrompido por passagens relativamente estreitas, produzidas pelas saídas das águas dos rios e pela entrada das marés. Vernon-Harcourt refere-se às lagunas, cujo cordão litoral tem várias aberturas, aconselhando que se deveria reduzir o número destas e fazer obras de defesa nos pontos mais fracos do cordão, evitando assim a abertura de novos orifícios. (3)

Em 1855, um engenheiro inglês, chamado John Rennie, visitou a nossa barra. Depois de observações feitas, apresentou um relatório de obras a realizar, onde se destacam duas: aumentar quanto possível o receptáculo das marés e, no canal da barra, construir um dique no lado norte. Para se concretizar a primeira das obras, ele concluiu que se deveria alargar a passagem através do dique, de 30 a 100 pés, pelo menos; que se deveria alinhar o canal da Cidade (antiga cale da Vila) e constituírem-se outros canais que conduzissem directamente à barra as águas do Vouga, de Ovar e de Vagos, reu-

nindo-as a todas num canal único. Isto foi a base do futuro projecto do Eng. Silvério Pereira da Silva. (4)

Depois de o Eng. Luís Gomes de Carvalho ter sido destituído das suas funções (1823) sucederam oito directores até 1858 – data em que foi criada, a instâncias de José Estêvão e por decreto régio, a Junta Administrativa e Fiscal das Obras de Aveiro, assumindo a orientação das mesmas o Eng. Silvério Pereira da Silva que, alguns meses depois, apresentava um relatório onde sobressaem as seguintes indicações: reconstrução do dique sul (meia-laranja); construção de um dique norte, convergente com o do sul para leste, que começaria à distância de 300 metros do sul e afastar-se-ia no prolongamento para o mar, na razão de 1/12 do seu comprimento; alargamento das portas da Cambeia, para facilitar a passagem das águas do canal de Mira; obras na costa do canal de São Jacinto para se obter uma melhor direcção das correntes de fluxo e refluxo. (5)

Em Agosto de 1861, este mesmo engenheiro apresentou um novo relatório dos trabalhos realizados, onde reconhecia que a orientação dada ao molhe sul pelos Engs. Oudinot e Carvalho não era a mais correcta; da sua efectivação tinham mesmo resultado consequências funestas. Na tentativa de as solucionar, propunha a construção de umas comportas na Cambeia, que obrigassem a juntar as águas de São Jacinto às da Vagueira, para aumentar a corrente de vazante. (6)

Em 1865, foram de facto construídas estas comportas, que fizeram com que naturalmente se tapasse a barreta da Vagueira, atrás mencionada. Mas ainda não era desta vez que o sucesso batia à porta; após alguns anos, concretamente em 1873, encontrava-se a barra novamente obstruída.

Em 1884, sempre teimando, o Eng. Silvério Pereira da Silva apresentou um projecto de melhoramentos da barra. Entre outros trabalhos, sugeria: um corte oblíquo do dique sul junto ao forte velho, a partir do vértice para oeste, num comprimento de 150 metros, para dar saída às águas do canal da Cale da

Vila, desde o Espinheiro até ao canal da barra, através do banco e ilha da Mó do Meio. (7)

O dique foi cortado e foram feitos dois vãos de catorze metros cada um, separados por pilares onde assentou uma ponte de madeira de 169 metros de comprimento – ponte que até há alguns anos serviu de passagem entre o jardim de Oudinot e a localidade da Barra. Quanto ao canal do Espinheiro, as obras foram começadas em 1879. Este canal devia ser formado por motas curvilíneas: uma a norte, com 2700 metros, e outra a sul com 1560; até 1903 foram construídos 2499 metros na margem direita e 2248 na margem esquerda. Por falta de verbas os trabalhos pararam e nunca o canal foi aberto.

Foi durante vinte e oito anos que este notável engenheiro exerceu as suas funções na direcção dos trabalhos... período em que o aparelho económico da região se renovou.

A 7 de Dezembro de 1921, foi criada a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, que substituiu a Junta Administrativa das Obras da Ria e Barra de Aveiro, que tinha sido instituída em 1898.

Em 1927, a Junta Autónoma presidida por Homem Cristo, contratou o engenheiro João Henriques Von Hafe para dirigir as obras. Neste ano ainda, Von Hafe apresentou um projecto de melhoramentos da barra, que consistia na construção de um molhe norte, paralelo ao molhe sul, mas prolongado sobre o oceano até 250 metros, e na construção, a oeste do forte novo, de dois diques curvilíneos para orientação das correntes de São Jacinto e de Mira, juntando-se paralelamente na vazante com pouca perda de força viva. (8)

Este projecto sofreu algumas alterações, planeadas por um grupo de engenheiros ingleses que propuseram: que o molhe norte deveria ser convergente para o mar, como o do sul, e prolongar-se em dique até ao centro dos terrenos da Aviação Naval (actualmente BOTP 2) de São Jacinto; que não se deveria construir o prolongamento do molhe norte dentro do oceano, pelo menos na ocasião (em 1927); que o

Ponte assente em estacaria de madeira, que serviu o trânsito entre as povoações do Forte e da Barra até 1975



canal para a saída das águas de São Jacinto deveria ficar mais largo do que o proposto e o das águas de Mira mais estreito. (9)

Face a estas alterações feitas pela missão inglesa, Von Hafe contestou energicamente o acerto das mesmas, e principalmente da supressão do avanço do molhe norte. Em 5 de Junho de 1930, gravemente doente e em vésperas da sua morte, insistia veementemente na manutenção do molhe avançado, que em seu entender era essencial para o êxito do seu projecto.

As obras tiveram início em 16 de Outubro de 1932 – data em que o Presidente da República, ao tempo General Óscar Carmona, se fez deslocar a Aveiro para inaugurar o início das obras do porto exterior – e foram concluídas em 1936. Neste pequeno período de 4 anos foram feitos: os diques de concentração de correntes, (triângulo de concentração de correntes); o dique marginal e o molhe norte até à boca do porto.

Modificou-se para sempre a configuração do canal de acesso e criou-se-lhe um regime tal que mesmo as piores marés, do ponto de vista de navegabilidade e admissão das águas salgadas na laguna, são preferíveis às melhores anteriores a estas obras. Não só lucrou a barra com um largo aumento de volume de água, como também a indústria do sal conheceu uma nova fase. A pesca na ria desenvolveu-se outrossim, a frota de barcos do bacalhau aumentou consideravelmente, e os mesmos podiam agora fazer a descarga do pescado aqui em Aveiro, o que, anteriormente, algumas vezes não acontecia; os navios viam-se obrigados a descarregar os seus porões no porto de Leixões. Esta necessidade custava aos armadores cerca de 200 mil escudos por navio. (10)

Em 1935, o Eng. João Ribeiro Coutinho de Lima fez um anteprojecto de prolongamento do molhe norte e da construção de um novo molhe na praia sul da barra. Com base neste anteprojecto, em 1937 foi apresentado o projecto definitivo, que continha ligeiras alterações feitas pelo Eng. Duarte Abecassis, Director-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos de então – alterações essas que consistiram em deslocar 120 metros para sul o enraizamento do molhe sul, aumentando-se simultaneamente a inflecção com o molhe norte. Estas obras tiveram início em 1948.

O projecto posto em execução, consistiu na construção de dois molhes salientes em relação à linha da costa: um no prolongamento do molhe norte com 710 metros de comprimento, outro enraizado na praia cerca de 400 metros para o sul do molhe sul (meia-laranja) com 912 metros de comprimento e convergente com o primeiro, sendo a distância entre centros das testas dos dois molhes de 375 metros. (11)

Em Junho de 1958 foram lançados os últimos blocos na superestrutura, e assim a conclusão de uma das etapas mais notáveis da Engenharia Nacional, que é a barra de Aveiro, sobre a margem de uma antiga duna, muito susceptível aos ventos, às ondas e às correntes e que tanto prejudicava a comunicação da ria com o mar. Estes dois molhes – norte e sul – formam um aparelho protector do acesso ao porto e constituem um verdadeiro monumento da capacidade construtiva da nossa época. (12)

Actualmente continuam as obras, desta vez não devido a estar obstruída a barra – felizmente! – mas para se obter maior profundidade do canal com a finalidade de permitir a entrada de navios com maior calado do que aqueles que têm entrado. Tais obras consistem no prolongamento do molhe norte em mais 500 metros.

A construção do novo porto de Aveiro, com a participação de uma rede viária de penetração nas zonas de mais directa influência até às regiões interiores do País e da fronteira espanhola, criará condições para o total desempenho da sua missão. Continuará assim o pleno progresso da nossa barra e, conseqüentemente, o de toda a região aveirense.

O COFRE DA BARRA

Esta reflexão volta-se agora para o cofre da barra, não que o assunto seja de extrema importância numa breve história da barra de Aveiro, mas porque pessoalmente o considero digno de um apontamento. Como disse Eduardo Cerqueira, «na história do porto de Aveiro cheia de vicissitudes, estes fluxos e refluxos do namorado cofre, embora como um episódio marginal, constituem, ao que nos quer parecer, uma curiosidade merecedora de registo». (13)

Em 1756, foi criado o cargo de superintendente das Obras da Barra, mais da barra e menos das obras; estas apresentavam enormes dificuldades de ordem técnica, que não se superavam com ligeireza, pois os recursos da época não eram os de hoje. Deste modo, as obras eram de pouca monta e as despesas não absorviam, de maneira alguma, os réditos que se guardavam no cofre.

Por imposição real, também em 1756 foi aplicado um imposto sobre toda a carne e todo o vinho vendidos em Aveiro e seus arredores, que revertia em favor das obras do porto; esse dinheiro era arrecadado no «cofre da barra», que estava na posse e guarda do convento dos frades do Carmo. Como prosseguissem sem êxito as tentativas efectuadas na barra, continuava o cofre virado mais para o lado da enchente do que da vazante. Dir-se-ia que ele tendia para uma situação de superabundância, a ponto de quase transbordar o conteúdo, sem que se conseguisse proveito dessa espécie de «nascente».

Em 10 de Julho de 1758, foi assinada e remetida ao desembargador da Relação da Casa do Porto, Manuel Gonçalves Miranda, uma carta régia pela qual lhe era concedida a jurisdição sobre as dependências da barra, e assim sobre o cofre. O Monarca dizia-lhe estar informado de que, segundo as imposições estabelecidas para a abertura da barra, se encontravam vencidas grandes quantias de dinheiro; ao passar pela então Vila de Aveiro, o desembargador devia tomar conta de todo o dinheiro e guardá-lo em cofre fechado, com quatro chaves, das quais seriam entregues uma ao superintendente, outra ao juiz de fora da Vila, outra a João de Sousa Ribeiro — o capitão-mor de Ílhavo que, conforme se referiu, tinha aberto à sua conta um canal que serviu de barra — e outra ao tesoureiro. O cofre ficaria depositado em local onde não corresse o risco de ser roubado. Além dos dinheiros, no cofre seriam guardados os livros de receitas e despesas, para que só à boca do mesmo se efectuassem recebimentos e pagamentos; nisto teria de haver necessariamente o concurso dos quatro claviculários.

Mais tarde, foi nomeado novo superintendente e pensou-se em retirar o cofre do dito convento. Saliente-se que, com esta medida, não se pretendia pôr em dúvida a segurança do cofre, mas já se tornava impraticável ir várias vezes por dia ao convento as pessoas que detinham as chaves. Todavia, julgava-se inconveniente que o cofre permanecesse lá, carregado como estava, sendo alvo fértil de cobiças; era uma responsabilidade demasiada que não se coadunava com uma casa religiosa. O que é verdade é que o cofre permaneceu no convento do Carmo até Novembro de 1789.

Porém, mais valera não ter ficado, mesmo para o bom nome dos frades. Não obstante o zelo e o cuidado com que era guardado, alguém subtilmente o roubou. Não se poupando a esforços, os gatunos levaram o cofre por inteiro, que depois veio a ser encontrado, mas completamente vazio.

Para se evitar escândalo maior do que aquele que já se tinha verificado, para não haver qualquer melindre dos zelosos carmelitas e ainda para lhes demonstrar que continuavam a ser dignos de confiança, Sua Majestade ordenaria que o cofre prosseguisse na posse e guarda do mesmo convento.

Alguns anos decorridos, o cofre encontrava-se novamente bem cheio; porque o dinheiro foi feito para circular, começou a dar-se-lhe aplicação, antes que outra vez roubassem o cofre. Na altura das doenças palustres — como já se referiu — a Câmara Municipal não tinha dinheiro para suportar a despesa com medicamentos e médicos; recorria-se então ao cofre da barra, apesar de o conteúdo ter destino diferente. Mas não se ficava por aqui; foram inúmeras as aplicações desse dinheiro.

Por exemplo. No dia 28 de Junho de 1828, em plena Revolução Liberal, enquanto na ponte do Marnel as tropas constitucionais se batiam gloriosamente com as miguelistas, três homens, escoltados por alguns soldados do Batalhão de Caçadores 10 e de Cavalaria, vieram buscar o dinheiro existente no cofre da barra. Como tivesse comparecido apenas um dos claviculários — Manuel Luís Nogueira — foi o mesmo arrombado por ordem deste e limpo de todo o conteúdo, que foi posteriormente levado para o Porto; contaram-se 3.827\$463 réis.

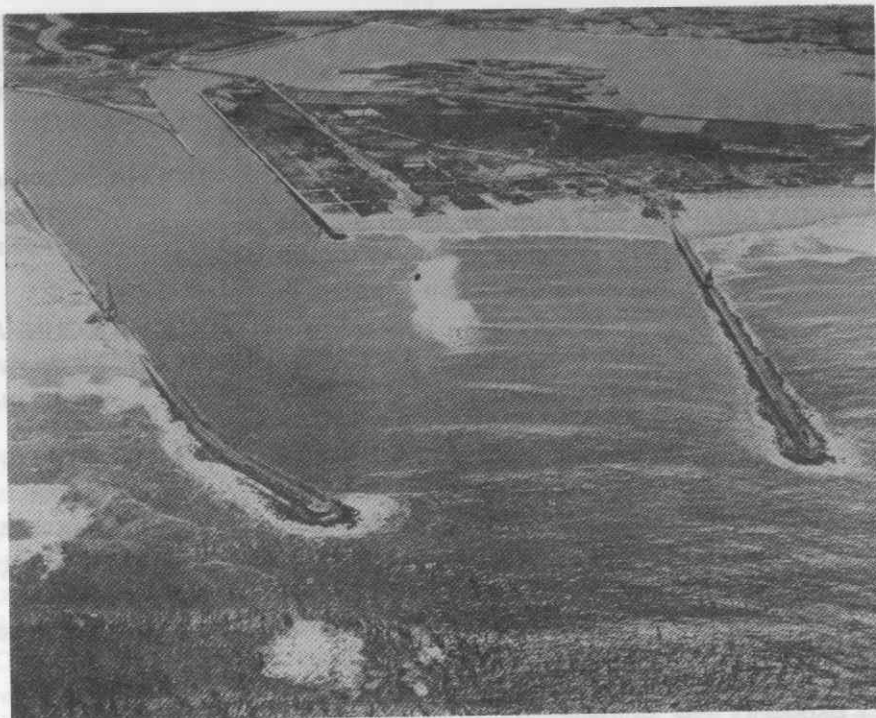
Mas não foi a primeira vez que o dinheiro do cofre da barra se aplicava em revoluções. Já em 1823, quando foram proclamados os inauferíveis direitos de El-Rei D. João VI, foi com ele que se pagou à tropa que aqui auxiliara na Revolução. (14)

Num artigo publicado no periódico «Revolução de Setembro» e assinado por José Estêvão Coelho de Maqalhães, podia ler-se: — «Aveiro tem um imposto especial para as obras da barra, e dos cofres da mesma têm tirado à vontade as revoluções, as prodigalidades reais, os conventos, as indústrias e



O farol de Aveiro, a sul da barra, construído a partir de Março de 1885 e concluído no verão de 1893.

Vista aérea da barra de Aveiro, com os molhes norte e sul.



as estradas gerais do Reino». (15) Em suma, «o cofre da barra, que nos documentos oficiais aparece designado quase sem excepção com letras maiúsculas, era pau para toda a colher. Era uma espécie de Fundo de Desemprego, e compreensivelmente, porque sem emprego estava o dinheiro que continha. Servia para tapar, aqui e além, algum buraco e colocar alguma tomba algures, onde os cabedais se houvessem delido até à mais frágil transparência». (16)

A TERMINAR...

Agora, antes de finalizar, não seria justo se fechasse sem fazer uma breve referência e prestar uma modesta homenagem a todos aqueles que de perto estiveram ligados a tão nobre luta, qual foi a construção de uma barra digna de Aveiro e da sua região. Foram eles: Eng. Reinaldo Oudinot, Eng. Luís Gomes de Carvalho, Eng. Silvério Augusto Pereira da Silva, Eng. João Henriques Von Hafe, Comandante Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha, Gustavo Ferreira Pinto Basto, Dr. José Estêvão Coelho de magalhães, Dr. Alberto Souto e Dr. Álvaro Sampaio.

Propositadamente guardei as últimas palavras para nomear um homem, bem conhecido, que foi, sem dúvida alguma, a alma do ressurgimento da barra e do porto de Aveiro; o desenvolvimento actual

fundamenta-se na acção persistente desse aveirense, tanto numa campanha jornalística pertinaz e inteligente, contra tudo e contra todos, como numa acção devotada de presidente da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro. Da maneira eficaz como soube enfrentar e solucionar os problemas dependeu o sucesso da barra, há muito aguardado. Este homem, que faleceu em 1943, foi Francisco Manuel Homem Cristo. Da sua vitória lucramos nós hoje com um porto em franco progresso e aberto a um futuro promissor.

Anotando os seus nomes, fica implícito o meu voto de perenidade a estes homens e aveirenses. Só auguro que nós, que deles nos orgulhamos, sigamos as suas pegadas na dedicação pela nossa terra comum e continuemos a pugnar pelo engrandecimento de Aveiro.

João César Loura

NOTA DA REDACÇÃO

O presente artigo é da autoria de um jovem estudante, vivamente interessado em conhecer e dar a conhecer a história aveirense, nos seus diversos capítulos, monumentos e homens ilustres.

Ao publicar este trabalho, o Boletim Municipal de Aveiro também deseja incentivar outros jovens a lançarem-se, com critério e com gosto, na investigação local, para maior e melhor conhecimento da nossa terra.

Bibliografia consultada

ADOLFO LOUREIRO — *O Porto de Aveiro*, Imprensa Nacional, (1904).

ÁLVARO SAMPAIO — *O Porto de Aveiro e a sua influência no crescimento económico da região*, em «Aveiro e o seu Distrito», II, 1966.

EDUARDO CERQUEIRA — *O «Cofre da Barra» de Aveiro na função de caixa de empréstimos ou subsídios*, em «Arquivo do Distrito de Aveiro», XXXIX (1973), pgs. 120-142.

EDUARDO CERQUEIRA — *Porto de Aveiro, um porto das Beiras*, (Palestra proferida em Viseu, em 1972); Aveiro, 1980.

FERNANDO DE SOUSA — *O Porto de Aveiro* (Conferência realizada em 24 de Julho de 1938 no Teatro Aveirense). Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.

F. FERREIRA NEVES — *Breve História da Barra de Aveiro*, em «Arquivo do Distrito de Aveiro», I (1935), pgs. 219-239.

F. FERREIRA NEVES — *Resumo Histórico da Barra de Aveiro*, em «Arquivo do Distrito de Aveiro», XIII (1947), pgs. 20-33.

JOÃO GONÇALVES GASPAR — *Aveiro, Notas Históricas*, Aveiro, 1983.

JOSÉ MARIA DA SILVA — *O Porto de Aveiro e o Projecto do Eng. Von Hafe*.

JUNTA AUTÓNOMA DA RIA E BARRA DE AVEIRO — *Obras de Melhoramento da Barra*. Gaia, (1932).

MARQUES GOMES — *Aveiro, Berço da Liberdade — A Revolução de 16 de Maio de 1928*, Aveiro, 1928.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS — *Porto de Aveiro*, (1959).

RANGEL DE QUADROS — *Aveiro, Origens, brason e antigas freguesias*, Aveiro, Paisagem Editora, 1984.

ROCHA E CUNHA — *Notícia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro*; Aveiro, 1939.

ROCHA E CUNHA — *O Porto de Aveiro* (Conferência pronunciada em 5 de Maio de 1923); 2.^a ed., Aveiro, 1959.

ROCHA E CUNHA — *Relance da História Económica de Aveiro — Soluções para o seu problema marítimo, a partir do século XVII*;

Observação — Além desta bibliografia, também procurei informações junto de várias entidades e outras pessoas, a quem agradeço reconhecidamente todas as gentilezas.

J.L.

- (1) Cf. Comand. Rocha e Cunha, «Conferência realizada em 5 de Maio de 1923», pg. 8.
- (2) Os cálculos desta distância ou afastamento obedecem a estudos apropriados; a largura varia na razão inversa da profundidade, e vice-versa.
- (3) Cf. Comand. Rocha e Cunha, «Relance da História Económica de Aveiro», pgs. 47-48.
- (4) Cf. F. Ferreira Neves, em «Arquivo do Distrito de Aveiro», I (1935), pg. 233. A passagem já tinha sido de 24 pés.
- (5) Cf. idem, pg. 234.
- (6) Cf. idem.
- (7) Cf. idem, pg. 236.
- (8) Cf. idem, pg. 237.
- (9) Cf. idem.
- (10) Cf. Dr. Álvaro Sampaio, «O Porto de Aveiro e a sua influência no crescimento económico da região» em «Aveiro e o seu Distrito», II (1966), pg. 12.
- (11) Cf. Ministério das Obras Públicas — Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos — Direcção dos Serviços Marítimos, em «Porto de Aveiro» (1959).
- (12) Cf. Acta da Câmara Municipal de Aveiro de 30 de Junho de 1958.
- (13) «Arquivo do Distrito de Aveiro», XXXIX (1973), pg. 142.
- (14) Cf. Marques Gomes, «Aveiro, Berço da Liberdade», pgs. 42-43.
- (15) N.º 3937, de 27-5-1855.
- (16) «Arquivo do Distrito de Aveiro», XXXIX (1973), pg. 129.

GABINETE DO BAIXO VOUGA

No dia 7 de Julho, no salão do Governo Civil, o Ministro da Agricultura deu posse aos membros que ficaram a constituir o Gabinete de Estudos do Projecto Integrado do Desenvolvimento do Baixo Vouga. Formam este Gabinete representantes dos Ministérios da Administração Interna, da Agricultura, Florestas e Alimentação, da Indústria e Energia, do Comércio e Turismo, do Equipamento Social, da Qualidade de Vida e do Mar. Fazem ainda parte do Gabinete, como representantes das Câmaras Municipais da região do Baixo Vouga, os Presidentes das Edilidades de Aveiro e Murtosa.

O Governador Civil manifestou o seu contentamento por esta arrancada de uma obra cujos benefícios todos conhecem e salientou o problema da invasão das águas salgadas, o flagelo da poluição e a estrada Aveiro-Murtosa. Terminou as suas palavras afirmando estar atento a qualquer desaceleração do processo agora iniciado. O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional relacionou a concretização do Gabinete do Baixo Vouga com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

No uso da palavra o Ministro da Agricultura justificou o Gabinete do Baixo Vouga: «Face aos desajustamentos crescentes verificados entre a oferta e a procura de bens agro-alimentares, a nível do mercado interno, urge incentivar a produção agrícola, por forma a atenuar os efeitos desfavoráveis sobre a nossa balança comercial e a diminuir a nossa dependência externa em matéria alimentar, medidas estas que se enquadram entre os objectivos prioritários prosseguidos pelo Governo, numa óptica de crescimento harmónico e integrado nos diferentes sectores da actividade económica e de correcção das assimetrias regionais de desenvolvimento».

Disse ainda que o Projecto de Desenvolvimento Integrado do Vale do Vouga atinge uma extensa área que constitui o «hinterland» do Porto de Aveiro e se estende desde a Ria de Aveiro até à zona da raia da Beira Alta. «Em toda a bacia



O Ministro da Agricultura assina a acta de posse do Gabinete do Baixo Vouga.



O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro assina a mesma acta, na qualidade de membro do Gabinete do Baixo Vouga.

interior do Vouga — concretizou — existem cerca de 11 mil hectares de solos de natureza aluvionar de reconhecida capacidade de uso agrícola, presentemente condicionada por excesso de água durante parte do ano, evidenciando elevadas potencialidades forrageiras, como o comprova a composição florística do seu coberto vegetal espontâneo e os encabeçamentos que permite, durante o período primavera-estival, em que é utilizado para pastoreio do gado e para produção de fenos».

Apontou as acções prioritárias a desenvolver no âmbito deste projecto, falou do estudo prévio realizado em 1973-75 pela COBA, e do Acordo para a Cooperação Agrícola Luso-Holandesa. Terminou a sua intervenção afirmando que «o Gabinete deverá ter por atribuições a promoção da execução das acções de aproveitamento das potencialidades agrícolas, hídricas e energéticas da Bacia do Vouga, tendo em conta a necessidade de assegurar o desenvolvimento harmónico de todas as zonas afectadas directa ou indirectamente pela implantação deste Projecto...».

Por fim usou da palavra o Eng. Carlos Naia, na sua qualidade de Director do Gabinete. Começou por dizer:

«Ao regressar após este acto de posse a Aveiro, ao convívio das gentes da nossa Ria e do nosso Vouga, faço um público acto de fé no futuro do projecto cujo estudo nos é confiado, pois aposto decididamente na motivação e no interesse do factor mais decisivo de qualquer processo de desenvolvimento — o elemento humano que aí vive e labuta. Desde os agricultores e suas associações aos demais estratos sócio-profissionais, das autarquias locais e regionais aos políticos, dos funcionários aos técnicos que integram os diferentes serviços representados neste Gabinete, todos põem o maior empenho neste empreendimento que visa a valorização dos campos do Vouga e das suas populações».

Indicou o método a seguir, no qual devem participar as comunidades rurais:

«A estratégia que se preconiza para o desenvolvimento regional integrado assenta, quanto a nós, em três premissas fundamentais:

- o crescimento do sector agrícola é a chave do desenvolvimento rural;
- o desenvolvimento da agricultura exige o desenvolvimento concomitante dos sectores secundário e terciário;
- as forças sociais desempenham um papel importante no desenvolvimento agrícola já que a produção agrícola deriva dos esforços de uma multidão de produtores individuais cujo interesse e capacidade de participar num programa de mudança é essencial».

Nesta óptica, a participação das comunidades rurais no processo de desenvolvimento afigura-se-nos decisiva para a realização dos seus objectivos fundamentais.

Terminou a sua intervenção afirmando: «E basta de palavras. Mãos à obra que é de todos nós».

TROÇO «ALBERGARIA - VISEU» da Via Rápida «Aveiro-Vilar Formoso»

No passado dia 18 de Julho, visitou Aveiro o Primeiro Ministro Dr. Mário Soares, que se fez acompanhar dos Ministros do Equipamento Social e do Mar, respectivamente Rosado Correia e Carlos Melancia.

Recebido na Praça do Marquês de Pombal por uma Companhia do Batalhão de Infantaria de Aveiro, que lhe prestou honras militares, logo foi cumprimentado pelas entidades presentes no átrio do Governo Civil.

A finalidade principal desta visita foi a assinatura do contrato de adjudicação do troço Albergaria-a-Velha-Viseu da via rápida Aveiro-Viseu-Guarda-Vilar Formoso.

Na sessão solene, o Primeiro Ministro estava acompanhado pelo Governador Civil de Aveiro, pelos Ministros do Equipamento Social e do Mar, pelo Presidente da Junta Autónoma das Estradas e pelo Governador Civil de Viseu. Presentes à sessão alguns Presidentes dos Municípios do Distrito e outros do Distrito de Viseu.

No uso da palavra, o Governador Civil recordou que Aveiro é o terceiro distrito do País com capitação mais elevada: apesar disso «temos sido esquecidos, ultrapassados, e até em muitos casos ignorados pelo investimento público nas nossas ambições». E apresentou concretamente algumas das necessidades do Distrito, realçando especialmente a rede viária, as obras do porto, e o desenvolvimento da Universidade, afirmando a dado passo: «as fontes de riqueza têm de ser protegidas!».

O Ministro do Equipamento Social fez referência à obra em causa e falou da necessidade do porto de Aveiro. Dizendo que o Distrito de Aveiro é dos que mais iniciativas têm demonstrado, afirmou: «O relançamento do País passará necessariamente por Aveiro».



O Primeiro-Ministro assina o contrato para a construção do troço da via rápida.

O Presidente da Junta Autónoma de Estradas fez uma breve história da evolução das estradas: romanas, reais, nacionais, europeias. Apontou, depois, alguns dados sobre o troço Albergaria-Viseu da via rápida.

O Primeiro Ministro começou por classificar o discurso do Governador Civil como o caderno reivindicativo do Distrito de Aveiro, um Distrito onde se sente que há grande progresso, um Distrito com grandes possibilidades e que anda para diante. Afirmando que muita gente, neste País, ainda não se apercebeu da importância da entrada de Portugal na CEE, disse que «mau grado certo pessimismo, há razões para o povo ter esperança».

Do Governo Civil, o Primeiro Ministro dirigiu-se a pé para a Câmara Municipal. Foi saudado pelo Presidente da Assembleia Municipal, Francisco da Encarnação Dias, cujas palavras se reproduzem no final desta notícia. Foram-lhe ofertadas uma estatueta de Santa Joana Princesa e a medalha da cidade, que logo agradeceu; depois lembrou o exemplo de tolerância e liberalismo dado por Aveiro, afirmando a dado passo: «Sem trabalho, sem disciplina, sem estabilidade não é possível a nenhum país resolver os seus problemas».

Ao almoço, o antigo Governador Civil de Aveiro, Dr. Francisco do Vale Guimarães, propôs ao Primeiro Ministro a sugestão de declarar o palheiro de José Estêvão, na Costa Nova, de interesse público e lembrar ainda a colocação dos bustos dos Professores Barbosa de Magalhães e Manuel de Andrade no átrio do Tribunal.



O Primeiro-Ministro chega aos Paços do Concelho onde é cumprimentado.

O Dr. Mário Soares percorreu as obras do porto de Aveiro e fez uma visita demorada à Universidade, onde, em sessão solene, foi informado das prementes carências deste estabelecimento de ensino superior. Depois, esteve na sede da Associação Académica dos Estudantes da Universidade e, ao fim da tarde, foi recebido pelo Bispo de Aveiro.

À noite presidiu a um jantar de empresários da região, organizado pela Associação Comercial de Aveiro. Nos discursos havidos, foram abordados diversos problemas: política económica global, carga fiscal, taxas de juro e condições de crédito, problemas da exportação, legislação laboral, segurança social, regionalização e outros. O Primeiro Ministro respondeu a todos os problemas abordados, deixando vincada esta mensagem: «Aos empresários exige-se que comecem, agora, a pensar verdadeiramente em termos europeus. Num momento em que o estrangeiro, CEE, EFTA, Japão, Estados Unidos e países árabes querem investir em Portugal, de que é que os nossos industriais, que têm dinheiro lá fora, estão à espera?». E à pergunta: «Mas há esperança?», o Primeiro Ministro respondeu: «Obviamente que há, com uma condição: termos juízo».

O Dr. Mário Soares regressou a Lisboa nessa mesma noite.



No salão nobre dos Paços do Concelho, o Presidente da Assembleia Municipal saúda o Primeiro-Ministro.

Palavras do Presidente da Assembleia Municipal

Não têm sido muitas as vezes que em Aveiro repicam os sinos, ouve-se a Banda, embandeiraram-se os Paços do Concelho, para receber a ilustre visita dum Primeiro Ministro. Daí que, para além da honra da visita, seja grande a nossa satisfação pela presença de V. Excia., a quem apresento respeitosos cumprimentos de boas vindas, em nome das gentes e do Concelho de Aveiro, extensivos a toda a comitiva.

Que possa V. Excia., em tão curta visita, observar com atenção a realidade da região, ficar atento e aberto às suas legítimas aspirações, e que o balanço da visita lhe imponha o desejo de voltar, são os nossos sinceros votos, Senhor Primeiro Ministro.

Efectivamente, e cobardia seria nesta altura esquecê-lo, o que vai na alma do Povo da nossa terra, o que em Aveiro se sente, é uma tristeza constante e profunda pelo esquecimento do poder central pela nossa cidade e sua região, é uma desconfiança permanente pela justiça das decisões governamentais, quando, a essa mesma justiça ou em seu nome, se sobrepõem interesses nem sempre confessados, atitudes carecidas de lisura, e assim nos vemos confrontados com outras regiões politicamente mais fortes, talvez, mas só em número de votos.

Assim tem acontecido nos campos das Ciências (estou a referir-me ao Centro Tecnológico de Cerâmica e Vidro), dos Desportos, dos Departamentos Públicos, da Agricultura, da Saúde, do Turismo, etc..

Por tudo isto, Senhor Primeiro Ministro, a presença de V. Excia. em Aveiro, o contacto com as suas gentes e a nossa realidade, podem significar o inverter da maré, ou pelo menos, deixa-nos a esperança que assim seja, e que os reais problemas, que hoje nos desgostam e preocupam, possam merecer a V. Excia. uma maior compreensão e receptividade, por um conhecimento mais directo dos mesmos.

Senhor Primeiro Ministro:

A estrada Aveiro/Vilar Formoso é hoje ponto de honra para toda esta região, e a adjudicação do troço Albergaria-a-Velha/Viseu, que V. Excia. hoje consumou, é facto a registar na história desta laboriosa cidade, que assim, e em pouco mais duma semana, vê realizadas duas grandes aspirações: a criação e instalação do Gabinete do Vouga, e esta adjudicação do troço da Via Rápida; o primeiro, pela

importância na recuperação de milhares de hectares de produtivas e ubérrimas terras agrícolas, riqueza incalculável para a economia do País, que tão carecida está, e forte contributo para um combate frontal ao desemprego em toda a vasta região da Bacia do Vouga, ao desenvolvimento do porto de Aveiro como consequência natural, ao afluxo de divisas pelo seu desenvolvimento turístico, em todos os casos, pela riqueza que todos esses empreendimentos podem trazer a toda uma região que ama o trabalho como ama a Liberdade, que é praticamente auto-suficiente, que é das primeiras a pagar contribuições para o Estado, que tem capacidades criativas, empreendedoras e organizativas, mas que tem também, entre outras carências, e infelizmente, a pior rede de telefones e a pior rede de estradas do País.

Senhor Primeiro Ministro:

Conhece V. Excia. o forte espírito liberal dos aveirenses, o seu sentido de independência que abomina os servilismos e as subserviências, sem contudo deixar de preservar e respeitar as hierarquias, as instituições e os valores morais. Foi com este espírito que foi possível realizarem-se em Aveiro os Congressos Democráticos Republicanos, que foram a semente do regime que hoje defendemos, com respeito pelas liberdades... e pela ordem.

Não sofremos em toda esta região, com o 25 de Abril, as grandes convulsões



O Primeiro-Ministro no uso da palavra, no salão nobre dos Paços do Concelho.

das tentativas totalitárias, ou os graves problemas laborais que provocaram o desequilíbrio das Empresas e tanto afectaram a economia nacional.

Não somos povo de vir para a rua lançar barricadas ou arrancar caminhos de ferro, às vezes, quiçá, talvez em prejuízo próprio, mas queremos continuar serenos, amantes do trabalho, e a não acreditar que a justiça só aparece quando a Força da Razão se substitui pela Razão da Força.

Senhor Primeiro Ministro:

É do conhecimento dos Portugueses as dificuldades que o País atravessa. Já se veem a olho nu, já que se sente em cada família, e não valerá muito a pena iludir-mo-nos ou anestesiarmo-nos. Vivemos agora a esperança da nossa entrada no Mercado Comum, e é esse o farol da nossa miragem.

Calculo que, para um Governante responsável, os tempos que vivemos são de preocupação constante. Mas em primeiro lugar, desculpe-me V. Excia. esta opinião que é ilacção da realidade aveirense: É PRECISO, É URGENTE, QUE O PAÍS TRABALHE, POIS SÓ O TRABALHO É GERADOR DE RIQUEZA, DO BEM ESTAR E DA PAZ PARA A FAMÍLIA PORTUGUESA.

Aveiro, 18 de Julho de 1984

Muito Obrigado.

CIUDAD RODRIGO EM AVEIRO



O alcaide de Ciudad Rodrigo e o presidente da Câmara de Aveiro

Satisfazendo um convite formulado pela Câmara Municipal, aquando da sua estadia em Ciudad Rodrigo em 19 de Agosto último, esteve entre nós, no dia 29 de Setembro, uma comitiva daquela cidade espanhola, irmã de Aveiro.

Integrava a embaixada, além de diversos «consejales», o alcaide do Ayuntamiento local, D. Miguel Cid; foram recebidos no salão nobre dos Paços do Concelho, onde foi servido um «porto de honra», após troca de recordações.

À noite — e conjuntamente com os membros da embaixada de Bourges — houve um jantar de confraternização entre os elementos das três Câmaras Municipais, num restaurante dos arredores da cidade, com exibição do Grupo Folclórico do Baixo Vouga (Eixo).

No domingo seguinte, a comitiva espanhola participou nas comemorações do «Dia do Comerciante», alargando-se assim o âmbito de relações amistosas entre os povos das duas cidades.

Já se podem considerar estreitos os laços de amizade entre Aveiro e Ciudad Rodrigo; o próprio alcaide afirmou, na ocasião, que as praias do nosso litoral se podem considerar, no futuro, como as praias daquela cidade espanhola e a via rápida em construção «Aveiro-Viseu-Guarda-Vilar Formoso» a *Estrada da Amizade*.



Recepção oficial no salão nobre dos Paços do Concelho, vendo-se alguns membros das duas autarquias

bibRIA



Vereadores e «Concejales» trocam lembranças entre si.

URBANIZAÇÃO DAS BARROCAS



Aveiro — Capela do Senhor das Barrocas.
Pórtico principal.

No dia 30 de Setembro procedeu-se à inauguração festiva da primeira fase do plano de urbanização do largo do Senhor das Barrocas, na freguesia da Vera-Cruz. Realizada totalmente a expensas da Câmara Municipal de Aveiro, segundo o projecto do Arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, esta obra muito veio beneficiar o local e envolver condignamente um edifício religioso setecentista que, pela sua tradição e pela sua harmonia, bem merece o carinho da população e o cuidado das autarquias.

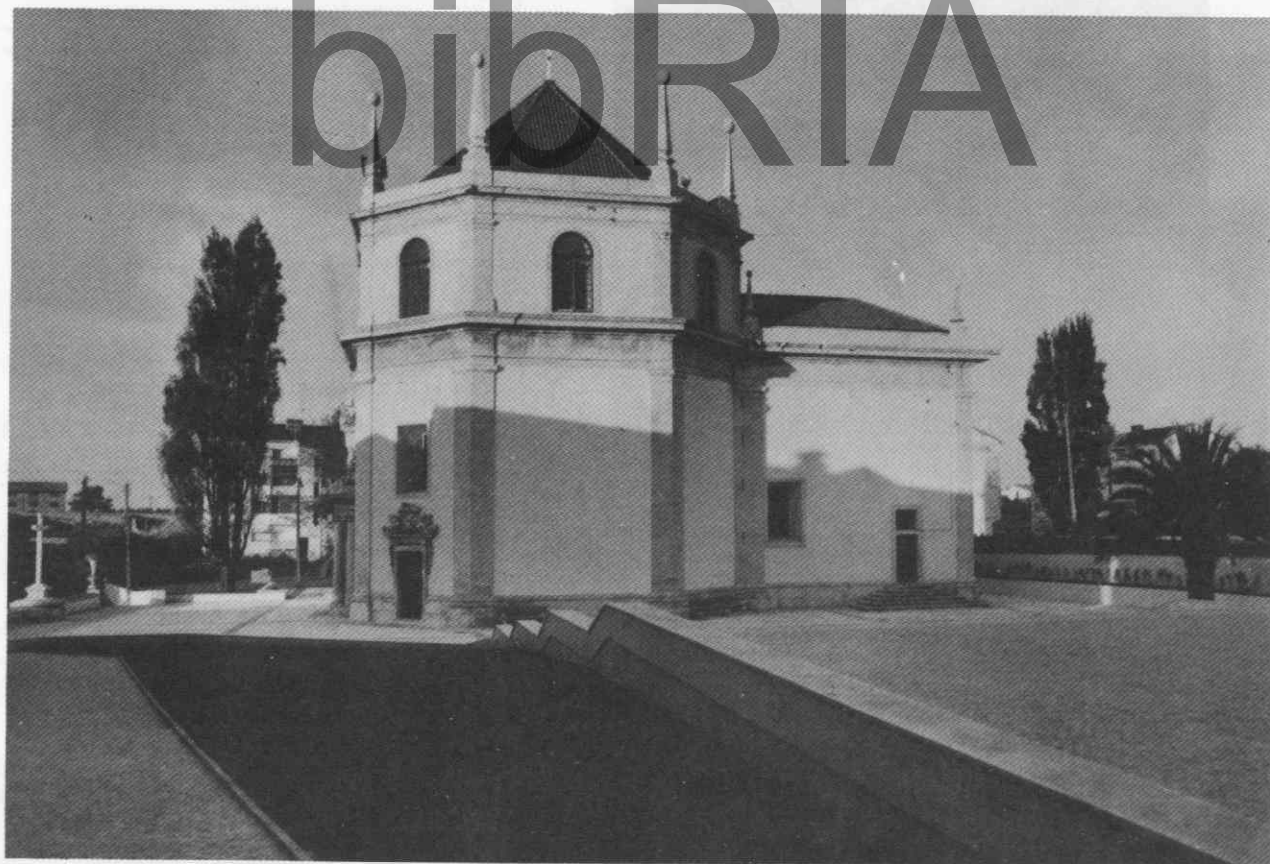
Nesse mesmo dia, efectuou-se a festa anual em honra do Titular da capela. Juntando-se aos aveirenses, algumas centenas de pessoas da freguesia dos Milagres, no concelho de Leiria, deslocaram-se até aqui, para confraternizar com a comunidade das Barrocas, como já tem acontecido noutras vezes. É que, como aliás é sabido, aquela freguesia deve a sua instituição, em 1750, a um forte impulso de fé popular, que se alargou por muitas terras do País na primeira metade do século XVIII. Foi a devoção ao Senhor dos Milagres de Aveiro, centrada num

humilde cruzeiro lítico, erguido em 1707 no sítio das Barrocas, entre Aveiro e Esgueira, que, chegando às imediações do Liz, fez surgir aí o grandioso santuário dos Milagres. Por isso, os habitantes desta freguesia vêm até nós num sentido de amizade e gratidão a Aveiro.

Na ocasião, como símbolo de união das duas comunidades, foi dado o nome do «Senhor dos Milagres» ao novo arruamento que liga o viaduto sobre o caminho de ferro à Rua Hintze Ribeiro. Ao descerrar-se a placa toponímica, o presidente da Câmara Municipal de Aveiro disse o que representava este acto simbólico para o estreitamento de amizade entre pessoas e comunidades. Por seu turno, o presidente da Junta de Freguesia dos Milagres manifestou publicamente o seu agradecimento, afirmando que tal gesto significava uma «verdadeira expressão dos laços tradicionais, religiosos e culturais que nos unem»; e revelou que a sua Junta deliberara designar uma rua, próxima da igreja matriz dos Milagres, com o nome do «Senhor Jesus das Barroquinhas de Aveiro».

De tarde, houve um programa recreativo, em que actuaram a Filarmónica Bidoeirense, o grupo folclórico Juventude dos Milagres, dois grupos juvenis de dança rítmica (Milagres) e também o grupo etnográfico das Barrocas, com os seus cantares da região aveirense.

Manifestando a sua congratulação, os bispos de Aveiro deslocaram-se ao local e estiveram, durante alguns momentos, com o povo; o bispo de Leiria também enviou, por escrito, uma expressiva mensagem.



Aspecto geral, voltado a ocidente, da capela do Senhor das Barrocas.

ESPECTÁCULOS PARA CRIANÇAS

Por iniciativa dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Aveiro, nos dias 2 a 4 e 7 a 11 de Maio, decorreram no auditório do Conservatório Regional de Aveiro dezasseis sessões de teatro, destinadas às crianças das escolas primárias da periferia da cidade.

O Teatro d'O Semeador de Portalegre, apresentou o espectáculo «A esperteza da raposa e outros contos», sobre contos populares reescritos por António Sérgio, com adaptação dramática da autoria de José Mascarenhas.

Mais de três mil crianças assistiram às diversas sessões.

II JORNADAS DE CONTABILIDADE

Decorreram em Aveiro, de 5 a 12 de Maio, as II Jornadas de Contabilidade, organizadas pelo Instituto de Contabilidade e Administração, com o patrocínio do Município local.

No Pavilhão das Feiras houve diversas exposições; as palestras sobre os vários temas técnicos decorreram no Centro de Estudos e Telecomunicações. Estiveram presentes cerca de quinhentos participantes, alguns de França, Espanha e Brasil.

Estas Jornadas passarão a realizar-se de cinco em cinco anos.

FESTIVAL DE CINEMA

Decorreu em Aveiro, de 6 a 11 de Maio, o I Festival de Cinema dos Países de Expressão Portuguesa — uma organização da «Grande Plano — Cooperativa de Cinema de Aveiro», que teve o apoio da Câmara Municipal de Aveiro, além da Fundação Calouste Gulbenkian, Governo Civil, Direcção Geral da Cooperação e Direcção Geral das Relações Culturais Externas do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portugal, Brasil, Angola e Moçambique foram os países que se fizeram representar com o objectivo comum «da divulgação e do estudo do cinema realizado em países cuja língua oficial é a portuguesa, fomentando simultaneamente um melhor conhecimento da cultura e desenvolvimento desses países».

No «Estúdio Oita» foram exibidos cerca de uma centena de filmes e no Salão Cultural do Município esteve patente uma exposição de cartazes de cinema dos vários países participantes. O Festival compreendeu uma sessão competitiva a nível de cada país e uma mostra não competitiva.

O Júri, constituído por Fernando Gonçalves Lavrador, Vasco Branco, Maria de Lurdes Turcato (Moçambique) e José Matos Cruz, decidiu atribuir os melhores prémios aos seguintes filmes:

Longas Metragens — Obteve o melhor prémio o filme «Conversa Acabada», de João Botelho, a par com «Canta meu Irmão» Moçambique, de José Cardoso, e «Nelisita» Angola, de Rui Duarte de Carvalho. **Menções honrosas** — «Jogo de Mão», de Henrique Rutler; «Histórias Selvagens», de António Campos; «Castro Laboreiro», de Ricardo Costa; e «Terra Nova Mar Velho», de Francisco Manso, todos portugueses. O Brasil não apresentou películas para esta secção.

Médias Metragens — Foram laureados os filmes «Balanço do tempo na cena de Angola», de Rui Duarte de Carvalho (Angola); e «Um dia numa aldeia comunal», de Moira Forjaz (Moçambique). **Menções honrosas** — «Vento de esperança», de Asdrúbal (Angola); «Estes e outros bichos», de Renato Neiva Rebelo (Brasil); «Buzi as duas margens de um rio», de José Cardoso (Moçambique); e «Moinhos Velhos», de João Ponces de Carvalho (Portugal).

Curtas Metragens — Obtiveram o primeiro lugar os filmes «Leão da Saudade», de José Jardim (Angola); «A trama da rede», de José Inácio Parente (Brasil); e «Zé Povinho na Revolução», de Lauro António (Portugal). **Menções honrosas** — «Paulo Emilio», de Ricardo Dias; «Frei Tito», de Merlene França (Brasil); «Niassa, terra de esperança», de Ismail Vuvs (Moçambique); e «Diálogo» de João Ponces de Carvalho (Portugal).

FEIRA DO LIVRO

No dia 12 de Maio, abriu ao público a XIII Feira do Livro, organizada com o patrocínio da Câmara Municipal. Nela participaram oito livreiros da cidade, representando cerca de uma centena de editoras portuguesas.

O certame terminou no dia 10 de Junho.

biblioteca

AVEIRO EM LUGO

No passado dia 26 de Maio, deslocou-se a Lugo uma embaixada aveirense da qual fazia parte o presidente da Assembleia Municipal, Francisco da Encarnação Dias e o vereador do Pelouro da Cultura, Custódio Ramos, com a finalidade de estabelecer laços de geminação com aquela cidade e assistir à inauguração de uma exposição de pintura do cidadão aveirense Dr. Eduardo de Sousa Santos, principal mentor desta visita. Foi recebida na Sala de Sessões do Palácio Consistorial pelo alcaide Vicente Quiroga e demais vereação. O alcaide, usando da palavra, agradeceu a presença da delegação aveirense e formulou votos por que essa estada fosse o primeiro passo para o estreitamento de relações mais profundas entre os povos de Lugo e de Aveiro.

Em resposta, o presidente da Assembleia Municipal de Aveiro salientou a capacidade de trabalho do povo galego, bem conhecido em Portugal desde o tempo dos antigos emigrantes, terminando por agradecer a simpatia com que foram recebidos; por fim, convidou o alcaide de Lugo a visitar a cidade de Aveiro.

Falou, depois, o Dr. Eduardo de Sousa Santos; disse que, embora aproveitasse a oportunidade para apresentar uma exposição dos seus quadros, o seu principal objectivo era tentar uma aproximação fraterna entre as duas cidades.

A cerimónia encerrou com a troca de presentes e a assinatura no livro de ouro da cidade por Francisco da Encarnação Dias.

Posteriormente, procedeu-se à inauguração da exposição de pintura, patente no Salão Régio do Círculo das Artes, a que se seguiu um jantar de confraternização, durante o qual actuou um grupo de guitarras de Coimbra, o grupo «Raiz» de Aveiro e um grupo folclórico da Galiza.

PISTA COBERTA

O pavilhão rectangular do recinto das Feiras abriu, no passado dia 2 de Junho, à prática do desporto. Estiveram presentes ao acto os vereadores Eng. Vitor Silva e Capitão Moreira Tavares, em representação da Câmara Municipal, além do presidente da Federação Portuguesa de Atletismo Eng. Correia da Cunha, presidente da Associação de Atletismo de Aveiro Capitão Joaquim Duarte e outras individualidades. Posteriormente, foi assinado o protocolo com a Direcção Geral dos Desportos para a utilização daquelas instalações polivalentes.

Única no país para a prática do atletismo, com tais dimensões, a pista coberta servirá para a realização de campeonatos nacionais, estando já incluído no calendário da Federação Portuguesa de Atletismo.

FESTIVAL DE FOLCLORE

No dia 3 de Junho, decorreu em Cacia o IV Festival Nacional de Folclore de Cacia. Nele tomaram parte os seguintes grupos: — Etnográfico de Vila Praia de Âncora, Grupo Regional de Moreira da Maia, Rancho de Danças e Cantares da Barra Cheia, Rancho da Casa do Povo de Castelo de Paiva, Grupo Típico de Pombal, Rancho Folclórico de Vinhó, Grupo Folclórico da Casa do Povo de Barcelinhos e Grupo Folclórico da Casa do Povo de Cacia.

Do programa fez parte um cortejo etnográfico, com temas alusivos a tradições culturais da região de Aveiro.

A organização pertenceu à Direcção do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Cacia, que teve a colaboração, entre outras entidades, da Câmara Municipal de Aveiro.

FOLCLORE EM EIXO

Numa organização do grupo folclórico do Baixo Vouga, com a colaboração da Câmara Municipal de Aveiro, Ministério da Cultura, Governo Civil e Junta de Freguesia, decorreu, no passado dia 17 de Junho, no Parque da Balsa em Eixo, o Festival Internacional de Folclore, com a participação dos seguintes Grupos: Agrupación Folclórica «La Barranquera» Campanário — Badajoz (Espanha), Grupo Folclórico de Simões — Soure (Beira Litoral) Rancho Folclórico da Ribeira de Santarém — Ribatejo, Rancho Folclórico «Os Passarinhos do Liz» Maceira — Leiria (Beira Litoral), Rancho Etnográfico de Ribeirão — Famalicão (Minho), Rancho Regional de Vila do Conde — Mindelo (Douro Litoral), e Grupo Folclórico do Baixo Vouga — Eixo (Beira Litoral).

Participaram ainda a Fanfarra de São Bernardo e a Banda Recreativa Eixense.

AGROVOUGA/84

No dia 7 de Julho, foi inaugurada a Agrovouga/84, com a presença do Ministro da Agricultura Soares da Costa, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, do Secretário de Estado da Agricultura, do Secretário de Estado da Comunicação Social, do Adjunto do Ministro de Estado, do Governador Civil de Aveiro, de Presidentes de diversas Câmaras Municipais do Distrito e outras individualidades civis, militares e religiosas. Mostra agrícola, industrial e de artesanato — significou uma expressão concreta da riqueza das nossas terras e da capacidade das nossas gentes.

Apesar da ausência do gado bovino, devido à peripneumonia, não deixou de fazer-se o V Concurso Nacional da Vaca Leiteira, este ano em moldes inéditos por

exigências de ordem sanitária. As Direcções Regionais de Agricultura seleccionaram e inscreveram os melhores exemplares da sua área, que foram visitados pelo júri.

Simultaneamente foram apresentados relatórios, com filmes ou «slides», e houve cerca de três dezenas de conferências, colóquios e mesas redondas.

O certame perdurou até ao dia 15 de Julho.

FARAV/84

Na Praça da República e na esplanada anexa, de 21 de Julho a 19 de Agosto, decorreu a V Feira de Artesanato da região de Aveiro-FARAV/84, organizada pelos Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Aveiro, em colaboração com a «Barrica» — Cooperativa de Artesãos de Aveiro.

De registar a numerosa participação das Câmaras Municipais do Distrito: dos 19 concelhos, 14 estiveram presentes; e cada concelho teve o seu dia, em que estiveram representantes das respectivas autarquias e em que actuaram os respectivos ranchos folclóricos, grupos de teatro ou bandas de música.

CONCERTOS PÚBLICOS

Os Serviços Culturais da Câmara Municipal de Aveiro levaram a efeito, nos domingos de Setembro, diversos concertos musicais que se realizaram no coreto do jardim e parque do Infante D. Pedro, com a colaboração das seguintes filarmónicas do concelho: — Escola e Banda de Música da Quinta do Picado (9 de Setembro); — Banda de Música de Associação Recreativa Eixense (16 de Setembro); — Banda e Escola de Música Recreativa da Senhora do Álamo (23 de Setembro); e Banda Amizade (30 de Setembro).

AVEIRO EM CIUDAD RODRIGO

Nos dias 18 e 19 de Agosto estive em Ciudad Rodrigo uma representação do município de Aveiro, constituída pelo presidente da Assembleia Municipal, presidente da Câmara e Vereadores, que, a convite do Ayuntamiento daquela cidade irmã, foram participar nas anuais «Fiestas de la Asunción», integrando um vasto programa cultural e festivo, designadamente no domingo, dia 19, em que se celebrou o «Dia de Portugal». Também lá estiveram representações de Viseu e de Tábua.

A recepção oficial aos convidados portugueses teve lugar às 13 horas, na sala de sessões do Ayuntamiento, em cerimónia simples mas significativa, presidida pelo Alcaide Presidente D. Miguel Cid que no seu discurso propôs denominar a futura estrada Aveiro-Vilar Formoso «Ruta de la Amistad».

Pela representação aveirense, usaram da palavra os presidentes da Assembleia e da Câmara Municipais que reiteraram as excelentes relações que unem os dois povos, tendo convidado o Ayuntamiento a visitar proximamente a cidade de Aveiro.

De seguida, assistiu-se à exibição na praça pública, de diversos agrupamentos folclóricos, entre os quais o Grupo Folclórico de Eirol.

No dia 21 de Setembro, deslocou-se a esta cidade o embaixador de França em Portugal, Jacques Chazelle, tendo sido recebido nos Paços do Concelho pelo presidente e vereadores da Câmara Municipal, a quem apresentou o primeiro cônsul honorário de França em Aveiro, Eng. Carlos Lourenço Bóia.

Posteriormente, o novo cônsul foi apresentado às entidades locais, numa cerimónia realizada, ao fim da tarde do mesmo dia, numa unidade hoteleira. Estiveram presentes ao acto diversas personalidades, entre as quais os presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, além de alguns vereadores.

No uso da palavra, o novo cônsul evocou os elos estreitos que ligam a região de Aveiro a França, destacando a importância de súbditos franceses na fundação da fábrica da Vista Alegre, nas obras ligadas à barra nova de Aveiro e na instalação da base aero-naval de São Jacinto. Falando das boas relações que, presentemente, existem, afirmou: — «A Renault e outros projectos industriais, a cooperação cultural polarizada pela Universidade, as perspectivas que oferecem os novos portos comercial e de pescas, e a entrada de Portugal na CEE... criaram já uma significativa colónia francesa em Aveiro, que será certamente aumentada ainda com benefícios evidentes para a região».

Na oportunidade, Jacques Chazelle salientou o facto de Aveiro ser a primeira cidade portuguesa a dispor de um consulado francês — exceptuando as grandes cidades portuárias.

«Os interesses franceses na Renault e na Funfrap e a cooperação com a Universidade de Aveiro, sendo já significativos, não nos parecem suficientes — frisou, para depois sublinhar que «foi por isso, e porque pensamos que uma parte



O Embaixador de França em Portugal, acompanhado da Senhora Cônsul de França na cidade do Porto, no momento em que apresentava à Edilidade Aveirense o primeiro cônsul honorário em Aveiro.

interessante da vida portuguesa se desenvolve, naturalmente, fora da capital, que decidimos ter uma representação permanente em Aveiro».

Para o estreitamento de relações que pretende incrementar, o cônsul honorário terá como tarefa prioritária — conforme foi dito — pôr em funcionamento, muito em breve, uma delegação da «Alliance Française» em Aveiro, com a finalidade de apoiar e incentivar a aprendizagem da língua e da cultura francesas.

BOURGES EM AVEIRO

Para uma visita oficial de três dias, a convite da Câmara Municipal de Aveiro, uma embaixada francesa da cidade de Bourges esteve em Aveiro nos dias 27, 28 e 29 de Setembro.

A delegação, composta pelo «maire» de Bourges, vereadores municipais e presidente da Associação França-Portugal, foi recebida, ao fim da tarde do primeiro dia, no salão nobre dos Paços do Concelho, pelos presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara de Aveiro, pela vereação e, ainda, por uma delegação da Banda Amizade que, há pouco, havia estado naquela cidade. Tratou-se de um «porto de honra» informal, que também foi aproveitado tanto pelo presidente da Câmara de Aveiro como pelo «maire» de Bourges, para ambos historiarem as relações de amizade estabelecidas há cerca de dois anos e manifestarem interesse no seu incremento.

De facto, Aveiro vem ultimamente mantendo contactos com aquela cidade francesa, tendo em vista um possível acordo de geminação. Bourges, como Aveiro, rasgada por cursos de água, também conta actualmente com uma comunidade portuguesa de cerca de 3 000 pessoas, perfeitamente integradas no seu ambiente social — o que é significativo para uma cidade mediana.

O autarca francês aproveitou a ocasião para convidar o presidente da Edilidade Aveirense a visitar Bourges, por ocasião da inauguração de uma artéria marginal, que será um autêntico passeio para peões.

A noite deste primeiro dia, a delegação francesa participou num jantar-convívio, servido numa adega típica de Eirol, deste concelho. Nos dias seguintes, cumpriu um extenso programa, de que constaram visitas aos museus de Aveiro, de Ílhavo e da Vista Alegre, um passeio pela ria e a visita às obras do porto. Em Estarreja efectuou-se uma recepção na Câmara Municipal, seguindo-se a assinatura do protocolo de geminação entre a Associação Cultural de Salreu e a Associação França-Portugal.

NOTÍCIAS BREVES

Abril, 2

A Câmara Municipal deliberou criar um museu em instalações a designar posteriormente.

Museu Municipal

Foi apreciado e, em princípio, aprovado o plano de trabalhos da «construção de um sistema de Eclusas e Comportas na Ria de Aveiro», proposto pela empresa adjudicatária.

Eclusas e Comportas

Abril, 9

O presidente sugeriu a realização em Aveiro de uma Feira-Exposição sobre novas fontes de energia; foi deliberado contactar, para o efeito, o Ministério da Indústria e Energia.

Novas Fontes de Energia

O Vereador Custódio Ramos pediu escusa do exercício de tarefas referentes a «Mercados e Feiras» e bem assim em relação à «Revisão de Posturas e Regulamentos», invocando indisponibilidade de tempo. O pedido foi aceite e deferido por unanimidade da Câmara.

Escusa de tarefas

A Câmara ouviu a exposição feita pelo vereador da Cultura, Custódio Ramos, relacionada com a situação da biblioteca pública, que luta com dificuldades de vária ordem, designadamente falta de espaço, tornando impossível a separação física do arquivo corrente da secretaria do que é já património histórico. Ponderando as razões aduzidas, foi deliberado reduzir, a título precário e provisório, o horário de funcionamento e oficial à Assembleia Distrital, solicitando a desocupação do espaço em que está instalado o Arquivo Distrital.

Biblioteca Municipal

Maio, 14

Após a apreciação de propostas de fornecimento de uma lancha para o turismo, o Executivo adjudicou tal fornecimento a uma empresa de Loures pela importância de 15.700.000\$00, acrescida do imposto de transacção.

Lancha de Turismo

A Câmara nomeou como representantes do Município de Aveiro na Assembleia Intermunicipal da Associação de Informática da Região Centro o presidente e os vereadores Portugal da Fonseca e Celso Gomes.

Associação de Informática

A Edilidade debateu a situação decorrente do estipulado no decreto-lei n.º 417/84, de 5 de Novembro, que fixou o prazo de 180 dias para a revisão do regulamento dos PERÍODOS DE ABERTURA dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, tendo deliberado aguardar a publicação da portaria definidora dos conceitos de estabelecimento de prestação de serviços e outros, prevista no artigo 7.º daquele diploma.

Períodos de Abertura

Na sequência de deliberações anteriores, o Executivo adjudicou a um empreiteiro da região, pela quantia de 3.740.000\$00, a obra de construção do Centro Social de Requeixo.

Centro Social de Requeixo

Maio, 21

Por proposta do presidente, foi deliberado instituir um prémio anual de 100.000\$00 a atribuir ao melhor trabalho arquitectónico.

Prémio de Arquitectura

Junho, 4

Foi adjudicada a obra de construção de campos de ténis a uma empresa da especialidade, ao preço de 620\$00 o metro quadrado.

Campos de Ténis

	Por proposta do presidente, foi deliberado exarar em acta um voto de congratulação pelo êxito alcançado pela Banda Amizade na sua recente deslocação à Alemanha.	Voto de congratulação
Junho, 11	A Câmara deliberou que a Comissão Executiva da Feira de Março de 1985 seja constituída por: vereador Moreira Tavares; chefe dos Serviços de Turismo — Dr. Diamantino Dias; chefe dos Serviços de Fiscalização — José Neves; Arq.ta Diamantina Galacho; Eng.º Francisco Rocha; 1.º oficial Vasco Alves Lopes; designer Jorge Trindade e um representante da Associação Comercial de Aveiro.	Feira de Março de 1985
Junho, 25	Por proposta do vereador Custódio Ramos, foi deliberado exarar em acta um voto de pesar pela morte do Dr. Francisco Ferreira Neves e dar conhecimento do teor desta deliberação à família.	Voto de pesar
	Foram designados os seguintes elementos para integrarem a Comissão Municipal de Urbanismo e Protecção do Património: Arq.to Cravo Manuel da Costa Machado Calisto (efectivo); Arq.to José M. Lopo Prata (suplente); Eng.º Manuel Tavares da Conceição; Investigador Histórico Mons. Aníbal de Oliveira Marques Ramos.	Comissão Municipal de Urbanismo
Julho, 23	Por proposta do presidente, foi deliberado exarar em acta dois votos de congratulação:— um pela visita do Primeiro-Ministro à Câmara Municipal de Aveiro, bem como pela assinatura do contrato da construção do troço «Albergaria - Viseu» da via rápida «Aveiro - Vilar Formoso»; e outro pela recondução do bispo de Aveiro no cargo de presidente da Conferência Episcopal Portuguesa.	Votos de congratulação
Agosto, 14	Foi adjudicada ao Gabinete de Projectos — Arquitectura e Planeamento, de Lisboa, de que são responsáveis os arquitectos A. Sena e Moura, Fernando Bexiga, Maria Helder Furtado e Helena Machado, a execução do projecto de construção das Piscinas Municipais, pela quantia de 8.137.600\$00.	Projecto de Piscinas Municipais
Setembro, 25	Por proposta do presidente, foi deliberado exarar em acta um voto de congratulação pelo facto de o Eng.º Carlos Lourenço Bóia — antigo membro desta Câmara Municipal — ter sido nomeado consul honorário da França em Aveiro.	Voto de congratulação



Início das obras de construção das eclusas no Canal Central da Ria.

EFEMÉRIDES AVEIRENSES — 1985

- 500 anos** — El-Rei D. João II fez mercê à Princesa Santa Joana, sua irmã, da Vila de Aveiro, «com seus termos e todas as rendas e direitos reais da dita Vila e da dízima nova e velha do pescado dela» (19-8-1485).
- 400 anos** — El-Rei D. Filipe II, I de Portugal, confirmou todos os privilégios concedidos a Aveiro pelos monarcas anteriores (22-12-1585).
- 225 anos** — A Câmara Municipal de Aveiro deliberou que se fizessem festas pelo consórcio da Princesa D. Maria Francisca, filha de El-Rei D. José I e herdeira do trono; do programa constaram diversas touradas (21-6-1760).
— El-Rei D. José I criou e delimitou a nova comarca de Aveiro, ordenando que o provedor que era de Esgueira o ficasse sendo de Aveiro (19-9-1760).
- 175 anos** — Foi baptizado na igreja paroquial de Nossa Senhora da Apresentação o egrégio aveirense José Estêvão Coelho de Magalhães, nascido em 26 de Dezembro de 1809 (1-1-1810).
— O Regimento de Milícias de Aveiro cobriu-se de glória na tomada de Coimbra pelo Coronel Trant aos franceses invasores, sendo um dos que formavam a vanguarda da coluna de Infantaria (7-10-1810).
- 150 anos** — O Governo publicou um decreto, fixando em dezassete o número total dos distritos de Portugal Continental e indicando os nomes das respectivas capitais; entre eles foi criado o DISTRITO DE AVEIRO (18-7-1835).
— O Governo nomeou José Joaquim Lopes de Lima, capitão de mar e guerra, como primeiro governador civil de Aveiro (25-7-1835).
— Começou a funcionar o Governo Civil de Aveiro. O primeiro governador civil tomara posse em 14 de Setembro (25-9-1835).
— O governador civil de Aveiro reduziu a duas as quatro freguesias da Cidade — a da Vera-Cruz, compreendendo esta e a de Nossa Senhora da Apresentação, e a de Nossa Senhora da Glória, compreendendo as de S. Miguel e do Espírito Santo. Em 13 de Outubro o bispo de Aveiro, D. Manuel Pacheco de Resende, conformou-se com tal decisão (11-10-1835).
— Foi benzido e inaugurado o cemitério central de Aveiro, construído em terreno que havia pertencido à cerca do convento de Nossa Senhora da Misericórdia, dos padres dominicanos (12-11-1835).
- 125 anos** — Nasceu em Aveiro Francisco Manuel Homem Cristo, professor universitário, deputado parlamentar, escritor e jornalista, que prestaria à sua Terra assinalados serviços (8-2-1860).
— Sendo reitor o médico Dr. Francisco José de Oliveira Queirós, o liceu de Aveiro instalou-se em edifício próprio, não longe dos Paços do Concelho (15-2-1860).
- 100 anos** — Chegou a Aveiro, em comboio especial, o Regimento de Cavalaria n.º 10, que, acolhido festivamente, ficou instalado no extinto convento franciscano de Santo António, por o quartel de Sá ainda não estar em termos de o alojar (18-1-1885).
— Na estação de caminho de ferro, realizou-se uma imponente manifestação aos exploradores africanos Capelo e Ivens, que aí passaram em direcção ao Porto (10-10-1885).

75 anos

- Faleceu em Lisboa o insigne advogado e jurisconsulto aveirense Dr. José Maria Barbosa de Magalhães, que foi também escritor, jornalista e parlamentar distintíssimo (19-3-1910).
- Os edifícios do mosteiro de Jesus e da igreja das Carmelitas foram oficialmente classificados como monumentos nacionais (16-6-1910).
- A Comissão da freguesia da Vera-Cruz, nomeada após o advento da República, deliberou a demolição da secular capela de S. João, no Rossio (30-10-1910).

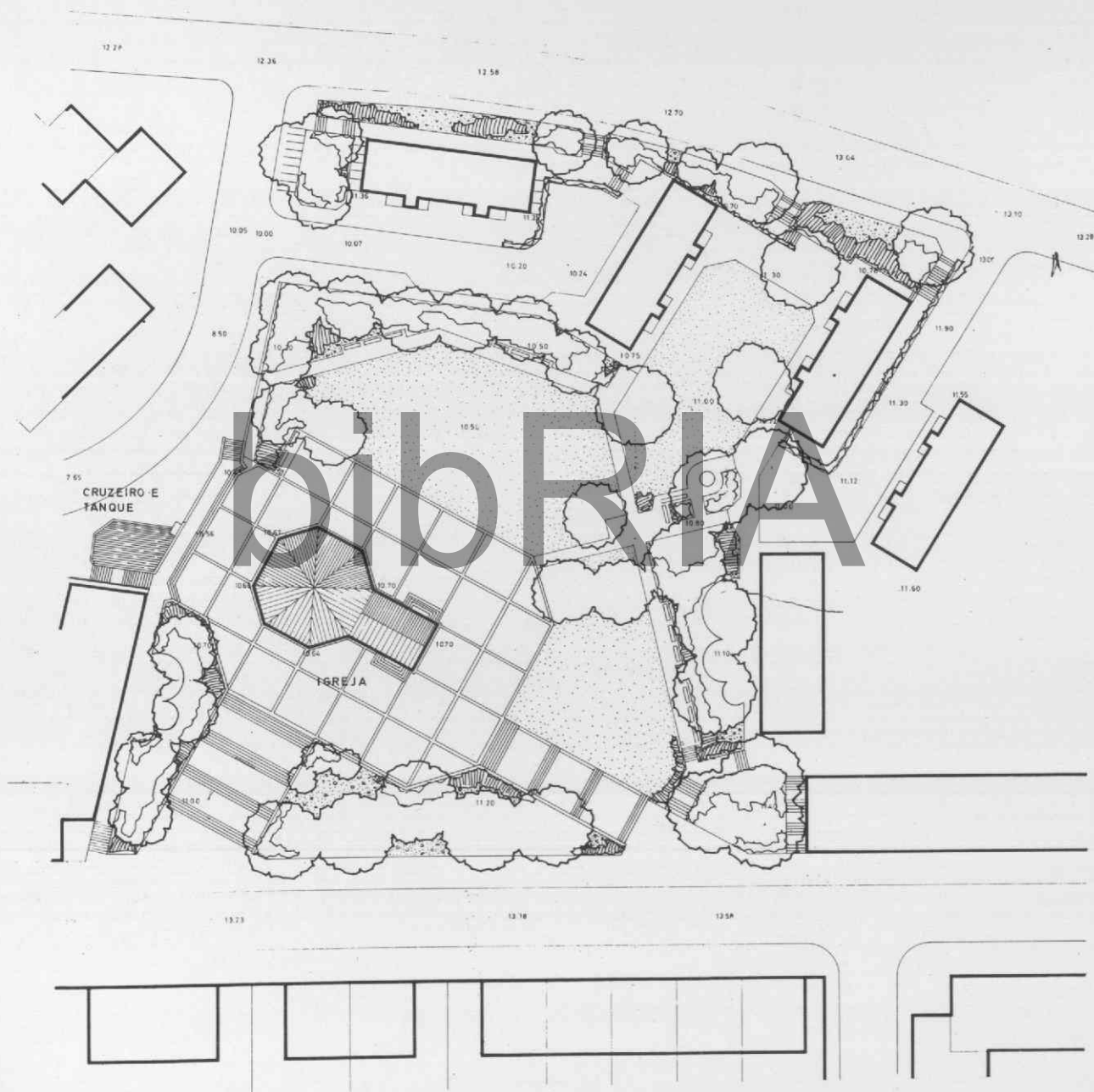
50 anos

- Em dia não indicado de Março, iniciou-se a publicação do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, valioso repositório de documentos e estudos de interesse local, da iniciativa dos Drs. António Gomes da Rocha Madaíl, Francisco Ferreira Neves e José Pereira Tavares (Março-1935).
- Em Cacia, foi inaugurada a rede da energia eléctrica (30-6-1935).
- Faleceu no Porto o Conselheiro Luís de Magalhães, filho de José Estêvão Coelho de Magalhães, que muito se interessara pelo progresso de Aveiro, sem excluir a restauração da sua Diocese (14-12-1935).

25 anos

- O bispo de Aveiro, D. Domingos da Apresentação Fernandes, instituiu canonicamente a paróquia de Nossa Senhora de Fátima, desmembrando da de Requeixo as povoações de Mamodeiro e da Póvoa do Valado (13-8-1960).
- Foi inaugurado o Conservatório Regional de Aveiro, provisoriamente instalado em salas do liceu local (8-10-1960).

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO / GABINETE DE URBANIZAÇÃO
PORMENOR DO SECTOR DAS BARROCAS



As obras da primeira fase do plano de urbanização do Largo do Senhor das Barrocas, da autoria do Arquitecto Paisagista Gonçalo Ribeiro Teles, foram festivamente inauguradas no dia 30 de Setembro.

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO / GABINETE DE URBANIZAÇÃO
PORMENOR DO SECTOR DAS BARROCAS

75 anos

- Fazer um plano de urbanização para o sector das Barrocas, compreendendo a área de urbanização e a zona de protecção (19-1-1980).
- De acordo com o plano de urbanização, a Câmara Municipal deve adoptar as seguintes medidas:
- A Câmara Municipal deve adoptar as seguintes medidas:

50 anos

25 anos

bibRIA

SUMÁRIO

TRICANA DE AVEIRO	• <i>Luís de Magalhães</i>	• 3
DUAS PALAVRAS	• <i>Custódio Ramos</i> Vereador do Pelouro Cultural	• 7
AVEIRO — 1984	• <i>João Gonçalves Gaspar</i>	• 9
FESTAS DA CIDADE E DE SANTA JOANA	• <i>D. Manuel de Almeida Trindade</i>	• 13
AVEIRO NO SÉCULO XV	• <i>Dr.ª Albertina Valentim Oliveiros</i>	• 17
AS SALINAS DE AVEIRO E O SEU INTERESSE POTENCIAL EM AQUACULTURA	• <i>D. Maria Helena Seródio Galhano</i>	• 31
ALGUMAS NOTAS SOBRE ANTECEDENTES E COMEÇOS DO ACTUAL COMANDO DISTRITAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	• <i>Eduardo Cerqueira</i>	• 35
DR. FRANCISCO FERREIRA NEVES	• <i>Redacção</i>	• 39
NOS 150 ANOS DA BANDA AMIZADE	• <i>João Gonçalves Gaspar</i>	• 41
A BARRA DE AVEIRO	• <i>João César Loura</i>	• 45
GABINETE DO BAIXO VOUGA	• <i>Redacção</i>	• 55
TROÇO «ALBERGARIA - VISEU» DA VIA RÁPIDA «AVEIRO-VILAR FORMOSO»	• <i>Redacção</i>	• 57
CIUDAD RODRIGO EM AVEIRO	• <i>Redacção</i>	• 61
URBANIZAÇÃO DAS BARROCAS	• <i>Redacção</i>	• 63
NOTICIÁRIO	• <i>Redacção</i>	• 65
EFEMÉRIDES	• <i>Redacção</i>	• 73